



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio

ENTRE SENZALA E CASA GRANDE: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA FAZENDA MACHADINHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

apresentado ao

Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio

***LINHA DE PESQUISA 02 - MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO INTEGRAL E
DESENVOLVIMENTO***

Professor Orientador – Prof. Dr. Luiz Carlos Borges

Aluno - Levi Alves Firme Carneiro

Rio de Janeiro, março de 2021

ENTRE SENZALA E CASA GRANDE: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA FAZENDA MACHADINHA

por

Levi Alves Firme Carneiro

Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 2 - Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges

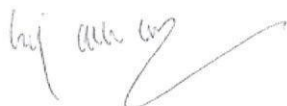
UNIRIO/MAST - RJ, março de 2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

**ENTRE SENZALA E CASA GRANDE: MEMÓRIA E
RESISTÊNCIA NA FAZENDA MACHADINHA**

Dissertação de mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:



Prof. Dr. _____

Luiz Carlos Borges – Orientador



Prof. Dr. _____

Bruno César Brulon Soares (PPG-PMUS)



Prof. Dr. _____

Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ/MHN)

Rio de Janeiro, março de 2021.

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

C289 Carneiro, Levi Alves Firme
Entre senzala e casa grande: memória e
resistência na fazenda Machadinha / Levi Alves
Firme Carneiro. -- Rio de Janeiro, 2021.
147 f.

Orientador: Luiz Carlos Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2021.

1. Identidade quilombola. 2. Memória coletiva. 3.
Patrimônio cultural. 4. Poder simbólico. I. Borges,
Luiz Carlos, orient. II. Título.

Às/aos quilombolas da Machadinha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por sempre terem me apoiado com todo o seu amor e carinho, e também por terem proporcionado um imenso investimento em minha formação educacional e intelectual.

Agradeço ao meu irmão e minha cunhada que, sempre que eu precisei, estavam disponíveis para discutir conceitos, ideias e autores, além de terem me ajudado a pensar e refletir sobre assuntos relacionados ao campo da história, antropologia e sociologia.

Agradeço ao meu orientador Luiz Carlos Borges pelo seu apoio, paciência e confiança em meu trabalho, pelos ensinamentos e direcionamento, além das incontáveis sugestões que serviram para o lapidar de minha pesquisa, sempre instigando reflexões mais profundas a respeito do tema da dissertação.

Agradeço às ajudas e muitas conversas com minha querida tia de consideração, Fátima Branquinho, que foram essenciais para me salvar de terríveis bloqueios mentais, principalmente no início do processo de formulação metodológica, tema e escopo de minha pesquisa.

Agradeço a minha amiga e irmã de coração, Laura, que sempre esteve presente (mesmo que distante por conta da pandemia) para me dar uma injeção de otimismo e dizer que tudo iria dar certo, acalmando meu emocional e diminuindo a ansiedade durante o processo de escrita e pesquisa.

Agradeço a UNIRIO e o MAST, por terem acreditado em minha pesquisa e terem proporcionado toda a infraestrutura e logística para a realização do mestrado.

Agradeço aos professores do PPG-PMUS por todo o trabalho de orientação oferecido aos alunos, permitindo a reflexão e o diálogo a respeito de conceitos e fundamentos do campo da museologia e patrimônio.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de dois anos, tempo de duração padrão para a pesquisa de mestrado, mesmo em um momento de pandemia e corte de verbas para educação.

E, por fim, agradeço a todos os familiares e amigos que estiveram presentes e me apoiando ao longo, não só do processo de pesquisa, mas de todo o processo chamado “vida”. Assim como todos os profissionais da educação, desde o colégio, faculdade, até a pós, que foram responsáveis por me apresentarem às ferramentas necessárias para desbravar a imensidão do saber e sua beleza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 COMPLEXO CULTURAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	28
1.1 História e política na Machadinha.....	28
1.2 Dois séculos de Machadinha.....	35
1.3 A Machadinha hoje.....	38
2. MACHADINHA, QUILOMBO E PATRIMÔNIO	53
2.1 Machadinha, quilombo e terra de preto.....	53
2.2 Festa, música e dança na Machadinha.....	59
2.3 Religiosidade na Machadinha.....	65
2.4 Casa de Artes e gastronomia tradicional.....	67
2.5 Memorial da Machadinha e Projeto Flores da Senzala.....	71
2.6 Edificações coloniais, patrimônio histórico e arquitetônico.....	78
3. BUSCA DA AUTONOMIA CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MACHADINHA	85
3.1 Patrimônio “autêntico” na Machadinha.....	85
3.2 Direito à propriedade da terra e sustentabilidade.....	91
3.3 Incentivos públicos, turismo e território.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	116
Anexo 1 - Conversa com o Percussionista.....	117
Anexo 2 - Conversa com a Mediadora do Memorial.....	126
Anexo 3 - Comentário do Neto do Percussionista.....	131
Anexo 4 - Conversa com a Cozinheira da Casa de Artes durante o almoço no restaurante.....	131
Anexo 5 - Conversa com a Funcionária da Casa de Artes após o almoço no restaurante.....	132
Anexo 6 - Conversa com a Cozinheira em frente a sua casa, e com a presença da Mediadora do Memorial.....	133
Anexo 7 - Comentário da Mediadora após a conversa com a Cozinheira.....	149
Anexo 8 - Conversa com o Avô da Mediadora.....	140

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ARQUIMA: Associação de Remanescentes de Quilombo da Machadinho

ARQUISSAMÃ: Associação de Remanescentes de Quilombo de Quissamã

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DCNEEQ - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

IFF: Instituto Federal Fluminense

INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INEPAC: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PPG-PMUS: Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

QUIPEA: Quilombos no Projeto de Educação Ambiental

SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

CARNEIRO, Levi Alves Firme. **Entre Senzala e Casa Grande: Memória e Resistência na Fazenda Machadinha**. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Borges. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. 2021. Dissertação de mestrado.

O presente trabalho se desenvolve em torno da relação entre o patrimônio cultural da comunidade quilombola da Machadinha, e o contexto sócio-político e econômico no município de Quissamã, perpassando por reflexões concernentes ao passado escravocrata na região, e as mudanças nas relações de poder estabelecidas ao longo dos séculos XX e XXI. Nele, serão apresentadas algumas das dimensões do patrimônio reconhecido como representante dessa cultura quilombola, sendo problematizados conceitos como identidade, quilombo, memória coletiva e patrimônio “autêntico”. Daremos um enfoque na construção de diferentes narrativas e discursos que permeiam o processo de preservação do patrimônio na Machadinha, a manipulação simbólica presente nessas falas e a seleção de uma memória coletiva legitimada pela população. Desta forma, procuramos nos dedicar à reflexão teórica a respeito dos anseios e desafios enfrentados pelos residentes da Machadinha, tentando problematizar aspectos concernentes ao seu patrimônio, território, memória e identidade.

Palavras-chaves: identidade quilombola, memória coletiva, patrimônio cultural, poder simbólico.

ABSTRACT

CARNEIRO, Levi Alves Firme. **Between Senzala and Casa Grande: Memory and Resistance at Fazenda Machadinha**. Supervisor: Prof. PhD. Luiz Carlos Borges. PPG-PMUS, UNIRIO / MAST. 2021. Master 's Dissertation.

The current work is developed around the relationship between the cultural heritage of the quilombola community called Machadinha, and the socio-political and economic context in the municipality of Quissamã, going through reflections concerning the slave past in the region, and the changes in the established power relations throughout the 20th and 21st centuries. It will present some of the dimensions of the heritage recognized as representative of this quilombola culture, problematizing concepts such as identity, quilombo, collective memory and “authentic” heritage. We will focus on the construction of different narratives and discourses that permeate the heritage preservation process in Machadinha, the symbolic manipulation present in these speeches and the selection of a collective memory legitimized by the population. In this way, we'll try to dedicate ourselves to the theoretical reflection about the wishes and challenges faced by the residents of Machadinha, trying to problematize aspects concerning their heritage, territory, memory and identity.

Keywords: quilombola identity, collective memory, cultural heritage, symbolic power.

LISTA DE FOTOS

Figura 1 - Alas de senzalas restauradas.....	28
Figura 2 e 3 - “Monumento ao negro” na entrada de Quissamã. À esquerda, a parte frontal do monumento. À direita, um navio negreiro na parte de trás do memorial.....	30
Figura 4 - Disposição das comunidades Machadinha, Sítio Santa Luzia, Bacurau, Sítio Boa Vista e Mutum.....	31
Figura 5 - Mapa da estrada que leva de Quissamã à Machadinha.....	36
Figura 6 - Vista aérea da comunidade da Machadinha.....	38
Figura 7 - Mapa do Complexo Cultural Fazenda Machadinha.....	42
Figura 8 - Litografia de Rugendas.....	45
Figura 9 - Edifício onde encontra-se a Casa de Artes.....	68
Figura 10 - Restaurante no interior da Casa de Artes.....	71
Figura 11 - Tambores utilizados no jongo expostos no Memorial (no centro aquele de Leandro).....	72
Figura 12 - Livro Flores da Senzala (publicado em 2016).....	73
Figura 13 - Livros utilizados nas oficinas de contação de histórias do Projeto Flores da Senzala.....	74
Figura 14 - Interação dos moradores com o “aquário do jongo”.....	76
Figura 15 - Capela Nossa Senhora do Patrocínio.....	82

*“O trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido
O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras e covardias
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando: O que você tem a ver com isso?
Desde o início por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata”
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto, nem fábula, lenda ou mito
Não foi sempre dito que preto não tem vez?”*

(Racionais MC's, Negro Drama, 2002)

ENTRE SENZALA E CASA GRANDE: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA FAZENDA MACHADINHA

INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi realizada no transcorrer dos anos de 2019 e 2021, tendo sofrido significativas mudanças desde a primeira versão do projeto de mestrado, aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em convênio com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). A primeira vez que ouvi falar do município de Quissamã foi ainda em minha infância, quando passava alguns fins de semanas e feriados na casa da avó de um amigo em Rio das Ostras. Naquela época, por acaso, meus pais haviam visto um programa televisivo que contava um pouco das peculiaridades deste pequeno município quase esquecido na região norte-fluminense. Eles ficaram imediatamente encantados com aquela localidade que englobava parte do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, uma reserva natural extremamente bem preservada e composta exclusivamente do ecossistema de restinga; o Fado de Quissamã, uma manifestação cultural que hoje é praticada apenas no interior deste pequeno município; e por último, uma comunidade conhecida pelo nome de Machadinha, identificada como um dos poucos exemplos de quilombo onde os descendentes de escravos permaneceram habitando as senzalas da antiga fazenda de cana de açúcar.

Portanto, com um olhar completamente guiado por uma perspectiva turística da região, saímos um dia de Rio das Ostras e fomos visitar a tal Machadinha, a qual, infelizmente, após termos percorrido alguns bons quilômetros de estrada de terra, encontramos completamente desabitada, com todas as portas e janelas das senzalas fechadas. Não sabemos até hoje porque, naquele determinado dia e horário, o centro da Machadinha estava tão ermo. Talvez tenha sido porque já estavam todos recolhidos em suas casas, ou quem sabe os seus moradores não tivessem saído devido a alguma festividade em outra parte de Quissamã? Ninguém sabe.

Depois deste primeiro contato, e ainda das incontáveis vezes que minha mãe havia revelado o desejo de tentar retornar ao local, só fui voltar realmente minha atenção para Quissamã, e especificamente para a comunidade da Machadinha, no ano de 2018,

quando terminava minha graduação em museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e tentava ingressar, no mesmo ano, no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio pela mesma instituição de ensino. Em meio à correria de ter que formular um projeto de mestrado dentro do único mês de intervalo entre a apresentação do trabalho de conclusão do curso (TCC) de graduação e o processo de seleção para ingressar na pós, tentei focar e transitar por temas com os quais já estava mais familiarizado, pois eram centrais em meu TCC, como os conceitos de narrativas, memória, oralidade e patrimônio imaterial. À procura, portanto, de inspiração, acabei encontrando em minhas buscas pela internet um vídeo de apresentação de um projeto de contação de histórias, intitulado Projeto Flores da Senzala, realizado justamente na comunidade da Machadinha em Quissamã.

Com o término do vídeo, veio imediatamente o sentimento de ter encontrado exatamente o que procurava e precisava. A proposta primeira seria, portanto, focar no patrimônio imaterial (intangível) da Machadinha, a sua preservação através do Projeto Flores da Senzala e de uma história oral que perpassa tempo e espaço, relatos de moradores e memórias de gerações. Contudo, com o gradual aprofundamento no tema, o trabalho de campo, e uma definição mais clara dos anseios e problemas enfrentados por este grupo, ainda em estado de vulnerabilidade devido a dependência econômica e social na qual se encontrava, foi necessário ampliar o escopo do patrimônio que seria trabalhado, não apenas destacando a sua dimensão intangível, mas agora tentando perceber a relação que ele estabelece com o território e as expressões de resistência da comunidade, determinantes para os moradores da fazenda.

A Machadinha é uma localidade reconhecida, desde 2006, como “comunidade remanescente de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares, e que já passou por três processos de patrimonialização desde a segunda metade do século passado: o primeiro deles foi o tombamento, como “patrimônio histórico”, de seu conjunto arquitetônico, processo de responsabilidade do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1979; o segundo, a inserção do registro, no Livro de Expressões, do “Jongo do Sudeste”¹, como “patrimônio cultural brasileiro” pelo IPHAN, em 2005; e o terceiro, e mais recente, a sanção da lei nº 8.513/2019 que declara o Complexo Cultural da Fazenda Machadinha como “patrimônio histórico-cultural” do estado do Rio de Janeiro.

¹ Por definição elaborada pelo IPHAN, o Jongo do Sudeste é uma “forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos de espiritualidade. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro (...)”, ou seja, manifestação própria dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (IPHAN, c2014).

A Machadinha pode ser compreendida, portanto, ao mesmo tempo como uma comunidade quilombola e complexo cultural de incontestável valor histórico e cultural, estando localizada na periferia do município de Quissamã, região norte do estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, e abrindo um parêntese, como foi registrado por Soneghetti (2016), é preciso tomar muito cuidado ao identificar e definir de que Machadinha estamos falando, pois ao entrar em contato com o local, seus moradores, e ainda com agentes externos à comunidade, torna-se evidente a presença de múltiplas percepções, representações e modos de classificação assumidas pela “Machadinha”. Tentando resumir as conclusões a que chegou Soneghetti, é notável uma pluralidade nas designações utilizadas para se referir a Machadinha (algo perceptível já em minhas pesquisas bibliográficas com foco na região), assim como qualificações variáveis que ganham sentidos diversos quando postas de encontro a discursos particulares. Deste modo, a Machadinha era, por vezes, identificada pela categoria histórica de *Quilombo da Machadinha*, nos remetendo à ideia de luta pela demarcação e titulação das terras, englobando não apenas o centro da Machadinha, mas ainda as comunidades vizinhas, Mutum, Sítio Boa Vista, Sítio Santa Luzia e Bacurau), ou mesmo, como *Comunidade da Machadinha* (categoria étnica com contornos, ambos culturais e territoriais, indefinidos, e carregada de um sentimento de pertencimento e de uma unidade de indivíduos convivendo socialmente), que não necessariamente é o mesmo que a *Fazenda Machadinha* (relativa à atividade econômica do cultivo da cana, que marcou o passado da região) ou o *Complexo Cultural da Machadinha* (enquanto parte de um circuito turístico, onde estão presentes “patrimônios materiais e imateriais” de valores imensuráveis, funcionando como importante elemento de legitimação de um “discurso oficial”, de cunho histórico-cultural, veiculado pela Prefeitura. Com isso, é possível notar a presença de contornos espaciais vários, e com limites pouco definidos, o que causa uma certa dificuldade ao tentar identificá-los, e mais importante, saber a realidade do objeto que está sendo pesquisado.

Por conseguinte, assim como Soneghetti (2016), antes de começarmos uma análise mais profunda da Machadinha e seu patrimônio, buscamos aqui definir, na medida do possível, alguns desses limites. Como principal determinante para a realização desta tarefa, tomaremos o escopo da pesquisa de campo realizada de maneira, quase que exclusiva, no perímetro popularmente conhecido como o “centro de Machadinha”. Deste modo, como uma busca por esclarecer o campo de estudo do presente trabalho, e tendo como base o contorno abarcado pela pesquisa *in situ*,

entremos em acordo que este seja o limite adotado como de interesse para nós. Uma área central e de interseção entre as múltiplas representações da Machadinha, onde se veem presentes diferentes enunciados que, por sua vez, partem de órgãos e indivíduos variados.

Fechando parênteses, e levando em consideração o contexto da comunidade da Machadinha (que daqui em diante entende-se como aquela que vive e atua no centro da Machadinha) e, mais importante, nas demandas de seus moradores, constata-se a presença de uma constante busca pela reafirmação de uma identidade étnica afro-brasileira particular e do protagonismo quilombola na região. Em meio a um sentimento de privação de seus direitos, quase que contínuo desde a escravidão de seus antepassados, como é percebido, por exemplo, na disputa pela propriedade de terra da fazenda, é, portanto, indispensável que haja um movimento de reconhecimento de sua ancestralidade, que seja capaz de romper de vez com sua relação de “dependência” com o poder local, simbolizado principalmente pela prefeitura do município que, atualmente, é a proprietária das terras.

Mais especificamente, trata-se de uma independência relativa tanto à aguardada demarcação territorial, quanto ao seu sustento econômico (um dos principais desafios a ser enfrentado pela comunidade). Uma conquista que seria alcançada provavelmente por meio do uso do território e do turismo - devendo certificar-se, porém, de não condenar a cultura popular local ao espetáculo publicitário promovido pelo mercado cultural (CHAUI, 2008) - e a realização de pesquisas científicas na região, promovendo uma divulgação de seus desafios e anseios. Há, por conseguinte, a necessidade e importância da preservação, por parte da própria comunidade, de seu próprio patrimônio cultural, que relaciona-se, diretamente, a uma memória coletiva legitimada pelas pessoas que vivem na antiga fazenda, da contínua conservação, documentação, comunicação e pesquisa de suas manifestações culturais, e portanto de seu patrimônio, entidades sustentadoras de sua relevância como cultura, servindo de apoio às suas reivindicações e que podem vir a auxiliar na comprovação da garantia de seus direitos, como a propriedade de terra, ainda não conquistada.

Essa preservação do patrimônio esteve por muito tempo atrelada ao crivo exclusivo da Prefeitura, que era responsável pela gestão de todos os aparatos culturais na comunidade. Porém, no início do ano de 2014, foi criada uma associação de moradores, denominada “Associação dos Remanescentes do Quilombo de Quissamã” (ARQUISSAMÃ), que tinha como intuito representar os interesses das comunidades de

Machadinha, Sítio Boa Vista, Mutum, Sítio Santa Luzia e Bacurau. Entretanto, devido a uma dissidência dentro da ARQUISSAMÃ, em setembro de 2014 foi criada a Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha (ARQUIMA) que, apesar do nome, também contemplava as cinco comunidades. Foi apenas em novembro de 2015, que a ARQUIMA teve seu registro formalizado, tornando-se a representante legal do Quilombo da Machadinha e gestora das políticas culturais dentro da comunidade (SONEGHETTI, 2016).

Depois desta pequena contextualização, é preciso trilharmos um caminho tortuoso que nos obriga, primeiro, entender como surgiu a Machadinha, desde sua origem no berço de uma sociedade escravocrata e em uma das regiões mais ocupadas pela cultura econômica dos engenhos de açúcar, até a desapropriação das terras pela prefeitura e a criação do Complexo Cultural da Machadinha; segundo, a compreender as manifestações culturais, presentes na comunidade da Machadinha, como atividades tradicionais dotadas de significados e particularidades representativas da sociedade em que estão inseridas; terceiro, a percebermos o papel central que alguns aparatos culturais possam desempenhar na preservação do patrimônio da comunidade, como, por exemplo: a Casa de Artes e o Memorial da Machadinha. O primeiro, um antigo estábulo da fazenda que foi transformado, pela prefeitura, em espaço para a execução de projetos com intenção de preservar a culinária local, algumas manifestações culturais como o jongo e o fado, o artesanato e o modo de vida no engenho de açúcar, e que, entretanto, hoje atua apenas como restaurante de comida caseira para os que visitam a comunidade, tendo, portanto, seu potencial histórico-cultural ainda pouco explorado. Já o segundo, o Memorial da Machadinha (denominado “museu” pela comunidade), um pequeno palco para exposição de registros da comunidade e que acabou ganhando, nos últimos anos, um importante papel como produtor e disseminador de determinados discursos sobre a Machadinha, atuando assim como um dispositivo comunicacional que representa os interesses e objetivos particulares daqueles que o mantêm e que, a partir dele, constroem seu discurso; assim sendo, possuindo uma fala particular que perpassa todo o seu acervo. Deste modo, o Memorial atua como um instrumento político de interesse específico que pode ter como papel primordial a preservação da cultura local, atuando como um espaço de fala e expressão próprio da comunidade, no qual sua história é narrada em primeira pessoa por um mecanismo comunicacional voltado para seu autoconhecimento, de modo a suprir suas necessidades e anseios. Um espaço onde a comunidade possa, cada vez mais, ter sua voz escutada.

Temos como intuito, portanto, promover uma identificação de práticas, manifestações e tradições através das vivências cotidianas, do imaginário, símbolos e significações, crenças e costumes, próprios da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinha, localizada na fazenda de mesmo nome, zona rural do município de Quissamã², norte do estado do Rio de Janeiro; destacar a importância da preservação de seus traços culturais como expressão de uma identidade étnica particular; e observar as representações e transformação do patrimônio em sociedade, explorando o caráter de resistência estabelecido na relação entre a população local, território e patrimônio cultural. É um projeto, portanto, que pode ser compreendido como uma pesquisa que perpassa assuntos de interesse da museologia, antropologia, história e sociologia, interessada na correlação entre o contexto sócio-político, histórico e econômico da região e a percepção dos moradores a respeito de seus bens. Uma tentativa de entender, por meio de um estudo patrimonial, os seus anseios, desafios e preocupações.

Deste modo, propomos, por meio desta pesquisa, a realização de um estudo do patrimônio cultural presente na comunidade da Machadinha, buscando entender sua relevância para os moradores da localidade, além de buscar identificar possíveis ligações estabelecidas entre ele e a sociedade em que está inserido, sem abrir mão, portanto, de traçar inevitáveis paralelos com a relação que a comunidade tem com a prefeitura de Quissamã, e ainda com a Companhia Engenho Central de Quissamã, comumente referida como “Usina” pelos moradores da Machadinha. É, conseqüentemente, um projeto de cunho acadêmico, que pretende dialogar com campo da museologia, do patrimônio e áreas afins, em busca de salientar a importância de se preservar as manifestações culturais presentes na Machadinha, em consonância com as dinâmicas sociais nela estabelecidas.

Mediante o levantamento de dados documentais e bibliográficos buscaremos reconhecer aspectos históricos da Fazenda Machadinha impregnados em seu patrimônio, seus simbolismos e representações características de um fenômeno específico à resistência escrava no cenário brasileiro. Reflexo de um ambiente sócio-político particularmente vigente desde o Brasil colônia e que, até hoje, sofre com questões como a ampla desigualdade social e o preconceito frente à diversidade de

² A palavra Quissamã é de origem angolana, tendo havido apenas uma ligeira adaptação da escrita Kissama que, em uma interpretação livre pode ser traduzida como “fruto da terra que está entre o rio e o mar”, nome dado a uma cidade localizada a 80 Km de Luanda, na foz do Rio Kwanza (Portal Oficial do Município de Quissamã. Disponível em: <https://quissama.rj.gov.br/site/pagina/historico/24/2>).

culturas e identidades. Deste modo, traçaremos um constante paralelo entre o passado e o presente, tentando problematizar a criação do Complexo Cultural da Machadinha, constituído pelas senzalas, Casa de Artes e Memorial, destacando a importância desse centro para a promoção de exposições, festividades e atividades educacionais voltadas para preservação da cultura e tradição local, podendo funcionar como espaço de observação das relações conjunturais presentes na região e também como um instrumento de resistência para a comunidade.

Desta forma, tendo em vista as transformações conjunturais ocorridas ao longo da curta história deste distrito, recém-promovido a município, iremos observar as relações estabelecidas entre o patrimônio da Machadinha e o atual contexto sócio-político de Quissamã, evocando reflexões a respeito da importância da manutenção de manifestações culturais, próprias da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinha. Assim sendo, pretende-se aqui pensar, quais poderiam ser os possíveis efeitos de uma política de incentivo à valorização destes bens culturais, tradicionalmente compartilhados pelos moradores da fazenda. Um meio da comunidade de se reafirmar constantemente como herdeira de uma população que foi escravizada durante anos. Modo de enfraquecer um preconceito, verificado no campo, em relação à condição da Comunidade da Machadinha como remanescente de quilombo, categoria por vezes negada, principalmente, mas não de maneira exclusiva, por indivíduos externos ao grupo que reside no complexo. Um reflexo causado e propagado pelo equívoco do senso comum a respeito do termo quilombo, o que evidencia a necessidade de um urgente e amplo debate com a sociedade a respeito da heterogeneidade do conceito, uma problematização que será melhor exemplificada ao longo dos demais capítulos.

O projeto foi realizado ao longo de dois anos, tendo sido exigido, em uma primeira etapa, o levantamento constante de fontes sobre a localidade e seu patrimônio de valor histórico, arquitetônico e cultural inestimáveis; além de referências que abordassem os conceitos a serem utilizados, sendo eles relativos, em primeiro lugar, ao campo da museologia e do patrimônio, e também a outras disciplinas como a antropologia e sociologia. Em seguida, foi essencial o contato direto com a comunidade através de uma pesquisa de campo - tendo sido realizadas duas visitas, uma nos dias 15 à 17 de junho de 2019 e outra, seis meses depois, nos dias 8 à 10 de fevereiro (datas que coincidiram com fim de semanas e feriados devido a melhor possibilidade de transporte e hospedagem) – o estabelecimento de conversas informais com os moradores, e a documentação de observações em um caderno de campo e registros fotográficos de autoria própria. Essa aproximação com os moradores, em ambas as

visitas, só foi possível por meio do auxílio prestado pelo Memorial e seus funcionários, que, inclusive, ofereceram o próprio contato telefônico ainda em junho de 2019. Desde então, o Memorial tem servido como ponte, ou seja, um facilitador na relação pesquisador/comunidade, em particular promovido por uma de suas funcionárias, que ofereceu ajudar no contato com alguns moradores que se mostraram disponíveis para conversa, e ainda, por vezes, servindo como mediadora para uma melhor comunicação entre dois distintos mundos, um acadêmico e outro pertencente ao grupo cultural em questão. Porém, é de suma importância destacar que, a partir de março de 2020, devido ao estado mundial de pandemia e de isolamento social devido ao Covid-19, as pesquisas de campo já planejadas (e necessárias para o andamento do projeto) foram inevitavelmente afetadas e canceladas. Ao final, contudo, durante pelo menos 10 meses, os dados que puderam ser coletados das duas únicas visitas realizadas *in situ*, foram utilizados para embasar a escrita deste trabalho acadêmico, as conversas gravadas foram transcritas e a pesquisa pôde ser concluída.

Como um trabalho que envolve questões do campo da museologia e patrimônio, antropologia, sociologia e história, é importante destacar alguns temas e conceitos que serão utilizados ao longo do texto. São eles os termos: quilombo, ancestralidade, diversidade cultural, memória coletiva, sistema e poder simbólicos, e cidadania cultural.

O primeiro deles, “quilombo”, que em sua etimologia bantu faz referência a acampamentos ou fortalezas de guerreiros (ANTUNES; CABALLERO; FREITAS; HERNÁNDEZ; MARQUES, 2011), pode ser definido e compreendido de duas formas: primeiramente em seu significado criado e propagado desde o período colonial brasileiro, no qual pode ser entendido como fenômeno histórico de resistência escrava germinado do sentimento de negação ao senhoriato e ao próprio Estado (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017); ou em seu significado ampliado, referindo-se a grupamentos que se formaram de diversas maneiras, não apenas a partir de processos de fuga, mas incluindo também territórios herdados ou doados pelo Estado, ou adquiridos por meio da simples permanência nas terras que cultivavam, como é o caso da Fazenda Machadinha. Portanto, esse sentido mais amplo é compreendido como um território no qual há a presença de uma identidade social e étnica compartilhada pela população (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002), onde está presente ainda uma reprodução de seu modo de vida e um sentimento de herança cultural, de preservação de sua memória coletiva, sendo esses territórios, referidos muitas vezes por outros termos

como, “terras remanescentes de quilombo”³, “terras de preto”, ou ainda, “território negro”.

Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da **identidade étnica** e da **territorialidade**, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois “*a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela, no dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais*” (GUSMÃO, op. cit.:14). Estes aspectos encobertos, aos quais a autora se refere, são a submissão e a dependência dos grupos negros em relação à sociedade inclusiva (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002, p. 4 – grifo dos autores).

Após o termo quilombo, temos que entender a ideia de “ancestralidade”, e por isso, adotamos aqui a noção de ancestralidade africana que, segundo Munanga (apud OLIVEIRA, 2009), está relacionada ao “ancestral”, o fundador de um clã ou de uma linhagem. Em várias sociedades africanas, acredita-se que a ancestralidade é o que veicula a força vital e divina, ou “axé”, que é transmitida pelos ancestrais - os mortos -, para os vivos.

A ancestralidade é praticamente o ponto de partida de todo processo de identidade do ser, para você criar sua identidade coletiva você tem que estabelecer um vínculo com a ancestralidade. Lá é sua existência como ser individual e coletivo. Então a ancestralidade para nós é muito importante (MUNANGA apud OLIVEIRA, 2009, p. 218).

Ela representa uma dimensão do conhecimento humano, um encontro mental e espiritual do sujeito com ele mesmo, uma tomada de consciência de si e do mundo, e de sua realidade como pessoa. A ancestralidade africana pode ser compreendida, portanto, como um reconhecimento, por parte de um indivíduo, de uma herança cultural negra e o ato de ser incorporado à sociedade.

A valorização das culturas africanas faz com que os negros brasileiros possam se construir como pessoas, mediante o compromisso da vida, como existência pessoal e comunitária, encontrando assim sua vocação e seu destino, pelos quais Orunmilá é responsável, de tal maneira de que ninguém poderá usurpá-los. Assim entendida, a pessoa se integra a comunidade, pois não se pode encontrar-se sem se doar nela. As ancestralidades estão numa perspectiva da re-

³ Em 20 de novembro de 2003, foi promulgado o Decreto nº 4887 que regulamentava o processo de demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Em seu Art. 2º foram considerados como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) todos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, p. 4).

humanização, movimento contrário à desumanização, ou seja, de recuperação da pessoa negra, passo este que se inicia com a tomada de consciência de sua essência perdida, expulsa de si mesma, desprovida de memória e projeto (OLIVEIRA, 2009, p. 271).

Em seguida, temos o termo “diversidade cultural” que, como foi apresentado por Abreu (2007a) e Lima (2010), se torna foco de discussão, a partir da metade do século XX, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial e o conseqüente trauma que se seguiu, sendo percebido como mecanismo de resposta ao preconceito, ao racismo, à exclusão de certas parcelas minoritárias da população, ao etnocentrismo, ao evolucionismo⁴ e à hierarquização cultural. Segundo Lima (2010), esta diversidade está presente em múltiplas camadas e dimensões de nossa sociedade, desde o domínio da religião e da política, ao âmbito de gênero e de classe social, entre outros. Ou seja, é a pluralidade de visões de mundo e interpretações culturais, que resultam em diferentes modos de vida e opiniões. Desta forma, é importante que haja o reconhecimento e uma consciência destas qualidades particulares de cada grupo de indivíduos, da relatividade de seus valores culturais e sua diversidade, tanto por parte do Estado e das classes dominantes opressoras, quanto dos oprimidos, em um movimento que possa se caracterizar como uma forma de resistência quando estes últimos se sentirem socialmente ignorados, hostilizados ou oprimidos por serem percebidos como diferentes.

A partir, portanto, da conceitualização de diversidade cultural podemos percorrer também pelo conceito de memória coletiva, cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs. Esta pode ser entendida como um conjunto de referências, estruturadas em hierarquias e classificações, próprias de um determinado grupo. Logo, se há uma diversidade de grupos, podemos inferir a existência de múltiplas memórias coletivas, e a existência de uma complexidade de redes de memória coletivas que, entre si, se relacionam de maneiras diversas. Esta tipologia de memória é identificada como um meio de definição e identificação do “que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros”, fundamentando e reforçando “os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Constitui-se, assim, de identificadores que possibilitam o encontro e o reconhecimento de pessoas de um mesmo grupo social, ou de indivíduos que compartilhem referências histórico-culturais. São perspectivas de vida, de um passado em comum, modos de organização, costumes e manifestações

⁴ Refere-se ao uso de uma distorção, da teoria elaborada por Darwin, no âmbito dos estudos antropológicos, determinando algumas culturas como: primitivas (em “estágios inferiores de evolução humana”, ou em uma “infância da civilização” (ABREU, 2008)); e a cultura européia ocidental, identificada como o estágio civilizatório mais evoluído (CHAUI, 2008).

culturais que permitem a formação de uma identidade própria. Maurice Halbwachs, em seu livro, “A Memória Coletiva”, acreditava que uma memória coletiva reforçava a coesão social e adesão afetiva ao grupo, pois sem um sentimento de coletividade, seja ele afetivo, histórico ou imaginado, não há coesão social. Porém, ele destacava também a presença de uma seleção de referências e significações que são reconhecidas a partir de um acordo estabelecido entre a memória coletiva e a memória individual.

Portanto, se existe uma diversidade de grupos sociais e cada um deles possui uma memória comum entre os indivíduos que os constituem, é possível dizer que em todas essas coletividades, segundo Bourdieu (2007), são estabelecidos sistemas que dão origem a diferentes funções e às várias “relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos” que permitem a integração social, comunicação e “o *consensus* acerca do sentido do mundo social” (Idem, 1989, p. 9), sendo compreendidos então como sistemas simbólicos. De acordo com o pensamento de Bourdieu (1989, p. 9-10), “são instrumentos de conhecimento e de comunicação” estruturados e também estruturantes, “um poder de construção da realidade” que, quando reconhecido, atua como instrumento de dominação voltado aos interesses das classes dominantes. Cada cultura, deste modo, pode ser compreendida como uma esfera aglutinadora de sentidos simbólicos, significações adquiridas no âmbito familiar e/ou social, estabelecidas por grupos sociais e transmitidas de geração em geração (LIMA, 2010), sentidos dotados de poder capaz de “manter a ordem ou de a subverter”, sendo exercidos através da “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Por fim, e de maneira indissociável à reflexão sobre sistemas simbólicos, temos o conceito de cidadania cultural que nos foi apresentado pela filósofa Marilena Chaui (1995). Um pensamento que carrega em seu âmago a desconstrução crítica de mitologias e ideologias vigentes na cultura e política brasileira, produtos de uma sociedade historicamente oligárquica e desigual, polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e os privilégios absolutos das camadas dominantes. Uma sociedade definida principalmente pela presença de violências visíveis e invisíveis, mascaradas de maneira dissimulada por mecanismos diversos, a exemplo da *mass mídia* e do paternalismo populista, que alimentam a existência de uma visão messiânico-mineralista da política⁵. Deste modo, caracteriza-se como uma diretriz político-cultural

⁵ Segundo Chaui (1995), característica própria da política brasileira, a qual falha em constituir-se como um campo social de lutas, culminando assim, na presença de uma dinâmica similar àquela

guiada pela democratização da cultura, envolvendo uma discussão a respeito da ampliação do conceito de “cultura”; o direito de todo cidadão ao acesso e à criação cultural; além da participação em decisões públicas sobre cultura, tornando concreto um novo sujeito social e político que também se reconheça como um sujeito cultural.

O presente trabalho, portanto, será de cunho qualitativo, apresentando inicialmente o município no âmbito de sua história e contexto político, para em seguida dar um enfoque maior no papel do Complexo Cultural, na preservação do patrimônio, na relação e o diálogo que o Memorial da Machadinha estabelece com a comunidade e seus moradores, e apresentar os atuais movimentos realizados para a salvaguarda de seus bens culturais, sem esquecer de destacar as disputas e empecilhos enfrentados pela comunidade ao tentar valorizar e proporcionar o reconhecimento de suas manifestações e tradições quilombolas. Deste modo, os procedimentos escolhidos para alcançar esses objetivos contemplaram: 1) pesquisa bibliográfica, levantamento de fontes disponíveis, como jornais e revistas; 2) estudo etnográfico realizado por meio do trabalho de campo como observador participante, *in situ*, na comunidade e Complexo Cultural, além de analisar as atividades nele produzidas com o público, a exemplo da prática da contação de histórias, o fado e o jongo mirim, parte do projeto Flores da Senzala, que pode vir a proporcionar uma participação mais ativa do espaço do Memorial como instrumento social voltado para a população local, de modo a servir não apenas ao apelo turístico; 3) e ainda, realizar conversas informais e registros fotográficos com os moradores da comunidade e os profissionais do Memorial para tentar compreender as mudanças nas relações presentes entre a comunidade, o resto do município de Quissamã e o poder público local, além da importância da manutenção de sua tradição, sua memória e cultura, percebendo-as como meio de manutenção de sua identidade. Observando que, ao serem preservadas e transmitidas ao longo das muitas gerações, elas servem como instrumento social para a valorização do passado do quilombo, a sua cultura, identidade e memória. Enfatizando a relevância da cultura afro-brasileira para a formação do país. Posteriormente, todo este material será doado ao Memorial para colaborar na construção de um acervo de pesquisas sobre a Fazenda Machadinha.

Como observação final, os nomes dos contatos estabelecidos não serão utilizados devido ao não envio prévio do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-

percebida no do plano da representação teológica, mais especificamente, na alternância entre uma adoração sacralizada e uma demonização de determinados governantes.

UNIRIO), além de ter sido verificada uma postura tímida e até mesmo defensiva por parte de alguns moradores, algo que deve ser respeitado pelo pesquisador, agente externo ao meio em que se vê inserido. Houve ainda, uma tentativa de colher relatos pessoais com o mais antigo morador do quilombo (contato oferecido por uma das funcionárias do Memorial), porém infelizmente ele preferiu não participar da pesquisa por motivos pessoais. Foram, portanto, realizadas algumas conversas informais em campo, tendo sido em sua grande maioria, registradas apenas com um gravador padrão disponível em todos os aparelhos móveis mais novos. Destas conversas serão destacados, ao longo de todo o texto, os trechos mais importantes e relevantes para o contexto do trabalho, e ainda, ao final da dissertação estará disponível a transcrição das conversas, exposta em sua integralidade, já que pode vir a servir como material documental para outras pesquisas e estudos acadêmicos, e também como comprovação do registro original realizado. Não serão expostos, entretanto, todos os diálogos gravados *in situ*, apenas aqueles que considere mais significativos para compor o corpo do estudo a ser exposto aqui, tendo sido ao todo, seis conversas com distintos moradores da comunidade da Machadinha.

A primeira delas foi com uma jovem mediadora do Memorial, parte da chamada 8ª geração de descendentes de escravos da Machadinha e o primeiro contato estabelecido durante as visitas de campo. Além de sempre se apresentar disponível para conversar e tirar dúvidas, sempre se oferecia para auxiliar na tarefa de estabelecer rede de contatos, geralmente apresentando-me às pessoas de uma maneira menos impositiva, constantemente como um amigo que estaria realizando um trabalho, e não como a figura estranha de um pesquisador.

O segundo morador, com quem estabelecemos contato já na segunda ida à Machadinha, era um experiente percussionista, que se mudou ainda novo para a Machadinha. Ele é instrumentista e dançarino do Fado de Quissamã, mestre de jongo e membro do grupo de percussão do Boi Malhadinho. Junto a ele, temos ainda o terceiro morador. Trata-se de uma criança, e seu neto, que, apesar de falar pouco, suas palavras se tornaram essenciais para exemplificar algumas importantes relações presentes na Machadinha.

A quarta moradora era uma cozinheira da Casa de Artes, com quem conversamos, pela primeira vez, quando fomos almoçar no restaurante que funciona em seu interior. No dia seguinte, a mediadora do Memorial nos rerepresentou enquanto a cozinheira se sentava na estreita calçada em frente à entrada de sua casa (a senzala).

Ela nos disse que havia nascido na Machadinha, assim como todos os seus parentes, e em nossa conversa falou sobre as dificuldades enfrentadas por eles no presente, quando comparado com a vida no passado.

A quinta era outra funcionária da Casa de Artes, que nos contou um pouco sobre alguns projetos que permanecem parados, como a construção de um novo posto de saúde, a criação de uma nova horta comunitária e também a mais recente restauração da igreja, que, segundo ela, foi embargada pelo INEPAC por conta do uso de uma telha não “original”.

O sexto e último morador com quem conversei foi o próprio avô da mediadora do Memorial, que pareceu complementar o discurso da cozinheira da Casa de Artes, destacando os principais desafios enfrentados pelos moradores da Machadinha ao longo dos últimos anos. Realçou ainda os constantes enfrentamentos da comunidade com a Prefeitura e a Usina, a Companhia Engenho Central de Quissamã, falando um pouco da luta e da resistência exigida a eles, desde a vida no engenho até hoje; sendo constantemente mobilizados pelo sonho de que um dia possam conquistar as terras que, de direito, são deles e, com ela, uma condição de vida mínima para o sustento próprio da Machadinha.

Portanto, ao longo do texto serão destacadas algumas importantes falas presentes nas conversas realizadas com essas seis pessoas, apresentando diferentes perspectivas a respeito comunidade, não apenas pela diferença de faixa etária, mas também por alguns deles terem nascido na Machadinha e outros terem se mudado mais tarde para a localidade (apesar de todos serem identificados como integrantes da comunidade). Por fim, para realizar a identificação destes moradores iremos adotar “nomes fictícios” de acordo com as funções desempenhadas por eles, ou mesmo com base em seus graus de parentesco, sendo eles, portanto: Mediadora; Percussionista; Neto; Cozinheira; Funcionária; e Avô.

A dissertação está estruturada em três capítulos nos quais será gradualmente relatada a experiência de campo, *in situ*, sendo apresentados alguns dados coletados, de modo a destacar um pouco das variadas experiências, percepções e narrativas estabelecidas entre a população local, o Engenho Central e a Prefeitura de Quissamã, além das relações presentes entre os moradores e a própria comunidade, e suas manifestações culturais. Ao longo de todo o trabalho, serão comentados e analisados trechos destacados de algumas conversas que foram realizadas durante as visitas e,

ainda, serão expostas algumas dificuldades encontradas para a obtenção dos depoimentos.

No primeiro capítulo será realizada uma apresentação mais detalhada do campo de trabalho, no caso a Machadinho, sua localização dentro do município de Quissamã, dados populacionais, contexto histórico, sócio-político e econômico; e ainda uma breve apresentação de algumas questões importantes para entendermos as relações estabelecidas no centro da Machadinho, como é o caso da dualidade Senzalas/Casa-grande, o simbolismo e criação de um imaginário particular a ela associada, e também a problematização do conceito de quilombo e sua aplicação no caso específico da comunidade.

Seguindo ao segundo capítulo, em uma primeira parte será discutida a classificação da Machadinho como “quilombo”, questão que permeia, desde uma problematização do próprio conceito “quilombo”, até uma abordagem etnológica, ou melhor, da “etnogênese”, conceito trabalhado, por exemplo, por Arruti (1997). Deste modo, será evidenciado a relevância de um sentimento de unidade e pertencimento, de uma relação afetiva com o passado, como a reapropriação de antigos elementos culturais e de memória, as “reminiscências”, para a reconstrução de uma continuidade de um modo de vida particular. Em seguida, serão analisadas algumas das diferentes dimensões do patrimônio presente na região. Aspectos de sua cultura, desde a culinária, religião, dança, música, artesanato etc., que possam ser identificados como tal, uma vez que são reconhecidos e valorizados pela própria comunidade.

Para encerrar, temos o terceiro capítulo, no qual será abordada ainda com mais ênfase a questão do patrimônio e a relação que pode ser percebida entre ele e o reconhecimento de uma identidade quilombola na Machadinho, ou seja, de que modo o exercício da patrimonialização (ou mesmo de uma reinvenção e valorização do patrimônio e de uma memória coletiva) pode vir a impactar a presente dinâmica social e o processo de afirmação desta identidade. Aproveitando para discutir alguns aspectos deste tema, como patrimônio “autêntico” e “tradição inventada”. Evidenciar, com isso, a importância do papel destas manifestações na manutenção de uma identidade cultural de resistência, essencial para que a comunidade se reconheça como sujeito cultural, criador e gestor de seu próprio patrimônio.

1 COMPLEXO CULTURAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Figura 1: Alas de senzalas restauradas,.



Fonte: Fotos do autor, 2019.

1.1 História e política na Machadinha

Como foi apontado por muitos autores, a exemplo de Guilherme de Queirós Mattoso (2003) e Ana Cláudia Cruz da Silva (2016), a comunidade de Machadinha está localizada na fazenda de mesmo nome, zona rural do município de Quissamã⁶, norte do estado do Rio de Janeiro (250 km da capital do estado) e distrito emancipado, em 1989, da cidade de Macaé. Além dessas duas cidades, a região norte fluminense é formada também pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, de modo que os 724,3 km² de extensão de terra pertencente a Quissamã correspondem apenas a 7,4% da área total da região (MACHADO, 2006). Ainda segundo o censo demográfico do IBGE de 2019, o município de Quissamã possui uma população estimada de 24.700 habitantes⁷.

⁶ A palavra Quissamã é de origem angolana, tendo havido apenas uma ligeira adaptação da escrita Kissama, e que, em uma interpretação livre, pode significar “fruto da terra que está entre o rio e o mar”, nome dado a uma cidade localizada a 80 Km de Luanda, na foz do Rio Kwanza, importante hidrovía utilizada para o escoamento de negros aprisionados. (SILVA, 2009b; Portal Oficial do Município de Quissamã. Disponível em: <https://quissama.rj.gov.br/site/pagina/historico/24/2>).

⁷ Um aumento de mais de 10.000 pessoas, desde o valor de 13.668 habitantes exposto por Mattoso (2003, p. 2), número levantado pelo censo demográfico de 2000.

A comunidade da Machadinho, por sua vez, engloba moradores de cinco núcleos de territórios distintos que formam a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinho, titulação dada a ela pela Fundação Cultural Palmares em 2006, tendo sua ancestralidade reconhecida, sem, entretanto, que esse reconhecimento tenha redundando na demarcação e conquista da propriedade de terra⁸ (emissão da titulação de propriedade coletiva para a comunidade), situação semelhante a de outras trinta e três comunidades no estado (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2017; INCRA 2017). Na certidão de autorreconhecimento da “comunidade da Machadinho” como “remanescente de comunidades de quilombo” consta que ela é composta pelos núcleos denominados: Fazenda Machadinho (núcleo central); Sítio Santa Luzia; Mutum; Boa Vista; e Bacurau. Todos localizados a poucos metros da Fazenda Machadinho, permitindo que seus moradores também participem de atividades que lá ocorrem.

Considerando a população total, pertencente ao conjunto formado por esses cinco núcleos, residiam, em 2017, em torno de 300 famílias e 983 habitantes descendentes de escravizados negros que trabalhavam na antiga fazenda⁹ (ARAYA; COSTA; FONSECA, 2017), a exemplo do sítio Santa Luzia, doado por antigos donos do Engenho Central de Quissamã a um casal de ex-escravos (MACHADO, 2006). O número de famílias que habitavam cada um desses núcleos, variava de 30 a 50 (36 em Mutum, 45 no Sítio Boa Vista, 46 no Sítio Santa Luzia, 31 em Bacurau e 49 na Machadinho), e constituíam ainda uma rede de parentesco entre as cinco comunidades, permeada por relações de fraternidade, vizinhança, amizade e compadrio entre seus moradores (SONEGHETTI, 2016). Entretanto, é importante ressaltar que a Machadinho é o único núcleo da CRQ (ARAÚJO; 2006; REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017) em que muitos de seus cerca de 180 habitantes ainda vivem nas antigas senzalas - quantidade relativamente variável com o tempo, havendo um fluxo constante de pessoas que chegavam, saíam e retornavam à comunidade, “aqui sai... entra... sai..., quando a gente pensa que saiu já tá voltando. A gente perde até a quantidade”

⁸ Depois de cem anos da abolição da escravidão, há, finalmente, o reconhecimento dos direitos dos remanescentes de comunidades quilombolas. Segundo o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em exercício a partir da Constituição Federal de 1988, é previsto a emissão de títulos de propriedade definitiva para as terras ocupadas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 160).

⁹ Em sua maior parte, mesmo após a abolição, os moradores de Machadinho continuaram morando na fazenda e trabalhando com a cana, até se tornarem trabalhadores da Companhia Engenho Central de Quissamã, que adquiriu a posse da fazenda em 1936 (MACHADO, 2006).

(COZINHEIRA, 2020) - motivo pelo qual a comunidade é identificada como principal centro de tradições e memória quilombola na região.

“O negro” é homenageado através de uma estátua, em tamanho maior que o natural, localizada na entrada da cidade. Trata-se de uma imagem de um trabalhador da cana-de-açúcar, negro, responsável pela prosperidade de Quissamã. Abaixo dele há um navio, referência à origem africana, e uma placa explicando o nome da cidade. Afora esta homenagem, Quissamã só é negra em Machadinho, isto é, quando se fala em população negra, em descendentes de escravos da região, em elementos considerados oriundos de um passado escravo e negro, as pessoas da cidade dizem que tudo vem de Machadinho, embora haja várias comunidades negras na zona rural do município e não seja pequeno o número de moradores de Machadinho que vieram de outras fazendas, hoje comunidades, nas redondezas (...) (SILVA, 2016, p. 39).

Figura 2 e 3: “Monumento ao negro” na entrada de Quissamã. À esquerda, a parte frontal do monumento. À direita, um navio negreiro na parte de trás do memorial.

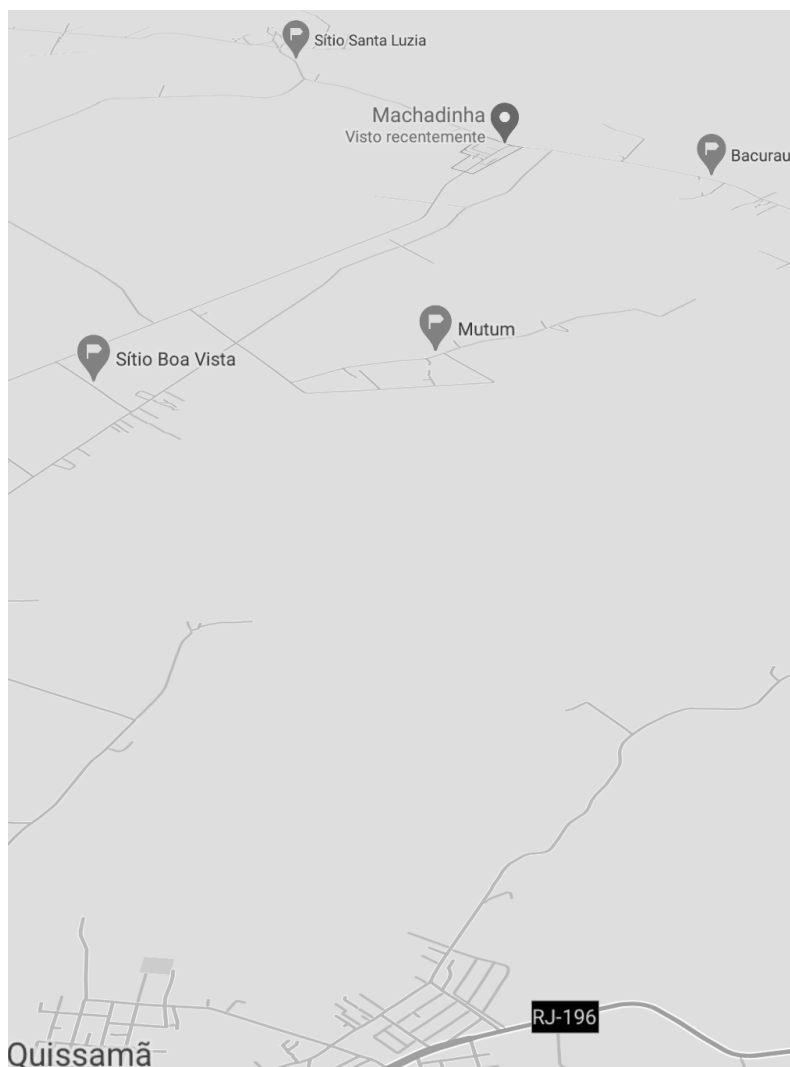


Fonte: Fotos do autor, 2020.

As outras quatro comunidades - Mutum, Sítio Boa Vista, Sítio Santa Luzia e Bacurau - estão localizadas dentro de um raio de 4 km da localidade conhecida como centro de Machadinho, todas sendo interligadas por rodovias municipais asfaltadas (QSM-010; QSM-012; QSM-014) e ainda algumas estradas de terra. O conjunto de comunidades formadoras da CRQ da Machadinho ocupa uma região de planície que se encontra posicionada entre a faixa de terra litorânea, onde está situado o Parque

Nacional da Restinga de Jurubatiba, e uma cadeia montanhosa paralela ao parque (SONEGHETTI, 2016).

Figura 4: Disposição das comunidades Machadinha, Sítio Santa Luzia, Bacurau, Sítio Boa Vista e Mutum.



Fonte: Captura de tela do celular com marcações elaboradas pelo autor, 2021.

A maior concentração de CRQs do Estado está localizada na região norte do Rio de Janeiro. Uma região, já no século XVII, considerada estratégica e extremamente lucrativa para os traficantes de escravos, e onde, durante o século XIX, funcionavam muitos dos engenhos de cana de açúcar que, conseqüentemente, possuíam a maior proporção de escravizados do país na época, proporcionalmente, ainda mais do que as grandes regiões agroexportadoras de Paraty (“quadrilátero do açúcar” paulista) e Pernambuco (MARCHIORI, 1987 apud REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017). Havia na época uma grande busca pela mão-de-obra escrava para trabalhar nas lavouras de açúcar do eixo Cabo Frio-Espírito Santo que, com frequência, “pediam braços” vindos

da África (SILVA, 2009b). Em um levantamento de inventários *post-mortem* de homens livres da região norte-fluminense, de 1790 a 1810, o historiador Manolo Florentino constatou que aproximadamente 73% deles eram donos de escravos. Não se sabe ao certo a quantidade de escravos trazidos para o Brasil, havendo apenas estimativas desse número, primeiro por conta da queima de documentos nos quais constavam esta informação, ainda no século XIX (DUARTE, NETTO, SCOTTI, 2015), segundo, porque muitas das pessoas eram sequestradas e vendidas de maneira clandestina. Entretanto, segundo múltiplas fontes, podemos chegar a uma quantia estimada de 4.500.000 pessoas retiradas, apenas de Angola (país de origem da maioria escravizada no Brasil), desde o descobrimento de terras brasileiras até 1858 (SILVA, 2009b), sem contar aquelas vindas de outras regiões africanas.

Quissamã, antigo distrito de Macaé, não fugiu à regra e, em meados do século XIX, recebeu muitos escravos provenientes, principalmente, de Angola e Moçambique, mais precisamente das regiões de Kissama e Quelimane¹⁰, respectivamente. A partir de 1796, e devido à necessidade de uma massificação da mão de obra para as plantações, houve um aumento da importação de escravos para o norte-fluminense, que teve seus portos convertidos em verdadeiros centros para atividades relacionadas ao tráfico negreiro, funcionando como principal ponto de atraque para navios vindos diretamente da África. Em 1867, período em que houve um crescimento considerável da produção canavieira na região de Goytacazes, a população de Quissamã já era composta por cerca de 1.196 pessoas livres e 1.681 escravizadas, que em sua grande parte trabalhavam na lavoura e fabrico da cana-de-açúcar (MARCHIORI, 1987 apud MACHADO, 2006, p. 19; SILVA, 2009b).

Porém, anteriormente ao açúcar, a região de Quissamã teve como primeira atividade econômica predominante a criação de gado, destinada ao abastecimento de carne da capital. Campos de Goytacazes, ou Goitacá¹¹, terra ocupada pelos temidos índios Goitacases e localizada a nordeste do atual estado do Rio de Janeiro, era conhecida como uma fértil zona pastoril de grande interesse comercial, que foi cedida, em meados do século XVII, a sete pretendentes que ficaram conhecidos como “Sete

¹⁰ No ano de 1851, o subdelegado de polícia da Freguesia de Quissaman (grafia antiga da região), Bento Carneiro da Silva, futuro Conde de Araruama e filho mais velho do Visconde de Araruama, escreve um relatório em que informa o aportar, na Barra do Furado em Quissamã, de um navio negreiro de nome “Tentativa” que foi apreendido contrabandeando escravos de maneira ilegal. Na ocasião foram capturadas 478 pessoas, entre elas escravos africanos e traficantes vindos de Quelimane para Quissamã (SILVA, 2009b).

¹¹ Grafia utilizada por Charles Ralph Boxer (SILVA, 2009b)

Capitães” (SILVA, 2009b). Mais tarde, e como característico de outros municípios da região, a produção de cana-de-açúcar passou a ser, e por muito tempo, a principal fonte econômica da região. Por volta da década de 1750, essa nova atividade agrícola foi introduzida em Campos dos Goytacazes e Manuel Carneiro da Silva construiu a conhecida casa Mato de Pipa em Quissamã, entre 1777 e 1782¹², sede da fazenda de mesmo nome e a mais antiga estrutura domiciliar, casa-mãe da emergente classe senhorial açucareira da região (MACHADO, 2006). Além disso, a casa Mato de Pipa funcionou como centro, em cujo entorno cresceu, posteriormente, o povoamento que daria origem ao município de Quissamã. Ela assume, portanto, a condição de importante marco histórico e político da localidade (PORTAL..., ca. 2010)

Em 1798, foi inaugurado um engenho de açúcar por João Carneiro da Silva, irmão do Visconde de Araruama¹³, proprietário rural por muitos considerado como um dos mais relevantes de sua época (MACHADO, 2006). O engenho localizava-se nas proximidades da antiga sede da Fazenda Machadinho. Entretanto, e apesar da forte presença e importância da produção açucareira na região, particularmente no município de Quissamã, essa atividade teve um auge tardio, alcançando relevância considerável apenas no século XIX.

É importante citar que, segundo um inventário apresentado pelo próprio Visconde de Araruama, em 1864, em uma única fazenda denominada de Quissamã, assim como o atual município, podiam ser encontrados 248 escravos, dos quais 118 trabalhavam na roça, sendo os demais divididos em ofícios diversos, como o de sapateiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro, entre outros, além de atividades domésticas. Esse fato é mais uma evidência da forte presença da escravidão na região. Algo que foi tão marcante a ponto de fazendeiros fluminenses criarem um Clube da Lavoura e do

¹² A casa Mato de Pipa foi a primeira da região a ser construída com telhas, e seu nome é proveniente de uma árvore existente no local, conhecida como arco-de-pipa. No século XIX, ela foi visitada pelo próprio Imperador Dom Pedro II e, em 1985, foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) (MACHADO, 2006; PORTAL..., ca. 2010).

¹³ José Carneiro da Silva, mais conhecido como Visconde de Araruama, nasceu na antiga casa Mato de Pipa e teve descendentes que se tornaram proprietários de diversos solares e fazendas na região, como o solar de Machadinho, Mandiquera, Quissamã, entre outros. Alguns membros de sua família ocuparam cargos políticos no cenário regional, mas apenas João Almeida Pereira Filho, seu genro e parceiro na defesa de interesses dos latifundiários contra a abolição da escravidão, conseguiu alcançar prestígio na política nacional, exercendo o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império nos anos de 1859 e 1861. Em 1871, período de implantação da Lei do Ventre Livre, João Almeida esteve contra qualquer tipo de mudança no modelo escravocrata brasileiro, pois acreditava que a escravidão era uma instituição de direito e o escravo uma mera propriedade, um instrumento de trabalho. (MACHADO, 2006; WIKIPEDIA, ca. 2010).

Comércio¹⁴, de modo a reunir latifundiários que fossem contra a abolição e que pudessem se opor a então fundada, em Campos, primeira Sociedade Emancipadora, um movimento que propagava a luta pela emancipação dos negros (MACHADO, 2006).

Em relação ao transporte e à difusão do que era produzido em Quissamã, e que tinha como seu principal destino a antiga capital do país, os registros históricos indicam que, inicialmente, o transporte de mercadorias era realizado por carro de boi até Macaé, de onde seguia por via marítima até o porto do Rio de Janeiro. Em 1843, iniciou-se, sob responsabilidade de José Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama, a construção de um canal, como tentativa de melhorar a circulação de mercadorias e o saneamento da região de Quissamã. Dezoito anos depois, em 1861, o canal, que ficou conhecido como Campos-Macaé, foi inaugurado. Mas, com a finalização, pouco tempo depois, da estrada de ferro ligando os municípios de Macaé a Campos, e daquela que ligava o Engenho Central de Quissamã diretamente à Estação de Santa Fé¹⁵, o canal logo perdeu relevância como meio de comunicação entre as localidades (MACHADO, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, o cultivo de cana de açúcar na região começou a perder importância, alterando drasticamente o quadro econômico de Quissamã. A grande crise de 1929 foi um marco importante, pois resultou no endividamento e na perda de propriedades por parte de alguns fazendeiros, sendo suas terras posteriormente acrescentadas à Companhia Engenho Central de Quissamã, também conhecida apenas como “Usina”, o que gerou um gradual monopólio econômico regional. De acordo com pesquisas históricas realizadas pelo Projeto Memória de Quissamã, o Engenho Central teria provocado a desativação de sete engenhos de açúcar de produtores locais, tendo, desde então, sua safra destinada à Usina. (MACHADO, 2006; SILVA, 2016; SONEGHETTI, 2016).

Em 1876, a atividade cafeeira já havia praticamente desaparecido na região. Em 1877, com a inauguração do Engenho Central de Quissamã, os pequenos engenhos foram desativados. Os antigos fazendeiros de açúcar tornaram-se fornecedores ou acionistas do Engenho Central de Quissamã, e muitos dos antigos fazendeiros do café tornaram-se lavradores, passando a trabalhar como empregados do Engenho Central (MACHADO, 2006, p. 20).

¹⁴ José Caetano Carneiro da Silva, o Visconde de Quissamã, foi responsável por representar Quissamã no Clube da Lavoura e Comércio, fundado na corte em maio de 1871 (CANO, 1997; MACHADO, 2006).

¹⁵ A Estação de Santa Fé mais tarde mudou de nome para Estação Conde de Araruama e hoje encontra-se abandonada (MACHADO, 2006).

Um período de forte estagnação econômica estendeu-se por décadas em Quissamã, até o ano de 1989, quando sua emancipação do município de Macaé resultou no retorno do desenvolvimento local, tendo como sua principal fonte de receita os royalties do petróleo¹⁶ e gás retirados da Bacia petrolífera de Campos. Esse elemento, unido à incerteza do valor e duração dos royalties, fez com que o governo municipal percebesse o turismo como importante alternativa econômica para a manutenção de uma receita mínima no local (MACHADO, 2006; SILVA, 2016).

1.2 Dois séculos de Machadinha

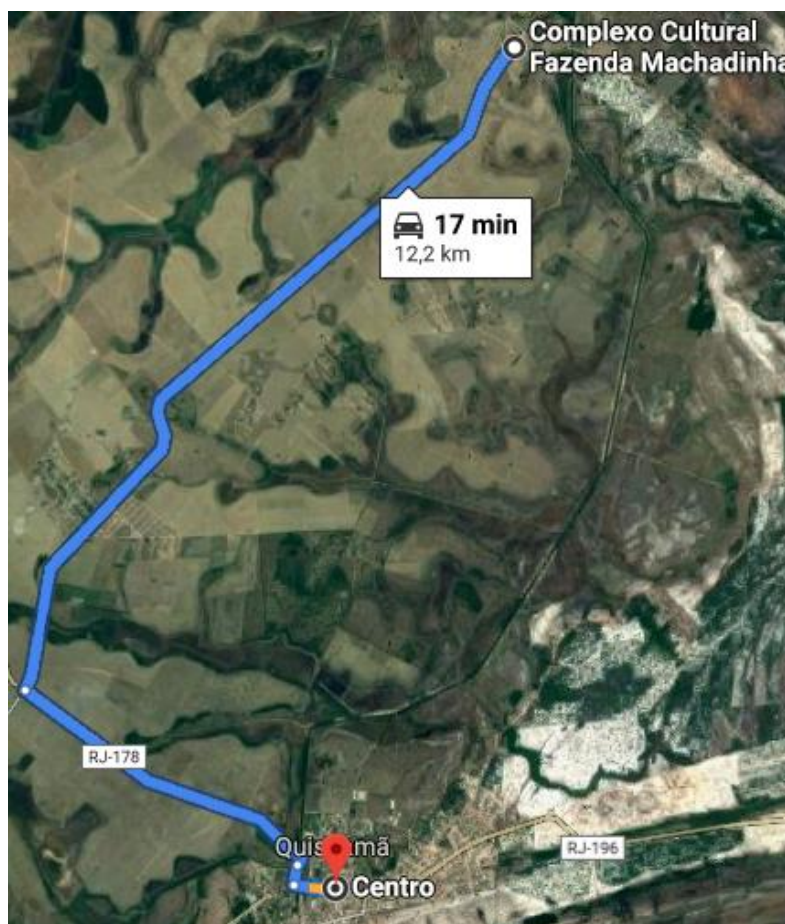
Voltemos, portanto, o nosso foco para a Fazenda Machadinha, núcleo central da CRQ de mesmo nome e localizada a aproximadamente 10 km do centro do município de Quissamã. Ainda em meados do século XVIII, ela foi adquirida, juntamente com as terras constituintes da Fazenda do Melo e a Fazenda Mato de Pipa, por João Carneiro da Silva, um contratador de diamantes, responsável pela extração do minério para a coroa portuguesa. Após sua morte, as terras foram herdadas pelo seu filho, Manoel Carneiro da Silva, esposo da filha do 4º Morgado de Capivari e que, por sua vez, fundou a Fazenda Mato de Pipa e construiu um pequeno engenho de açúcar e uma residência na Machadinha. Ao falecer prematuramente, Manoel Carneiro da Silva deixa as terras para serem administradas por seu filho João Carneiro da Silva (assim batizado em homenagem a seu avô e 1º Barão de Ururáí), sob a tutela de seu tio, Brigadeiro José Caetano Barcelos Coutinho (MACHADO, 2006; SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Em 1798, inaugurou-se um novo engenho, considerado por muitos como o verdadeiro primeiro engenho de Quissamã, movido por tração animal ou por escravos e construído junto à antiga sede da Fazenda Machadinha. Posteriormente, mais precisamente em 1803, ele foi demolido e reconstruído e, cinco anos depois, a Fazenda Machadinha ganhou sua primeira casa com função residencial, construída ainda por João Carneiro da Silva que faleceu em 1851, deixando a fazenda para o sobrinho, Manoel Carneiro da Silva (1833-1917), que futuramente ficaria conhecido como Visconde de Ururáí, filho de José Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama. Em

¹⁶ Entretanto, segundo reportagem do jornal Valor Econômico de 2 de abril de 2019, apesar do otimismo trazido pelos *royalties* de petróleo, havia um alerta ao alto grau de dependência de municípios como o de Quissamã às receitas advindas do petróleo, dados evidenciados por pesquisas realizadas no Laboratório de Análise de Orçamentos e de Políticas Públicas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (LOPP/MPRJ).

1853¹⁷, Manoel Carneiro da Silva casou-se com Ana do Loreto Viana de Lima e Silva¹⁸ (1836-1884), filha de Duque de Caxias, e, em 1863, mandou construir um magnífico solar, projeto do arquiteto alemão Antonio Becher, o qual foi inaugurado apenas em 1867 e que, nos dias atuais, e apesar das tentativas de restauro, se encontra em ruínas (INEPAC, ca. 2001; MACHADO, 2006; SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Figura 5: Mapa da estrada que leva de Quissamã à Machadinho.



Fonte: Imagem capturada pelo Google Maps, 2020.

Desde a inauguração do antigo engenho, ainda no século XVIII, e ao longo de quase todo o século XIX, muitas reformulações técnicas foram sendo realizadas para o aperfeiçoamento da produção do açúcar, tornando-se, inclusive, uma das primeiras fazendas da região a serem equipadas com maquinário a vapor. Contudo, em 1877, o engenho da fazenda seria desativado definitivamente por conta da criação da

¹⁷ Data do matrimônio, segundo Machado (2006), foi o ano de 1854.

¹⁸ Escrita por vezes “Anna do Loreto Vianna de Lima e Silva” e ainda “Ana Francisca de Loreto Viana de Lima e Silva” (MACHADO, 2006; SILVA, 2009b).

Companhia Engenho Central de Quissamã, a qual foi fundada pelo próprio Visconde de Ururá e seus irmãos.

O Engenho Central era um grande estabelecimento industrial voltado para a produção açucareira na região, sendo na maioria das vezes referido apenas como “Usina”, pelos moradores da Machadinho. A Usina teve sua fábrica instalada a aproximadamente 15 km do conjunto arquitetônico do núcleo central da Machadinho, e a menos de 5 km do centro da cidade de Quissamã, sendo rodeada por uma grande quantidade de fazendas e propriedades canavieiras da antiga aristocracia agrária quissamaense, que abrigavam grandiosas casas senhoriais, construções datadas do final do século XVIII ao início do século XX. Conquanto a Prefeitura reconhecesse as casas como patrimônio histórico, o tombamento legalmente efetuado pelos órgãos de patrimônio abarcava apenas a Fazenda Machadinho e a Sede da Fazenda Mato de Pipa, a mais antiga estrutura residencial da região, localizada no centro da cidade de Quissamã (MACHADO, 2006; SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Ao falecer, em 1917, o Visconde de Ururá deixou a propriedade do engenho desativado da Machadinho para sua filha, Ana Francisca de Queiros Matoso, que manteve a fazenda na família até sua morte em 1924, sendo derradeiramente vendida ao Engenho Central por seus filhos, Euzébio e Luiz, em 1936. Já a casa grande, em 1948, passou a ser propriedade da Usina, cujo administrador a utilizou, por algum tempo, como residência. Entretanto, em 1970, ela também foi fechada terminantemente (MACHADO, 2006; SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Até os dias atuais, segundo Soneghetti (2016, p. 51), para os moradores da Machadinho a Usina foi a grande proprietária da Fazenda Machadinho, tendo adquirido ainda muitas outras propriedades por todo município de Quissamã, como as fazendas “Floresta, Penha, Quissamã Grande, São Domingos, Conde, São José, Monte de Cedro e Santa Cruz”. Este fato pôde ser confirmado pelos depoimentos dados pelo avô da mediadora do Memorial. Segundo ele, “a Usina apanhou isso tudo que tá aqui (...) isso aqui passou pra Usina. Então eles ficaram por aqui, mandando aqui. Eles mandavam aqui”.

Entre os anos de 1984 e 1986, foi desenvolvido em Quissamã, sob a égide da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), um projeto intitulado de Projeto Memória de Quissamã, patrocinado pela Petrobrás e que tinha por objetivo a realização de um estudo relativo à história, à arquitetura e à cultura local,

desejo evidenciado pela população já naquele período. Participaram desta iniciativa arquitetos, sociólogos e antropólogos, além de alguns membros da elite local que estavam preocupados com o estado de abandono em que se encontravam alguns solares localizados no então distrito de Quissamã. Como resultado deste projeto, foi publicado, em 1987, um livro organizado pela historiadora Maria Emília Prado Marchiori, em formato de coletânea de artigos, denominado “Quissamã” (SONEGHETTI, 2016).

1.3 A Machadinha hoje

Figura 6: Vista aérea da comunidade da Machadinha.



Fonte: Foto retirada da página da Machadinha no Facebook¹⁹, 2020.

Atualmente, a propriedade da terra da Fazenda Machadinha pertence à prefeitura de Quissamã, tendo sido desapropriada em 2003²⁰. Em 2001, durante o segundo mandato de Octávio Carneiro da Silva, a prefeitura comprou parte da fazenda, adquirindo também todo seu conjunto arquitetônico, que pertencia à Companhia Engenho Central de Quissamã, em uma tentativa de preservar as construções e a cultura local (MACHADO, 2006; SILVA, 2016).

Octávio assumiu a Prefeitura pela primeira vez em 1989, ano em que Quissamã deixou de ser distrito de Macaé e alcançou o status de

¹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/quilombomachadinha/photos/>>. Acesso em novembro de 2020

²⁰ Ver informações a respeito do Complexo Cultural Fazenda Machadinha no portal virtual do município de Quissamã.

município. Desde então, ele esteve como prefeito durante quatro mandatos: de 1990 a 1992, de 1997 a 2000, de 2001 a 2004 e de 2013 a 2015, este último pelo Partido Progressista (PP). Em maio de 2015, Octávio pediu licença para realizar um tratamento médico e foi substituído por seu vice; faleceu poucos meses depois (SONEGHETTI, 2016, p. 52).

Segundo Machado (2006, p. 28-29), “diferentemente de outras comunidades formadas por descendentes de escravos, os moradores da Fazenda Machadinha não estão lutando pela regulamentação de suas terras”. Para ele, a razão para tal desinteresse é o desconhecimento que os moradores têm acerca da legislação e de seus direitos à titulação da terra, já que foram legalmente reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, como comunidade remanescente de quilombo (CRQ). Entretanto, foi verificado, durante a pesquisa *in situ*, que a maioria da população, apesar de não estar diretamente envolvida nos assuntos culturais da Machadinha, demonstravam ter discernimento a respeito de seus direitos, apresentando insatisfação, preocupação e desesperança, quanto ao descaso praticado pelo poder público. Havia ainda uma pequena parcela da população, compreendida por organizadores de atividades e instituições culturais, como o Memorial ou a ARQUIMA, que mostravam-se extremamente ativos e conscientes de seus direitos legais, participando de frequentes reuniões, com advogados, pesquisadores, políticos etc, sendo muitas vezes vistos, pelos outros moradores, como representantes dos interesses culturais e políticos da comunidade.

Hoje em dia nós temo correndo no (inaudível) no direito, mas é uma coisa assim que...a gente não tá vendo decisão nenhuma. Vêm aqui? Eles vêm aqui, vêm engenheiro, vêm é... vêm (...) Vêm pesquisador, vêm advogado, vêm coisa...nós temo lá! Junto com eles (AVÔ, 2020).

De acordo com informações disponibilizadas pelo portal virtual do município de Quissamã e apresentadas por Silva (2016), em 1979, o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro) tombou algumas das edificações coloniais, localizadas no centro da Fazenda Machadinha, como patrimônio histórico do Estado do Rio de Janeiro devido ao seu valor excepcional. Este tombamento da fazenda compreendeu: as senzalas, construídas em 1833, e que funcionam até hoje como moradia para os descendentes de escravos e suas famílias (ARAÚJO, 2006; REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017); a capela em homenagem à Nossa Senhora do Patrocínio, padroeira da comunidade, também erguida em 1833; o “prédio da sede”, ou

melhor, a casa grande²¹, um casarão de arquitetura rural brasileira do século XIX, erigido entre 1863 e 1867, momento áureo da economia açucareira na região, e que serviu de antiga morada para senhor da fazenda (SILVA, 2009b); trechos do canal Campos-Macaé existentes no território da fazenda; e ainda o “espaço físico” do entorno, sendo assim proibidas ações que possam alterar sua paisagem (SONEGHETTI, 2016).

Segundo Maria José de Queiróz Carneiro da Silva, irmã do prefeito de Quissamã, Armando Cunha Carneiro da Silva, a idéia inicial da prefeitura era transformar as ruínas do casarão em um parque. O intuito era preservar a cultura negra dentro da antiga Casa Grande, utilizando esse espaço para apresentações do fado. Em virtude de o complexo arquitetônico estar tombado pelo INEPAC, as obras de restauração não puderam ser iniciadas e, com isso, a Casa Grande foi deteriorando-se e atualmente não se sabe mais o rumo que vai tomar (MACHADO, 2006).

Deste modo, estas construções passaram a ser reconhecidas como patrimônios históricos do Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte do Complexo Cultural Fazenda Machadinha, criado em 2009, seis anos após a desapropriação da fazenda pelo poder público municipal, e que passou a incluir alguns importantes espaços culturais que foram restaurados pela prefeitura local, entre 2006 e 2008, juntamente às senzalas e à capela, sendo eles: a Casa de Artes; o Armazém; e o Memorial, localizado onde antes existia um salão comunitário, ou na caracterização de um de seus moradores, “isso aí era salão de baile” (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017). É importante sublinhar que o termo “cultural” aqui é utilizado com a intenção de destacar as práticas próprias da comunidade, que mantém vivas manifestações locais como as danças do jongo, do fado, a culinária e os festejos, assim como foi assinalado por Silva (2016) a respeito do uso do termo no âmbito publicitário:

(...) nos materiais gráficos de propaganda turística de Quissamã, o roteiro que leva à Fazenda Machadinha é classificado como cultural, diferenciando-se do histórico (fazendas e casarões) e do natural (praias e Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba) (...) as propagandas turísticas produzidas pela prefeitura promovem a expectativa de que o visitante irá conhecer “descendentes de escravos que mantêm vivas as tradições do passado” (...) (SILVA, 2016, p. 42-43).

²¹ A Casa Grande encontrava-se em um ponto mais alto do terreno de modo que o senhor pudesse ver seus escravos trabalhando. Além disso, ela era protegida pelas senzalas que, em uma invasão ou ataque de animal, seriam as primeiras a ter contato com a ameaça (MACHADO, 2006).

Ainda no núcleo central da Machadinha, sede do quilombo, são encontrados: um posto de saúde²², com médico quatro dias por semana; um bar, localizado no Armazém, e que pode ser encontrado por detrás da capela, servindo como espaço destinado à convivência dos moradores, além de um pequeno espaço para compras cotidianas, desde pasta de dente e sabonete, à bebidas alcoólicas, sacos de arroz, feijão e biscoitos²³; um campo de futebol; uma praça construída pela prefeitura; e a Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, que funciona do maternal ao quinto ano do ensino fundamental e que atende estudantes de Machadinha e das demais comunidades próximas. Atualmente, a escola passa por um processo de implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017; MACHADO, 2006; SILVA, 2016).

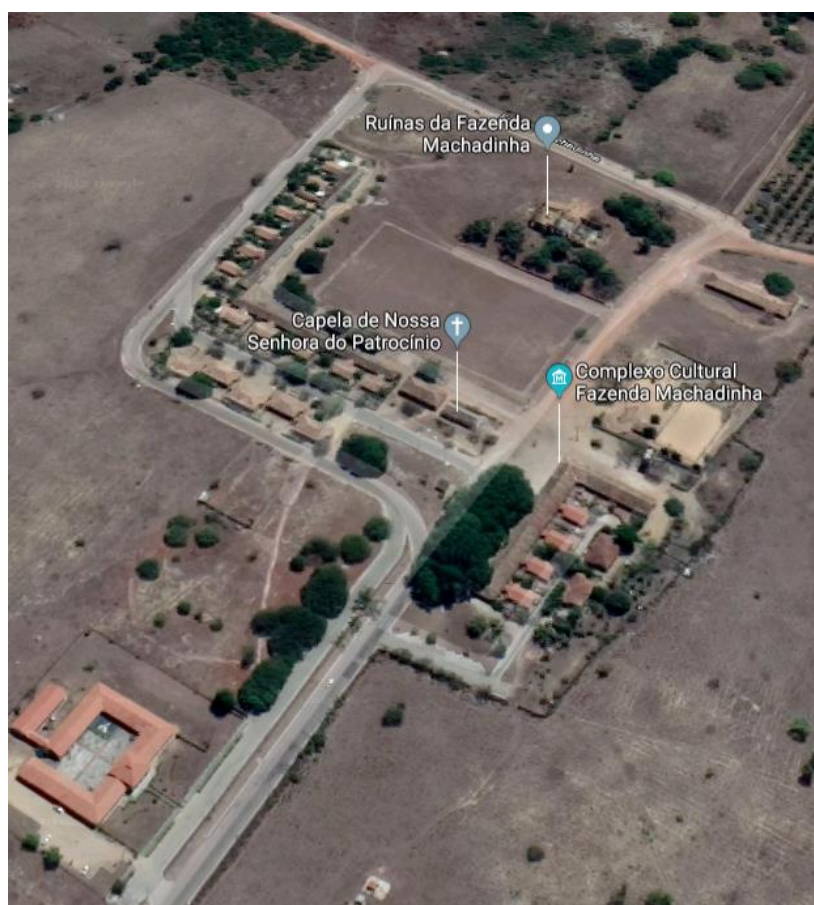
Ainda, segundo uma das moradoras, o Posto de Saúde atualmente ocupa duas das casas que poderiam servir como residência para algumas das famílias da Machadinha, que, por enquanto, são obrigadas a dividir o espaço de uma única casa. Por isso, havia um projeto em pauta para a construção de um novo edifício no qual funcionaria um novo posto, desocupando assim as casas. Entretanto, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, essas obras ainda não haviam sido iniciadas.

Posto de saúde. Teve o projeto e nunca mais fizeram nada. Porque o posto de saúde aqui é ocupado por duas casas, entendeu? Aqui só não atende mesmo assim, quando é emergência que manda pro hospital. Mas ali é o posto que funciona direitinho (FUNCIONÁRIA, 2020).

²² Em casos mais graves os moradores devem ser atendidos no Hospital Municipal de Quissamã, no centro da cidade (MACHADO, 2006).

²³ Os únicos supermercados ficam em Quissamã ou no bairro de Santa Catarina (SONEGHETTI, 2016)

Figura 7: Mapa do Complexo Cultural Fazenda Machadinha.



Fonte: Imagem capturada pelo Google Maps, acesso em 2020.

A prefeitura de Quissamã restaurou e inaugurou, no dia 4 de julho de 2008²⁴, uma estrutura erguida a partir de um antigo estábulo ou oficina²⁵ da casa grande e que recebeu o nome de Casa de Artes, preservando parcialmente suas características arquitetônicas originais. Este local foi construído para abrigar uma loja de artesanato e um restaurante de culinária local, cujo objetivo principal visava o sustento econômico da população local, a inclusão social dos moradores e o desenvolvimento do turismo na região. A Casa de Artes deveria servir ainda como palco onde seriam realizadas apresentações de danças como o fado, o jongo e o boi malhadinho. Além disso, havia também o propósito de construir uma réplica de casa de farinha, para apresentar aos turistas como se era feita a farinha de mandioca e o sanema - um doce que no passado

²⁴ Data da inauguração disponível na reportagem “Resgate histórico: PMQ conclui restauração de Machadinha” do jornal O Debate.

²⁵ Machado (2006) indica que a Casa de Artes funcionava anteriormente como uma oficina, enquanto Silva (2016) afirma que fosse um estábulo.

era produzido pelos próprios escravos, feito à base da própria mandioca, ovos, coco e manteiga batida, uma das conhecidas receitas tradicionais da região. Porém, muitos desses projetos nunca se tornaram realidade e apenas o restaurante funciona semanalmente, até hoje, e somente aos domingos. Segundo disse sua antiga administradora, a sobra de comida era distribuída entre os moradores ao final do dia (MACHADO, 2006; SILVA, 2016; SOUZA, 2017).

Ainda a respeito do restaurante, suas atividades foram encerradas momentaneamente em 2012, período no qual, segundo depoimentos de moradores, a administração da Casa de Artes passou da Prefeitura para a ARQUIMA²⁶ (Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha). Entretanto, apesar da população ter adquirido uma maior autonomia na gestão do restaurante, alguns dos projetos que aconteciam, já muito raramente, deixaram de existir completamente devido a diminuição do incentivo dado pelo município. Entre esses projetos estava a loja de artesanatos (que não tinha produtos da própria Machadinha, mas de outras localidades, por vezes sem nenhuma relação com a comunidade), e também o projeto Raízes do Sabor, desenvolvido por Darlene dos Santos Monteiro e Maria José de Queiroz Carneiro da Silva e cujo objetivo declarado era resgatar, catalogar e manter a tradicional culinária local (patrimônio culinário), reconhecidamente influenciada pela cozinha africana, a exemplo do Mulato Velho, um prato de pescado acompanhado de feijão. Contudo, segundo a própria Darlene, as antigas receitas haviam sido adaptadas, com vistas ao turismo, pois a real intenção do projeto era obter renda para a comunidade e o município, e não tanto se preocupar com a preservação de uma suposta cozinha “autêntica” (MACHADO, 2006; SILVA, 2016).

A idealizadora do restaurante, Darlene Monteiro, conta, em entrevista, que o projeto previa a oferta de culinária brasileira e do Projeto Raízes do Sabor, idealizado por ela e que consiste da degustação de pratos que seriam feitos pelos escravos como forma de ter uma alimentação melhor do que aquela permitida pelos senhores, como o escondidinho (a carne escondida sob uma camada de purê de mandioca era enviada para as crianças filhas das escravas domésticas) e a feijoada, por exemplo. Entretanto, segundo fui informada, esse projeto só acontece em ocasiões muito especiais, assim, não tive a oportunidade de conhecê-lo em funcionamento (SILVA, 2016, p. 43).

²⁶ Estão presentes ainda, atuando como mais um auxílio à conquista da autonomia e sustentabilidade econômica da comunidade, parcerias com a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto Federal Fluminense (IFF), entre outros profissionais (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017).

O Memorial, por sua vez, funciona como importante palco para a preservação de saberes e da tradição quilombola, espaço onde são realizados alguns trabalhos culturais e sociais com a comunidade, portanto, não se limitando à preservação dos objetos expostos, mas estando inserido ao contexto sociopolítico que o envolve. Entretanto, segundo Silva (2016), ele surpreendentemente ainda era pouco usufruído pelos moradores, estando voltado quase que exclusivamente em função do turismo, fator economicamente rentável ao município de Quissamã - que recentemente asfaltou a via de acesso²⁷ à comunidade, visando uma maior projeção do local.

O Memorial se encontra em frente à capela Nossa Senhora do Patrocínio, no mesmo pátio onde ocorriam algumas das principais reuniões festivas da comunidade, como as celebrações da Abolição da Escravatura em 13 de maio, Consciência Negra em 20 de novembro, as festas de Santo Antônio no dia 13 de junho e Nossa Senhora do Patrocínio em 8 de novembro, padroeiros da comunidade, e ainda as celebrações dos dias de São Sebastião (20 de janeiro) e Santa Luzia (13 de dezembro).

É importante ainda registrar que, no Memorial, a história da Fazenda Machadinho era antes narrada, basicamente, a partir da exposição de objetos, texto e imagens, não apenas da comunidade, mas, principalmente registros fotográficos, ilustrações e um acervo, constituído por máscaras, esculturas e instrumentos musicais trazidos de Angola. Esse material foi adquirido pela Prefeitura em uma expedição, por ela financiada, à Kissama. De acordo com a história “oficial” da cidade, a região de Kissama é considerada como matriz principal da cultura local, além de ter dado origem ao nome do próprio município de Quissamã.

A história do município teve origem em 1627, com um pedido de posse, feito ao então capitão-mor da capitania de São Vicente e governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, pelas terras próximas à Lagoa Feia, domínio que se estendia do rio Macaé até o Iguaçu. A solicitação foi feita por sete capitães²⁸, proprietários de engenhos no Rio de Janeiro, que reclamavam a região pertencente à Capitania de São Tomé (também conhecida por Campos dos Goytacazes), como retribuição aos serviços prestados à

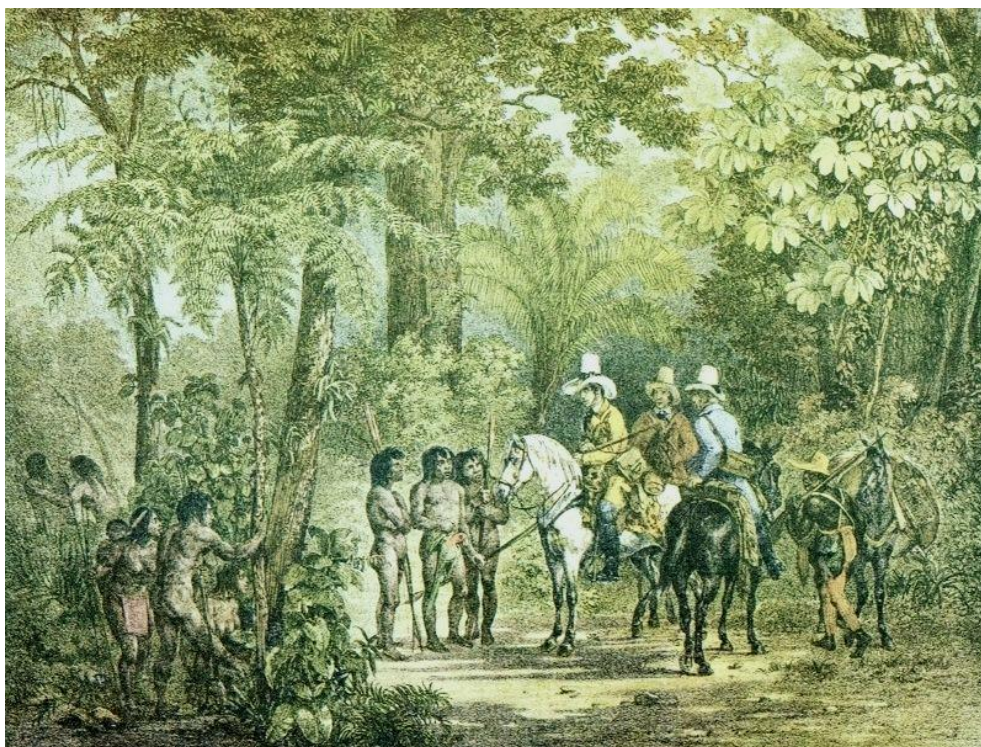
²⁷ Antigo trecho de estrada de terra entre a Machadinho e a localidade denominada Santa Catarina, bairro de Quissamã (MACHADO, 2006).

²⁸ Em 1632, os sete capitães realizaram uma visita de reconhecimento na região e encontraram índios convivendo e colaborando com autoridades locais para a defesa da terra contra a ameaça pirata holandesa. Em 1634, depararam-se com o negro de Kissama, que se dizia forro mas que fugiu após as perguntas a ele direcionadas. Os capitães acreditaram que se tratava apenas de um escravo desertor (MACHADO, 2006).

Coroa Portuguesa na expulsão dos franceses do litoral fluminense. Portanto, atendendo ao que fora reclamado, o governador fez a doação da carta de sesmaria aos sete pretendentes: Miguel Ayres Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa e Duarte Corrêa. (MACHADO, 2006; SILVA, 2009b)

(...) em 1634, “Sete Capitães” proprietários de terras na região doadas por Martim de Sá, em visita de exploração, encontraram um africano vivendo entre os índios e perguntaram de onde ele vinha, ao que respondeu que vinha da região de Kissama, situada em Angola. A partir de então, este passou a ser o nome da localidade (...) (CORDEIRO, 2009, p. 63 apud SILVA, 2016, p. 39).

Figura 8: Litografia de Rugendas.



Fonte: Johann Moritz Rugendas. Rencontre d'indiens avec des voyageurs européens. Litografia colorida à mão, 1835.²⁹

Retornando, então, à expedição realizada à Kissama/Angola, que teve como pretexto a hipótese de encontrar algumas evidências dessa “história de origem” do município. Participaram dela “a então presidente da Fundação de Cultura de Quissamã, Alexandra Moreira; o designer e fotógrafo Leonardo de Vasconcellos Silva (...) e o repórter-fotográfico Wellington Cordeiro” (SONEGHETTI, 2016, p. 122). Desta forma, o

²⁹ Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/bf/d0/e4/bfd0e447393f521c81d879af90fc5f6e.jpg>. Acesso em novembro de 2020.

acervo de documentos trazidos da África, e disposto em exposição no Memorial, funcionava como sustentador de um discurso e um simbolismo de uma aproximação e reforço de semelhanças entre Quissamã e Kissama.

(...) a ideia era mostrar a grande semelhança entre os moradores de Machadinha e os de Kissama. Em dois dos mostruários estavam expostos retratos intercalados de moradores de Machadinha, Kissama e desenhos de pessoas negras, sem legendas que as identificassem (SONEGHETTI, 2016, p. 123).

Em “aquários” (denominação dada, pela mediadora, aos painéis de vidro nas paredes), presentes no interior do Memorial, eram apresentadas informações, fotografias, gravuras e desenhos que remetiam a diferentes momentos históricos do Brasil colonial até a primeira década do século XXI. Neles, eram retratados o comércio de escravos e a vida das pessoas negras no contexto escravista, além de contar com informações a respeito da elite açucareira no município, personagens históricos e moradores de ambas as localidades de Machadinha e Kissama. O discurso da instituição girava em torno do “apogeu” da produção açucareira na região e, ao mesmo tempo, das forças de resistência vindas da senzala, uma visão romantizada do passado que deixava de lado a problematização das relações de poder entre “senhores” e “escravos”. Além disso, como já foi dito, a exposição servia para corroborar com a versão, considerada como oficial pela Prefeitura, de uma origem de Quissamã baseada na herança angolana presente no município.

O espaço é da prefeitura mas é mais da comunidade, a cara é da comunidade. Aí o que que acontece, foi feito uma viagem lá pra Kissama (inaudível) que veio de lá, então foi feito essa exposição, só que não tinham tantas coisas daqui da comunidade, falava mais lá de Kissama, não tanto da comunidade. (MEDIADORA, 2020)

Como é evidenciado, portanto, pela fala da mediadora do Memorial, esta antiga abordagem narrativa foi substituída com a mudança de gestão da prefeitura para a Associação de Remanescentes de Quilombo da Machadinha (ARQUIMA). Atualmente, assiste-se no Memorial uma história primordialmente contada a partir das memórias dos moradores. São apresentados painéis, “aquários”, preenchidos com imagens e registros de grande importância para a comunidade. Trata-se de textos e fotos que contam histórias de importantes personagens e manifestações locais, com ênfase no jongo e seu caráter comunicacional de resistência no período da escravidão. Em junho de 2019, em uma visita ao local, uma das funcionárias e mediadora do Memorial revelou o quanto este caráter de resistência é fortemente evidenciado nas mensagens que eram transmitidas de forma metafórica, através dos versos de algumas das canções de jongo,

impedindo que fossem, desta maneira, interceptadas por indivíduos de fora do círculo de convivência do escravos, como o capataz do senhor. Segundo ela, “eles pegavam elementos do dia a dia e transformavam em códigos que só eles entendiam, assim possibilitam a fuga deles” (MEDIADORA, 2020). Veremos adiante, mais a respeito desse caráter de resistência presente no jongo e evidenciado por ela.

É importante notar que há na região um imaginário do tempo da escravidão, um reflexo percebido na formação das coleções e seu processo seletivo, como exercício do poder simbólico no Memorial, que se faz presente por meio da legitimação de significados que constituem um sistema simbólico, uma esfera aglutinadora de sentidos sustentadores de uma realidade particular (LIMA, 2010). Uma espécie de "poder invisível" exercido pela "cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p. 8). A prática deste poder pode ser percebida ainda na feijoada, no jongo, no fado e em seus contos populares, utilizando-se literalmente de um discurso da quebra de correntes, em um contexto no qual se defrontam a casa grande, em ruínas, e as senzalas, de pé. Trata-se de uma simbologia bastante utilizada para criar uma narrativa fantástica do oprimido vencedor e do opressor derrotado.

De acordo com Souza (2017, p. 38), há momentos em que a Prefeitura toma o lugar da casa grande, estando presente em falas de moradores como, “eles acham que não somos capazes porque descendemos de escravos”. Por outro lado, temos os membros da prefeitura, muitos descendentes da própria família Carneiro, antiga proprietária das terras do atual quilombo, e detentora “de uma memória colonial que até então faziam questão de manter no memorial local” (SOUZA, 2017, p. 39). Há, portanto, a presença de uma divisão social/cultural disfarçada, na qual percebe-se a prevalência do interesse econômico e político de uma cultura de elite, dominante e opressora (CHAUI, 2008) sobre os anseios de uma cultura popular, dominada e oprimida. Contexto resultante "de uma “luta” ou “conflito” entre as classes/grupos constitutivos de uma determinada estrutura social”, e, conseqüentemente, um ajuste de suas significações e sistemas simbólicos (LIMA, 2010, p. 20).

Desta forma, se vê presente uma complexa disputa política, ou mesmo de lutas de classes, ideológicas, segundo Bourdieu (2007), pelo controle da região. De um lado, os descendentes de escravos buscam a propriedade de terra pertencente ao quilombo e uma independência integral de suas atividades na fazenda, sem a necessidade de interferência da prefeitura em suas decisões. Em contrapartida, as lideranças políticas

não pretendem abrir mão do controle e do poder que possuem sobre a comunidade. Sendo assim, este dilema pode ser percebido como um problema central da Machadinho e é, por este motivo, tão importante que haja uma resolução no caso da posse definitiva de sua terra, direito constitucionalmente estabelecido à população local, tornando-se necessária uma permanente reafirmação da comunidade como quilombola, e a constante valorização e incentivo de suas práticas tradicionais, os quais também assumem o papel de importantes documentos históricos e museológicos, de acordo com o entendimento mais amplo do termo “documento”, tal qual conceituado por Fustel de Coulanges³⁰ (1862 apud BENCHIMOL; PINHEIRO, 2009). Razão pela qual as fontes orais, a memória oral e coletiva da Machadinho, são igualmente entendidas como fontes de informação alternativas e tão valiosas quanto às fontes escritas.

Este movimento de manutenção de raízes culturais e de proteção de bens patrimoniais tem se tornado tão presente na comunidade que “ex-moradores e filhos de moradores do local estão voltando para a Fazenda Machadinho, em virtude do trabalho de valorização cultural que está sendo desenvolvido na comunidade” (MACHADO, 2006, p.28). Uma busca de reforçar sua identidade e alcançar uma sustentabilidade econômica para a Machadinho.

É evidentemente crucial a salvaguarda do patrimônio reconhecido por esse grupo historicamente oprimido, seja da roda de jongo dançada à luz das estrelas e ao ritmo dos tambores - com suas peles aquecidas pela chama da fogueira, um gesto indicativo de que foram consagrados à ancestralidade -, do artesanato ou da contação de histórias e sua encenação, ambos parte do projeto conhecido como “Flores da Senzala”, que ocorre no Memorial sob a coordenação de Dalma dos Santos³¹ (quilombola e atual diretora da instituição) e de Leandro Nunes (quilombola e mestre de jongo no grupo Tambores da Machadinho). Assim mesmo, é extremamente relevante a valorização da feijoada como “típica” culinária local e “verdadeiro ícone de classe”,

³⁰ Fustel de Coulanges acreditava que a História precisava encarar como documentos e buscar fundamentos em fontes orais (fábulas, festas, música, sonhos e/ou qualquer manifestação humana) e não apenas no registro escrito (LE GOFF, 1992 apud BENCHIMOL; PINHEIRO, 2009).

³¹ Em 2016, no âmbito do II Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Machadinho, e ainda evento de encerramento do Projeto Territórios Criativos, Dalma dos Santos publicou um livro de coletânea de contos intitulado “Flores da Senzala”, mesmo nome do projeto que ocorre no espaço do Memorial e que foca na contação de histórias, oficinas de artesanato e na roda de jongo mirim, posteriormente elaborado e coordenado por ela (Blog Macaé em Pauta, 2016; Portal G1, 2016).

dotada de sentidos, história e memórias da comunidade, como foi destacado por Souza (2017, p. 31)

A Liberdade que se assinala com a feijoada é poder reconstruir sua própria história sob as bases que se deseja. Neste cenário político, de disputa de terras, a arena da memória destaca a espoliação daqueles que permaneceram na terra em que seus antepassados foram escravizados e destituídos de direitos básicos como a moradia e meios de sobrevivência da/na terra. O esforço aos valores étnicos, significa promover a pertença comum à uma ancestralidade imaginada. A comida, a feijoada ou o capitão de feijão, são utilizados na afirmação de valores e pertencimentos pela via de suas memórias do cativo. A tal respeito ressalta o presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho (ARQUIMA), Wagner Nunes: "Essa atividade nos traz a reflexão da importância da preservação da memória e o respeito aos nossos "Pretos Velhos" que resistiram por nós. É também um momento de entendimento sobre a Lei Áurea. Dos seus pontos positivos e negativos para nossa sociedade" (SOUZA, 2017, p. 42).

Assim como a feijoada, as senzalas podem ser consideradas mais um exemplo destes patrimônios da "liberdade", pois servem, constantemente, como símbolos ou fragmentos de memória de um passado na fazenda. Os descendentes daqueles que foram escravizados, e por anos foram forçados a servir aos senhores da fazenda, continuaram morando nas senzalas, porém, trabalhando como funcionários assalariados para o Engenho Central de Quissamã. Hoje, apenas uma pequena parcela desses descendentes ainda atua na produção de cana-de-açúcar local, sendo a maioria da população constituída de pessoas aposentadas ou desempregadas, constantemente à procura de serviços variados.

(...) mesmo após a abolição, os negros permaneceram vivendo em senzalas e oferecendo seus serviços aos antigos senhores em troca de pequenos pagos, mas mantendo-se como um grupo social com características próprias. Soares (2002) caracteriza essa modalidade de formação como 'assenzalados' (MARCHIORI, 1987 apud REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017, p. 227).

As senzalas são construções dotadas de um forte poder simbólico por conta da carga histórica de opressão que assolou gerações, de homens e mulheres, trazidos à força para o Brasil. Há diversas indicações que apontam que, até hoje, são percebidos duros reflexos dessa conjuntura em nossa sociedade, motivo pelo qual possuem tanta relevância para a contemporaneidade e para as gerações futuras, principalmente enquanto funcionarem como registros físicos deste passado recente de nosso país.

Um importante registro a respeito das senzalas na Machadinho, na época da escravidão, foi o depoimento dado à Machado (2006) por Darlene dos Santos

Monteiro³², idealizadora do projeto Raízes do Sabor, segundo quem, as edificações coloniais foram construídas já com divisões internas para que os escravos tivessem privacidade e um maior número de filhos possível, gerando assim mais mão-de-obra à disposição do senhor da casa grande. Além disso, ela evidencia a existência de uma divisão entre os próprios escravos que trabalhavam diretamente no solar da fazenda - parcela com mais acesso aos estudos -, e aqueles que trabalhavam na lavoura. Divisão que se manteve durante muito tempo. Hoje, porém, além dos moradores viverem como cidadãos livres e em um diferente contexto histórico e político, qualquer condição que possa favorecer sua segregação interna tem se tornado cada vez menos presente, principalmente devido ao trabalho de preservação da cultura local, contribuindo para uma maior integração entre os moradores.

Portanto, diferentemente do solar que durante décadas foi abandonado até tornar-se uma ruína, as “senzalas e a capela foram restauradas recentemente (...)” (SILVA, 2016, p. 42), em um processo³³ que foi realizado pela Conenge Engenharia, além de ter sido acompanhado e aprovado pelo INEPAC, sendo finalizado em partes³⁴ (ARAÚJO, 2006). Em 2007, encerrou-se o restauro das alas B, C e D, que tinham sua estrutura mais comprometida e nas quais residiam 13 famílias; e no ano seguinte houve o término da ala A, restauração que consistiu na recuperação do telhado das casas e das paredes com o material “original” de adobe.

Aqui, esses tijolos são feitos de capim. Meu pai, na época, trabalhou produzindo. Dizem que antigamente era feito de capim, todas as senzalas (inaudível) e olha quantos anos tem, mas são tudo original...as senzalas são. Mas isso aqui eles tentaram fazer e ficou legal, né? (FUNCIONÁRIA, 2020)

Durante o processo foram construídas novas moradias, também denominadas “casas de passagem”, onde os habitantes da Machadinho pudessem ficar enquanto as senzalas estivessem desocupadas.

(...) fizeram aquelas casa nova que tá ali, pra quando reformasse nós mudar pra lá. Porque reforma tem que sair de dentro de casa, como é que vai reformar uma casa pra gente dentro de casa. Aí fizeram aquela

³² Esposa de Paulo Renato Cunha Carneiro da Silva, irmão do prefeito de Quissamã, Armando Cunha Carneiro da Silva (MACHADO, 2006)

³³ A obra, segundo Machado (2006), estava em fase de licitação e era prevista para se iniciar em 2006, sendo necessário que os moradores das senzalas fossem transferidos temporariamente para casas populares construídas pela prefeitura, podendo apenas retornar posteriormente às construções estarem devidamente restauradas.

³⁴ Ver informações a respeito do restauro da Fazenda Machadinho no *website* da empresa Conenge Engenharia.

ali, é nova, que eles fizeram, não tinha não, fizeram... aí, reformaram, nós mudemos pra lá. Quando terminou a reforma aqui, voltemo com o caminhãozinho da prefeitura, o... é um caminhãozinho é (...) às vezes pra mudar...pra carregar as coisa pesada pra lá, coisa leve a gente levava na mão (...) (PERCUSSIONISTA, 2020)

Deste modo, é possível verificar a existência, nesta pequena localidade, de um contraste deveras interessante, entre o pouco que restou da casa grande e a senzala preservada, permanecendo de pé até os dias de hoje (SILVA, 2009b).

Em Machadinha, a “casa-grande” não tem condições de ser restaurada e suas ruínas permanecem de pé graças a estruturas de sustentação que as preservam assim. No entanto, seu atrativo está na outra ponta da estrutura econômica da sociedade canavieira: as senzalas da fazenda, as quais são hoje ocupadas por descendentes de escravos que teriam permanecido elas após o fim da escravidão. Qualquer visitante que tenha a oportunidade de conversar com alguns moradores, pelo menos com aqueles mais habituados para o trato com o turista, pode ouvi-los dizer uma espécie de jargão sobre o lugar: que lá, foram os pobres que continuaram de pé, ou seja, as senzalas, enquanto os ricos ruíram (SILVA, 2016, p. 41).

Esta é, portanto, outra singularidade presente no contexto particular da Machadinha, e que também está relacionada às questões de construção de identidade, de sentidos simbólicos e significações. Na fazenda, pode-se perceber uma ambígua relação proporcionada pelas senzalas que, como apontado anteriormente, ao servirem, até hoje, de moradia para boa parte das famílias da comunidade, muitas pessoas se sentem orgulhosas do fato de, enquanto ela está conservada, a casa grande encontra-se em ruína. O contraste entre as senzalas preservadas e a ruína da casa grande é, então, apropriado como um símbolo de resistência de seus antepassados. Entretanto, devido a esta mesma conjuntura, uma outra leitura é propalada. Nessa leitura de contraponto, a população acaba sendo identificada apenas como descendentes de escravizados que, ao invés de terem fugido das terras de seus senhores, em uma clara demonstração de resistência e instinto de sobrevivência - movimento que nos remete instintivamente ao termo “quilombola” - permaneceram no local mesmo após a abolição, sendo associados, portanto, ao estereótipo de acomodados e resignados (MACHADO, 2006), que se submeteram passivamente as condições de trabalho a eles atribuídas ao longo de séculos.

Portanto, terem permanecido nas senzalas acaba os distanciando de um entendimento historicamente mais antigo da categoria “quilombola” - segundo a conceituação do termo compreendida e utilizada apenas para designar negros fugidos (SOUZA, 2017). Desta forma, esse fato pode ocasionar em uma desconsideração, pelo

senso comum (presente em falas de dentro e fora da Machadinha), do sentido mais amplo e mais recente da palavra “quilombo”, como foi descrito por Carvalho, Schmitt e Turatti (2002, p.4), ou seja, utilizada para designar a “existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada”, a presença de um sentimento de resistência e a busca de uma preservação dos modos de vida de seus antepassados.

Uma mudança de sentido dos termos “quilombo” e “quilombola”, deste modo, se relaciona diretamente à luta ideológico-política travada na região, ligando-se inclusive à questão da posse definitiva da terra, pois ao serem desqualificados como quilombolas, por historicamente não serem descendentes de negros insurgentes e rebeldes, a comunidade passaria a não ter os direitos à terra.

A partir deste contexto político, econômico e social, podemos verificar que tanto as manifestações culturais, próprias da comunidade de Machadinha, quanto os edifícios presentes no local, possuem uma potencialidade intrínseca de servirem como vetores para o autoconhecimento e reconhecimento de uma identidade e ancestralidade de um grupo particular. São eles, bens culturais capazes de servir como fontes de informação a respeito da comunidade e capazes de “mudar estruturas”³⁵, ou melhor, mudar a perspectiva que a população tem de si mesma e do mundo, assim como foi percebido por Belkin e Robertson (1976, p. 198-200 apud BENCHIMOL; PINHEIRO, 2009, p. 2441), além de funcionarem como fragmentos de memória que “ressoam”³⁶ nos sujeitos do presente, impedindo assim, o esquecimento de tempos passados, permitindo que haja uma “*tomada de consciência*” de uma classe dominada por um poder simbólico imposto de modo arbitrário por uma classe dominante (BOURDIEU, 1989, p. 15).

(...) em 2015 que a comunidade criou e legalizou sua associação de moradores, a ARQUIMA, para a representação de seus interesses frente a sociedade civil e governo, caracterizando um processo de fortalecimento político e cultural importantes. Rompe-se uma relação de subordinação frente ao poder público e ingressa em uma relação de fortalecimento político coletivo, de criação e protagonismo quilombola e de autonomia na gestão de espaços culturais importantes que até então eram vinculados à prefeitura municipal, conforme indicaremos abaixo (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017, p. 227).

³⁵ Benchimol e Pinheiro (2009, p. 2443) apontam que, para certos pensadores americanos e europeus, “a informação é regida pelo princípio da ordem, modifica estruturas, operacionaliza-se no contexto da comunicação humana e sua transferência ocorre de um humano para outro humano”.

³⁶ Considerando o conceito de “ressonância”, cunhado por Greenblat e utilizado por Gonçalves (2005), podemos compreendê-lo como um valor intrínseco ao patrimônio, sua capacidade de alcançar um universo mais extenso de pessoas, evocando um sentimento, uma relação particular, seja ela positiva ou negativa, em cada indivíduo.

Desta forma, a partir da criação da ARQUIMA e de práticas patrimoniais voltadas para a preservação de suas tradições, os moradores podem buscar uma reafirmação do discurso de resistência frente aqueles postos de maneira externa, como o da prefeitura no Memorial, assumindo assim o papel de protagonista que conta sua própria história.

2. MACHADINHA, QUILOMBO E PATRIMÔNIO

Nesta segunda parte do trabalho, exploraremos o processo de reconhecimento legal e social da Machadinha como comunidade remanescente de quilombo, a importância deste hetero, e auto, reconhecimento, ou mesmo, auto afirmação, e as consequências atreladas a esta ação, além dos desafios e problemáticas em torno da multiplicidade de compreensões do termo “quilombo”. Em seguida, daremos destaque às diferentes dimensões e expressões do patrimônio no contexto da Machadinha, suas particularidades e transformações.

2.1 Machadinha, quilombo e terra de preto

Como já foi explicitado, uma das principais questões que norteiam as relações, evidenciadas em uma breve análise do contexto da Machadinha e de Quissamã, como município responsável pela administração do perímetro onde encontra-se localizada a comunidade, é o confronto entre diferentes usos da categoria de pensamento identificada como quilombo. Embate de ideias que está diretamente relacionado aos múltiplos significados que o termo pode assumir, dependendo do contexto sócio-político-cultural em que se inserem os interlocutores, fazendo com que um desses significados possa, por vezes, tornar-se dominante, sobrepondo-se aos outros. Este uso cultural, político e ideológico, de um termo, portanto, acaba ocasionando em um conflito simbólico das palavras, impedindo, ou, no mínimo, dificultando que uma dada comunidade venha a ser reconhecida como quilombola.

Este problema se apresentou diversas vezes em falas que demonstravam dúvida e, por vezes, ambiguidade em relação à identificação da Machadinha como Quilombo. Uma dessas falas foi colocada por uma criança, neto de um antigo percussionista, ambos moradores da Machadinha:

Aqui é um quilombo, aqui quer dizer...acho que é um quilombo ainda. Que aqui eram as senzalas, aqui era uma senzala, todas as casas eram senzalas, aí depois foi construído...aquela ali, aquelas casa vermelha que não é igual aquela dali, são casa, ela é uma casa de passagem, era onde (inaudível) e agora virou casas nossas, eles construíram e deixaram pra nós. Os escravos foram (inaudível) escravizados e alguns fugiram pro Quilombo, o Sítio, é...Bacurau, Treze Lagoas... (NETO, 2020)

Em uma das conversas com o seu avô, nos foi revelado mais uma vez a dificuldade com que os próprios moradores da Machadinha têm em reconhecê-la como comunidade de quilombo (de formação recente, constituída por descendentes de pessoas que, antes, eram escravas na fazenda), pois quando foi perguntado sobre o assunto, ele apenas nos respondeu que ali “era um quilombo antigamente”, o que não coincidiu com a sua fala ao ser perguntado se a Machadinha era o único quilombo na região: “só aqui mesmo, só, só aqui, é...e lá onde eu nasci era quilombo também (fazenda particular chamada Santa Francisca), era fazenda assim de cana, assim também (...)”. Neste caso, a ambiguidade no discurso pode ser fruto de uma associação comumente realizada ao se pensar no termo quilombo, sendo ele imediatamente relacionado a algo passado, já inexistente, como foi evidenciado em mais uma de suas falas: “quilombo é negócio de escravo antigamente”.

Nota-se, a partir destes relatos, que o emprego do termo “quilombo” para designar a Machadinha ainda é pouco comum pelos moradores da comunidade. O uso mais frequente desta palavra é percebido, apenas, quando inserida em algum contexto de interesse evidentemente sociocultural ou histórico, verificando-se seu uso político, acionado como instrumento de manipulação de sentidos fortalecedores de suas reivindicações, assim como foi verificado em nossas visitas ao Memorial, ou até mesmo quando fomos ao Museu Casa Quissamã (museu que fica fora da Machadinha e próximo do centro do município).

Em Machadinha, o termo quilombo costumava ser acionado discursivamente em contextos particulares, sobretudo em reuniões e eventos promovidos por órgãos públicos, universidades ou ONG's. Seu uso era mais comum entre moradores mais jovens ou de meia idade, principalmente aqueles que faziam parte de alguma das duas associações quilombolas recém-criadas (ARQUISSAMÃ e ARQUIMA) ou de projetos institucionais que focalizavam o reconhecimento enquanto quilombo, como o QUIPEA e o Projeto Territórios Criativos (SONEGHETTI, 2016).

Mas em que sentido esta reflexão pode ser importante para o caso específico da Machadinha, e ainda, qual é a relação que este problema terminológico tem com a

importância da preservação do patrimônio cultural desta comunidade? Desde que foi reconhecida como “comunidade remanescente de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, a Machadinha deveria ter recebido a titulação das terras junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entretanto, este é um processo que ainda não foi concluído. Contudo, foi apenas a partir da segunda metade do século XX, que foi elaborada uma conceituação que contrapunha a definição histórica do termo quilombo, possibilitando embasar um argumento que legitimasse o direito de grupos, descendentes de uma cultura negra-quilombola, ao acesso à terra. Podemos dizer que a noção do conceito foi ampliada para poder englobar esses diversos tipos de ocupações, assim como no exemplo específico da Machadinha, na qual os descendentes de escravos permanecem, até os dias atuais, nas senzalas da antiga fazenda (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002).

Soneghetti (2016) destaca ainda uma forte relação simbólica que o uso do termo possui quanto à expectativa da população em se tornar dona das terras. Foi percebido por ele que os moradores da Machadinha utilizam-se constantemente da palavra “quilombo” para expressar e reforçar essa demanda da demarcação e titulação coletiva do território. A associação feita por eles, entre esse conceito e a principal demanda política da comunidade no presente, demonstra a presença de uma tomada de consciência da população local quanto aos direitos do grupo, em específico aquele relativo à posse da propriedade.

A tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir - ainda que formalmente - o seu acesso à terra trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência (...) (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002, p. 1-2)

No que tange à definição oficial do termo quilombo, ainda em 1740, o Conselho Ultramarino definiu “quilombo” como *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”* (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002, p.2, destaque em itálico das autoras), conceituação clássica do termo que norteou estudos sobre o assunto até a metade dos anos 1970. O Estado Nacional, por muito tempo, buscou criar formas distintas de lidar com a necessidade de assimilar os “indivíduos não-brancos, incivilizados, inferiores em termos culturais e mentais” (ARRUTI, 2002, p. 9, destaque em itálico do autor) à sociedade e à nação brasileira. No caso das populações indígenas,

por exemplo, o atributo que seria aplicado seria o do *exotismo*, o estranho que deveria ser integrado, absorvido e eliminado, porém sendo simultaneamente protegido sob o signo do romantismo, valorizado como *origem* de uma “sociedade brasileira” e importante contribuição para uma visão integral humana.

Por outro lado, e como ponto essencial para entendermos o processo de reconhecimento de uma herança quilombola, a tematização “nacional” da cultura e população negra sempre se caracterizou, em partes, de maneira distinta à indígena. Apesar de ambos os processos de reconhecimento terem como justificativa a necessidade de absorver e integrar culturas “não-brancas” à sociedade “civilizada”, no caso da cultura indígena, havia um interesse pelo fator “exótico”, devendo ser isolada e preservada, como se constituíssem evidências de uma origem da sociedade brasileira, ou um estágio primitivo da civilização ocidental “evoluída” (ABREU, 2008). A população e cultura negra quilombola, contudo, era percebida como um problema desagradável, uma ameaça à imagem que se pretendia construir, de um Brasil como uma nação ocidentalizada e branca. O processo de reconhecimento e integração dos quilombolas seria marcado, portanto, não pelos valores positivos da preservação, mas por uma ação interventiva de educar e controlar essa população subalterna (ARRUTI, 1997).

Entretanto, com o advento do “Artigo 68” da nova Constituição Federal do Brasil de 1988, é determinado por lei, o direito à posse permanente da terra, imemorial ou historicamente ocupada, reflexo dos primeiros estudos realizados, a partir da metade do século XX, referentes à identificação de populações tradicionais designadas, desde então, como “comunidades remanescentes de quilombos”. Porém, a lei permanece sem nenhuma regulamentação até 1995. Com o crescimento, ainda que gradual, das discussões e estudos para a identificação de grupos considerados “remanescentes de quilombo”, foi sendo notada a presença de uma grande diversidade de processos de formação dessas comunidades, cujas origens podem ter sido resultantes, desde fugas, heranças, compras das terras, doações, pagamento de dívidas ou serviços prestados ao Estado, ou a permanência, como é o caso da Machadinha, nas próprias terras das antigas propriedades dos senhores (ARRUTI, 1997).

Foi apenas em 2003, início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do país, que houve a criação de uma secretaria destinada à resolução de assuntos quilombolas, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), além do incremento de um projeto de etnodesenvolvimento de responsabilidade da Petrobras (que esteve presente na Machadinha), e a inauguração

do programa federal Brasil Quilombola, no dia 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os pontos de referência para a política de Estado às comunidades quilombolas. No dia 20 de novembro de 2003 foi promulgado o Decreto nº 4887 que tinha como propósito regulamentar o processo de demarcação e titulação de terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos (CRQ), identificadas em seu Art. 2º como todos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, p. 4). Deste modo, com a adoção dessa visão ampliada do conceito “quilombo”, passaram a ser incluídos, nesta categoria, todos aqueles grupos que apresentam um compartilhamento de expressões e sentimentos de reivindicação de uma territorialidade e identidade étnica quilombola. É, portanto, a partir deste momento, que estas localidades passam a ser identificadas frequentemente por expressões como: remanescentes de quilombo, terras de preto, ou ainda, território negro (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002).

(...) os escravos que permaneceram nas antigas senzalas, como em Quissamã, são tão combativos e importantes na formação da identidade da cultura negra, quanto os que formaram quilombos ao fugirem do cativeiro (SILVA, 2009b, p. 37).

Depois da promulgação do Decreto nº 4887 os representantes da comunidade da Machadinha foram encorajados pela SEPPIR a escrever uma “carta de reconhecimento” enquanto remanescente de quilombo. Moradores das cinco comunidades constituintes da CRQ da Machadinha (Mutum, Boa Vista, Bacurau, Sítio Santa Luzia e Machadinha) se reuniram para a formulação desta carta em 2004, sendo logo depois enviada para a Fundação Palmares. Entretanto, foi apenas dois anos mais tarde, em 2006, que a certidão de autorreconhecimento lhes foi entregue. A justificativa para o atraso no processo de legitimação do pedido aludia que o mesmo fora ocasionado, principalmente, por conta da resistência da Prefeitura de Quissamã em reconhecer a população da Machadinha como quilombola. De acordo com o documento emitido pela Prefeitura ao ser notificada pelo Ministério Público Federal (MPF), a respeito do pleito efetuado pelos moradores da comunidade, sua oposição baseou-se sobretudo em dois argumentos: primeiro pelo fato de que o município detinha a propriedade das terras onde estava localizado o centro da Machadinha, parte que compunha o território quilombola pleiteado; segundo, porque a Prefeitura não reconhecia a comunidade da Machadinha como remanescente de quilombo, mas apenas como comunidade descendente de escravos, já que historicamente, não havia

nenhum quilombo na fazenda antes da abolição, tendo, os recém libertos, permanecido nas senzalas da fazenda, prestando serviço aos antigos senhores do engenho de açúcar, pelos quais “sempre foram bem tratados” (SILVA, 2009a, p. 95). Um discurso do “bom senhor de escravos” muito empregado na Machadinha e parte do “discurso oficial” da Prefeitura (SONEGHETTI, 2016, p. 167).

Se hoje, portanto, a Machadinha pode ser considerada por lei como quilombo é porque, o conceito - que antes era restrito a uma ideia colonial que se referia apenas a grupos de negros fugidos que se juntavam em uma área “despovoada” - passou a ser utilizado para definir todo grupo de indivíduos que compartilham não só um território, mas uma identidade social e étnica, promovendo práticas de resistência, além da manutenção e reprodução de um modo de vida específico. Porém, apesar da Machadinha ter sido englobada conceitualmente pela categoria quilombo, apenas esta legitimação formal não é o suficiente para efetivamente garantir a propriedade, ao menos não em termos reais e práticos.

Podemos assumir, contudo, e de acordo com a mais recente conceituação do termo quilombo, que são as práticas e manifestações de resistência, ou seja, o patrimônio cultural destes grupos que os define como tal. Tomando como exemplo a Machadinha, que foi reconhecida, em 2006, como “remanescente de comunidades de quilombo” sob a justificativa de “ter uma trajetória histórica própria, com relações territoriais e ancestralidade negra” (PALMARES, 2008), temos uma localidade cujos moradores expressam o direito legal que possuem sobre as terras da antiga fazenda, afirmando serem propriedade dos descendentes de escravos, que nelas permaneceram ao longo dos anos. É, portanto, por meio do argumento da ocupação histórica, que a população pretende justificar a legitimidade do direito à propriedade da terra, que poderia incorrer no uso capião. Porém, mais do que o reconhecimento de uma ancestralidade, a região se vale de uma categoria cultural, de manifestações próprias, de tradições e histórias que unem gerações, de patrimônios vivos em senzalas e em sua população (SONEGHETTI, 2016).

Foi, então, apenas a partir do reconhecimento do valor histórico-cultural de seu patrimônio, que a Machadinha pôde adquirir a titulação de “comunidade remanescente de quilombo”. O seu reconhecimento como quilombo trouxe maior relevância local e nacional, tanto como novas perspectivas e ações para a preservação de seu patrimônio, que acabou sendo inserido no “circuito turístico” do município de Quissamã (SONEGHETTI, 2016). Do conjunto de bens culturais que constituem o patrimônio da

Machadinha, podemos citar: a música e a dança, como o jongo, o fado e o boi malhadinho; a culinária, com exemplares como a feijoada, o Mulato Velho e o Pirão de Carne; o misto de religiões, no caso, a umbanda, o candomblé, o catolicismo e as neopentecostais; e ainda o artesanato, do qual se destaca a confecção da boneca abayomi (SILVA, 2009b).

2.2 Festa, música e dança na Machadinha

Tomemos como ponto de partida a noção de patrimônio apresentada por Gonçalves (2007a), como uma categoria de pensamento, uma ideia presente desde o primórdio da humanidade, porém de maneira distinta à, amplamente difundida, percepção moderna ocidental, mais relacionada à ideia de propriedade, tradicionalmente utilizada para se referir à “herança paterna” ou “bens familiares” (CHAGAS, 2007). Segundo ele, o patrimônio abrange a materialidade e a espiritualidade das coisas, podendo emanar e assumir variadas dimensões semânticas, sendo percebido ora como bens privados ou públicos, manifestação divina ou apenas um “símbolo”, uma representação material de uma “identidade” e de uma “memória” etc.

O patrimônio corresponde às particularidades de um grupo, uma população, e de um meio, ou seja, um território. São representações de sua identidade cultural, de sua memória, de seu passado e de suas heranças. São objetos e manifestações que servem como evidência da existência de um modo de vida particular, perpetuado por gerações, sendo moldado com as transformações da própria sociedade no tempo. O patrimônio reflete, ainda, o imaginário simbólico de um povo, resultado de um consenso socialmente estabelecido, seja ele consciente ou inconsciente, de aspectos majoritariamente reconhecidos como identitários de sua cultura.

Como o propósito aqui não é apresentar toda a complexidade e transformações do conceito de patrimônio, tema já bastante explorado por diversos autores do campo como Gonçalves (2007a) e Chagas (2007), deixemos um pouco de lado as divagações a respeito, e voltemos à Machadinha. Em meio a tantas dimensões do patrimônio, seja ele material e imaterial, artístico, histórico, cultural ou natural, não faltam evidências da influência e mescla de valores engendrados pelo tempo, preceitos africanos em consonância a crenças de matrizes europeias e ameríndias, justaposições, recriações, somas e misturas de aspectos culturais completamente distintos. Os moradores da Machadinha - enquanto remanescentes de indivíduos historicamente submetidos à opressão e que, conseqüentemente, buscavam meios de resistir e se rebelar contra ela

- passam a perceber o patrimônio como ferramenta de autoconhecimento, de valorização de sua memória e identidade. A comunidade assume um protagonismo participativo com a criação da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho (ARQUIMA), assim, sendo identificados como sujeitos políticos gestores e criadores de sua própria cultura (CHAÚÍ, 1995; SILVA, 2009b).

Pensando, então, na importância do reconhecimento e valorização desse patrimônio, de modo que a comunidade possa se identificar e se reafirmar constantemente como quilombo, iremos destacar algumas das manifestações que o compõem e as relações por elas construídas. Deste modo, começaremos a analisar uma das expressões culturais mais mobilizadas pela população local, como legitimadora de uma identidade quilombola própria da comunidade. Essa manifestação cultural, conhecida como jongo, ou mesmo como "Tambor da Machadinho" (no caso específico daquela praticada em Quissamã), é reconhecida como uma das maiores heranças culturais de matrizes africanas, não só da Machadinho, mas também de todo o sudeste brasileiro (registrada como "jongo do sudeste", em 2005, no Livro de Expressões ao ser reconhecido como "patrimônio cultural brasileiro" pelo IPHAN). O jongo é uma manifestação cultural afro-brasileira particular do sudeste brasileiro (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais). Ela integra o ritmo marcado pela percussão de tambores, a dança coletiva e ainda elementos de religião e espiritualidade (SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Antes de mais nada, a história do jongo na Machadinho é o de uma manifestação cultural que quase desapareceu por completo por quase trinta anos, provavelmente pelo preconceito e intolerância religiosa que aqueles que a praticavam sofriam, sendo muitas vezes taxados pejorativamente como macumbeiros. Essa prática voltou a ser realizada apenas após a iniciativa de Darlene dos Santos Monteiro, em 2003, que se reuniu com alguns mestres de jongo da comunidade, como Dona Cheiro, Cici, Seu Gilson e Dona Preta, para criar um grupo de jongo chamado "Tambores da Machadinho" que tomou como referência o jongo praticado em outras comunidades, como o Quilombo São José da Serra (RJ) e o Jongo da Serrinha na cidade do Rio de Janeiro. Com um novo reconhecimento do Jongo da Machadinho, que passou, inclusive, a participar de eventos e festividades, houve também um movimento de apoio e incentivo da própria Prefeitura de Quissamã e uma consequente valorização dessa cultura, antes marginalizada, entre os próprios moradores (SONEGHETTI, 2016).

Durante as duas idas à Machadinha, fomos apresentados ao discurso próprio da mediação realizada no Memorial. Nele era destacado o caráter tático do jongo, no qual mensagens eram propositalmente escondidas em seus versos, como meio de comunicar e organizar fugas e emboscadas entre os escravos, sem que seus planos fossem descobertos pelo senhor e seu capataz. Nesta mesma ocasião, a mediadora presente no local nos contou ainda sobre as variedades de jongo existentes, apresentando como exemplo dois pontos de jongo:

(...) o nosso é o Tambores da Machadinha. O jongo tem vários nomes, o tambu, o caxambu. Alguns jongos e alguns grupos envolvem a religião, o nosso não, o nosso é o tambu, que as músicas eram baseadas nos contos e acontecimentos do dia à dia, porque naquela época eles pegavam elementos do dia à dia e transformavam em códigos que só eles entendiam, assim possibilitavam a fuga deles e impediam que os capatazes e os senhores compreendessem. Porque era muito difícil eles se reunirem para dançar o jongo, então no momento que eles conseguiam, então é o momento também que eles tinham pra tramar as fugas deles, por isso que o nosso jongo ele tem muitos nomes de animais, era esse que era o código deles. Vou cantar nesse tambor rapidinho... então essa música é “O Galo e o Pinto”: “O galo e o pinto foram dormir no poleiro / o galo cochilou e o pinto cantou primeiro / Machado!” Então, o galo e pinto foram dormir no poleiro, o galo cochilou e pinto cantou primeiro. Onde era o poleiro? Era a senzala. Quem era o galo? O capataz. E o pinto? O escravo. Quer dizer, o galo cochilou e o pinto oh! Era assim que eles se comunicavam, era a forma que eles tinham de colocar esses elementos, que eram os nomes dos animais, que eles transformavam em códigos, então eles possibilitaram a fuga deles. E eu sempre falo “machado” no final, que era uma forma de encerrar o ponto, encerrar a música (...) (MEDIADORA, 2020).

Seguindo com o segundo exemplo, a mediadora faz referência a uma frase particularmente ligada ao jongo, mas que extravasa as fronteiras dessa manifestação cultural: "saravá jongueiro velho". Trata-se de uma expressão dotada de fortes simbolismos, em uma clara demonstração de respeito aos mais velhos e experientes.

(...) tem também outro que é de grande importância, aqui pra comunidade, que tem a ver com aquela frase ali “saravá jongueiro velho”, que a gente colocou ali, que fala um pouquinho aqui da comunidade e de tudo que é desenvolvido aqui. Que essa música é assim: “Saravá jongueiro velho que veio pra ensinar / que Deus dê a proteção pra jongueiro novo, pro jongo não se acabar / Pro jongo não se acabar / pro jongo não se acabar / Machado!” Então, “saravá jongueiro velho” é uma forma de pedir licença, respeito aos mais velhos que já se foram e os que ainda se encontram presente aqui na comunidade. Que “Deus dê a proteção pra jongueiro novo, pro jongo não se acabar”, quem são os jongueiros novos? São as crianças, que eles são o futuro daqui da comunidade. Então essa frase diz muito sobre a comunidade e sobre tudo que acontece aqui, porque as crianças são os futuros mestres e jongueiros daqui (MEDIADORA, 2020).

Outra tradição conhecida por ser bastante particular da Machadinha (e por todo município de Quissamã), e que também une a beleza da dança e do ritmo dos tambores, é um tipo específico de fado, por vezes referido como “fado de negro” ou “fado de crioulo”, que surge no município de Quissamã ainda no período em que as plantações de cana eram dominantes na localidade, no final do século XIX. O ritmo do fado, portanto, surge praticamente ao mesmo tempo em que há o auge tardio da produção de açúcar na região de Goytacazes e, segundo alguns teóricos, veio influenciar o fado português, apesar das poucas semelhanças entre as duas manifestações e de alguns outros estudiosos acreditarem que ambas descendem do Fado africano. O Fado de Quissamã é uma manifestação ímpar, isso porque, apesar de, no passado, provavelmente ter sido muito popular em outras regiões e municípios, sua permanência, hoje, se dá única e exclusivamente em Quissamã. Caracteriza-se como um baile bastante apreciado pela população de baixa renda e pode também ser chamado de “Dança de Cruz” ou “Roda de Fundo de Quintal” (MATTOSO, 2003; SILVA, 2009b).

Aí, aqui tinha um tal de Seu Antônio Morim (...) morava lá no Bacurau, ele vinha do buteco aqui. Aí, tinha o fado ali, tinha o fado, fizeram um fado ali muito tempo, muito tempo aqui (...) aí ele cantou uma mineira, eu lembro, eu lembro dessa mineira, uma só...é assim. O nome da mineira chama “extravagância”, é dançado tipo como se dança um forró, entendeu? (...) é dançado, mas bate a palma também, bate e sapateia no pé (...) dama com cavaleiro, mas só que dança um minutinho, para, aí bate palma e sapateia (...) eu chamo uma dama e o senhor chama outra (...) dá quatro, só dá par, não pode dar ímpar (...) aí na hora de começar a dançar eu...eu...eu lembro dessa música até hoje, é assim: “Oh Mariazinha/ tu não vai embora/ no caminho tem lama/ seu sapato moia/ Armei uma arapuca/ na beira da estrada/ pra pegar moça bonita/ e também mulher casada” (PERCUSSIONISTA, 2020)

O Fado de Quissamã pode ser encarado como um conjunto de danças encadeadas, ou *suíte*, assemelhando-se com uma quadrilha europeia acompanhada por repentistas. A dança é acompanhada pela melodia da viola e do adufe, instrumento de origem portuguesa que, posteriormente, foi substituído pelo pandeiro. É um baile geralmente apresentado em festas no interior de casas, salões e bairros rurais, a exemplo da Machadinha. Todavia, de acordo com a mediadora do Memorial, no centro da comunidade o fado não é tão praticado quanto o jongo. Além das festividades ocasionais, segundo Mattoso (2003), a dança do Fado era realizada uma vez por mês na Biblioteca Pública Municipal de Quissamã.

De acordo com o relato do mestre de percussão, que disse ser um dos únicos que ainda sabe dançar o Fado de Quissamã, a dança do fado é praticada por pessoas que estejam preferencialmente de tamanco ou solado de couro para marcar bem o ritmo no piso, enquanto cantam os versos do fado em perfeita harmonia, e dentro de um mesmo compasso.

Outra expressão cultural de relevo é o Boi Malhadinho (ou Boi Pintadinho), que ocorre no município de Quissamã durante as festividades do período de carnaval (muito semelhante à cultura do Boi Bumbá, particular do norte e nordeste do Brasil), mas que não conseguiu se manter em atividade no centro da Machadinha, sendo transferido para um bairro-vila de Quissamã chamado Santa Catarina (SILVA, 2009b).

(...) Depois acabaram com as bateria tudinho rapaz, rasgaram tudinho, quebraram tudo, desmancharam o boi, não tem mais nada aqui. Aí tinha o ensaio que agora não tem nada aqui. Só em Santa Catarina agora que tem, o ensaio (...) (PERCUSSIONISTA, 2020)

Ainda segundo o mestre de percussão, com quem conversei mais de uma vez durante a minha estada em Quissamã, desde os anos em que a festa e o ensaio do Boi Malhadinho aconteciam no centro de Machadinha, a comunidade recebia apoio financeiro da prefeitura, que destinava uma verba para a compra de instrumentos e materiais utilizados pelos foliões, além de meio de transporte para aqueles que viessem de Quissamã para a Machadinha.

(...) quando fizeram o boi malhadinho, já tinha a prefeitura já. Eles dá a verba pra comprar o...instrumento, comprar o contadinho né? Pano pra fazer contadinho, pra gente ter ônibus pras senhoras e pras meninas maior (...) fantasias, baterias, tem de instrumento grande, surdão, é aquele surdo, taro que é de pano (...) Quando terminar o carnaval é que ela fecha a conta (...) (PERCUSSIONISTA, 2020)

Entretanto, de acordo com o seu depoimento, a festividade não pôde mais ser realizada dentro da Machadinha, tendo sido transferida dali porque, aparentemente, os instrumentos musicais eram utilizados sem os cuidados devidos e de maneira não exclusiva à festa do Boi Malhadinho, ou mesmo ao período de carnaval, resultando na degradação e quebra desses instrumentos. Quando indagado se o mesmo acontecia hoje em dia, respondeu:

Destrói não, o rapaz é muito bom (...) eu acho que é muita coisa guardada num quarto grandão, num quarto grande, o boi tá ali, o boi

jaraguá³⁷, o boi é... imperador, tudo ali dentro, nós vamo pra lá logo mais, se quiser lá assistir, pode ir lá. (PERCUSSIONISTA, 2020)

O percussionista destacou ainda que a música tocada na folia do Boi Malhadinho pode ser caracterizada como samba, e que havia músicas mais antigas, porém também composições mais recentes. Além disso, ele descreveu o boi, que era feito de bambu e era movimentado por duas pessoas em seu interior, a da frente tendo apenas um vão para enxergar, localizado abaixo da cabeça do boi.

Durante uma de nossas conversas, ele assinalou também a existência da ciranda, ou “cirandinha”, como jogo comum entre as crianças no passado da Machadinho. Porém, segundo ele, é algo que não se vê mais sendo praticado entre as novas gerações. Em uma demonstração de como se dava a brincadeira, nos deu as mãos e pôs-se a cantar uma variação da já muito disseminada canção, “Ciranda, cirandinha”.

A brincadeira deles aqui era...é de cirandinha é... faz aquela roda, uma dá a mão a outra assim, com aquela roda assim (...). Hoje não brincam mais não (risos) (...) hoje em dia não quer saber de brincadeira, hoje em dia tem umas crianças muito perversas que levaram mui...a maioria são muito perversa, mal criado né? Tem muitas criança bem, tem... educado, mas tem umas criança mal criada dessa aí hoje em dia...em todo local tem, é (...) Lembro, lembro, eu lembro mas esqueci agora (risos) (...) ah é essa assim “Ciranda cirandinha vamos todos cirandar / vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar / o anel que tu me destes, Sexta-feira da Paixão / ficou largo no meu dedo apertou meu coração.” Aí fazia aquela roda, fazia aquela roda, tipo aquele círculo, dá a mão a gente...dá a mão assim (...) (PERCUSSIONISTA, 2020).

Por último, podemos citar ainda a existência do “forró” que era realizado no antigo salão de baile da Machadinho, onde hoje encontra-se o Memorial. Mesmo antes do jongo voltar a ser praticado na comunidade, o forró ocupava um espaço de grande importância para a população. Uma das moradoras, que é cozinheira do restaurante, afirmou a respeito do uso do antigo salão para a “dança, forró, não tinha também jongo não, era muito difícil. Jongo foi agora, de certo tempo pra cá, é... fado tinha, agora o jongo não” (COZINHEIRA, 2020). É importante destacar, porém, que o forró da Machadinho não contava com instrumentos tradicionalmente associados ao estilo musical, como o acordeão, a zabumba e o triângulo, mas era tocado com o teclado, a guitarra e a bateria, portanto, contando com sons elétricos e um ritmo mais rápido. As

³⁷ Boi Jaraguá e Boi Imperador são duas agremiações distintas, porém ambos são considerados “Bois Malhadinhos”.

apresentações de forró ainda aconteceram, no início da década de 2010, no recém reformado Armazém (ou bar, como era mais conhecido pelos moradores, e que fora planejado para funcionar como salão comunitário, apesar do dono do espaço não permitir o seu uso integral para as festas), e ainda na Casa de Artes, pensada como espaço para eventos, mas que na prática funcionava como palco de apresentações mais voltadas ao espetáculo turístico, sejam elas de jongo, fado ou forró (SONEGHETTI, 2016).

2.3 Religiosidade na Machadinha

Mais um importante aspecto definidor da comunidade da Machadinha é a convivência de um misto de crenças e religiões, desde a prática da umbanda, do candomblé, até o catolicismo e as diferentes vertentes neopentecostais. Nos discursos da mediadora do Memorial, a religiosidade na Machadinha é praticada livremente, sem sinais de intolerância. Porém, com o passar dos anos, a umbanda tem sofrido com uma perda de adeptos e fiéis³⁸, assim como em todo o país, conseqüentemente cedendo espaço para o crescimento das religiões cristãs (BERNARDO, 2018; SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

É citado, não apenas pela mediadora, mas ainda por alguns pesquisadores, o importante foco de resistência que era sustentado pela presença de Dona Guilhermina, ou Dona Cheiro, como era mais conhecida. Dona Cheiro era moradora da Machadinha e descendente de escravos da antiga fazenda, uma das únicas remanescentes da religiosidade afrodescendente na região, tendo em sua própria casa um centro de umbanda (SILVA, 2009b). Com o falecimento de Dona Cheiro, no ano de 2010, também deixou de existir o centro em sua casa (SONEGHETTI, 2016).

A Dona Cheiro que era nossa mestra (...) já faleceu, que é Dona Guilhermina, que era a Cheiro. Ela tinha um centro na casa dela, só que hoje não tem mais (...) mas se tiver alguém que é da umbanda de candomblé, também não tem nenhum problema, a gente respeita do mesmo jeito (...) Aqui tá uma mistura, aqui na comunidade. Tem muitos evangélicos, católicos, algumas pessoas da umbanda, candomblé, mas dizem que são católicos... (MEDIADORA, 2020)

³⁸ Essa perda pode não representar a realidade retratada por pesquisas como o Censo, pois muitos umbandistas ainda tem medo de declarar sua própria fé em público, muitas vezes preferindo serem identificados como católicos (BERNARDO, 2018)

Entretanto, foi relatado, ainda pela mediadora do Memorial, que nem sempre este convívio entre seguidores de diferentes religiões foi completamente pacífico, tendo admitido a existência, no passado, de estratégias sincréticas que permitissem manter vivas certas práticas religiosas ligadas ao candomblé, crença que, muitas vezes, era alvo de ataques, sendo identificada por expressões como “macumba” ou “magia negra”. Talvez seja por um resquício deste preconceito que muitos umbandistas e adeptos do candomblé, até hoje, costumam dizer que são católicos, ao invés de expor sem medo a sua crença, pois, segundo ela, houve sim, no passado da Machadinha, um preconceito com relação às religiões de raízes africanas. Esse preconceito teve, conseqüentemente, reflexos na prática de manifestações culturais que eram frequentemente interpretadas como religiosas, assim como foi o caso do jongo da Machadinha. Interpretações que, de acordo com o que foi explicitado pela mediadora, eram imprecisas, pois o Tambor da Machadinha não era caracterizado como expressão religiosa, narrando apenas o próprio cotidiano da população e de seus antepassados, ou seja, suas “músicas são baseadas nos (...) acontecimentos do dia a dia” daqueles que cantam e dançam o jongo, e não em sua religião.

Sincretismo religioso, exatamente isso, mas aqui cada um respeita a religião de cada um, e no jongo também. A gente antes tinha um problema porque, tipo assim, minha mãe é evangélica só que ela não me impede de dançar jongo, porque antes tinha isso, muitas mães que são evangélicas que o filho dançava jongo, não deixava, mas hoje não tem mais nada disso. Então, foi através da Dona Guilhermina que eu entrei no jongo, acho que foi com uns oito anos de idade e tô até hoje, tô aprendendo e tô repassando... pras crianças. (MEDIADORA, 2020)

O preconceito religioso, que já esteve presente como um grande desafio à prática do jongo, não consiste em um caso isolado entre as manifestações de raízes africanas da Machadinha. Foi possível registrar, ainda na fala de outra moradora, a falta de interesse das novas gerações no aprendizado e manutenção de mais um saber que pode vir a desaparecer. Estamos falando dos chás à base de ervas encontradas na região, ou que foram trazidas por seus antepassados, fruto de uma relação milenar entre o homem e a natureza. Saber esse, que, segundo ela, é visto como heresia pela “religião de crente” e seus adeptos, maioria na Machadinha.

(...) a turma aqui gosta muito é de tomar...de beber muito. Aqui pra essas coisas tem que separar (...) a maioria tem pessoa crente, católica aqui tem muito pouco, agora crente aqui acho que tem mais, aí ninguém quer saber dessas coisas (...) o que que tem o chá com a religião de crente? (COZINHEIRA, 2020).

O candomblé brasileiro, que tenta resistir na Machadinha, nada mais é do que uma síntese de princípios, símbolos e práticas de diversas manifestações africanas que antes eram praticadas por povos específicos e isolados. Esse fato tem relação direta com uma homogeneização forçada, cuja multiplicidade cultural foi submetida, ao longo da escravização de seus representantes, trazidos durante centenas de anos como prisioneiros para as Américas. O contato direto e constante, portanto, entre essa diversidade de manifestações e preceitos vindos do outro lado do Atlântico, somado ao sincretismo religioso praticado pelos escravos, que se encontravam em terras desconhecidas (e proibidos de manifestar suas crenças), como foi apontado pela mediadora do Memorial, constituíram as condições ideais para o desenvolvimento das práticas sagradas do candomblé e seus orixás como os conhecemos hoje, em todo o Brasil (SILVA, 2009b).

2.4 Casa de Artes e gastronomia tradicional

Deixando um pouco de lado as crenças, a música e a dança, pode-se dizer que a Machadinha também tem chamado muita atenção por conta de sua culinária. Um saber transmitido ao longo de gerações e que revela uma mistura de sabor e temperos, sendo reflexo de uma integração particularmente brasileira que foi perpetuada por anos entre índios, brancos e negros. Um importante marco para o reconhecimento da culinária de Machadinha foi o Projeto Raízes do Sabor, já brevemente citado no capítulo anterior, que consistia na preservação desta arte gastronômica, fortalecendo a identidade cultural da comunidade, indiscutivelmente muito influenciada pelos sabores criados pelos escravos e suas raízes africanas, porém adaptada à realidade das senzalas, adotando intercâmbios culturais, como alguns modos de preparo de origem portuguesa e ainda o uso de temperos indígenas (SILVA, 2009b).

Figura 9: Edifício onde encontra-se a Casa de Artes.



Fonte: Foto do autor, 2019.

O projeto iniciou-se com uma parceria entre Darlene dos Santos Monteiro e Dona Gerusa, que, com ajuda de seu marido e outras moradoras da comunidade, cozinhava os pratos em sua própria casa e os servia para degustação, sem intuito de ganhar dinheiro com a venda das comidas. Apenas mais tarde o projeto foi parar no restaurante da Casa de Artes. Antes, porém, foi realizado um levantamento inicial, junto à comunidade, acerca dos ingredientes mais comuns em sua mesa, como a mandioca (conhecida como macaxeira no nordeste do Brasil e como aipim no sudeste), o inhame e o milho, ingredientes base da culinária africana e portuguesa e que, conseqüentemente, se tornaram muito presentes em diversos pratos da gastronomia brasileira. Foi, então, elaborado, com a ajuda dos moradores, um cardápio e uma investigação das histórias relacionadas a cada prato, muitos deles criados a partir de sobras das refeições da casa grande, com a adição de peixes e aves que eram capturados nos arredores. Um dos moradores, Sr. Carlos do Patrocínio, neto do último cozinheiro do Solar da Machadinha, foi um dos grandes colaboradores do projeto (SILVA, 2009b).

Um exemplo desses pratos era a “Sopa de Leite” ou “Escondidinho”, um tipo de pirão ralo de leite com farinha de mandioca, que era incrementado com um pouco de carne salgada dos senhores, ingrediente exclusivo da casa grande e que era discretamente acrescentado a alguns pratos dos escravos. A carne era assada na brasa

e em um recipiente fechado, de modo a conter o cheiro que podia denunciar o extravio. Em seguida, era desfiada e acrescida ao pirão, sendo camuflada pela mistura (SILVA, 2009b).

Assim como a Sopa de Leite, muitas das refeições funcionam como relatos e registros de histórias de vida dos escravos da Machadinha, tanto dentro quanto fora do ambiente da casa grande. Alguns dos outros pratos que compunham este cardápio eram: o Mulato Velho (peixe, bagre ou bacalhau, acompanhado de feijão e abóbora); o Capitão de Feijão (ou Bolinho de Feijão); Bolinho de Carne Seca; Sopa de Abóbora; Ambrosia de Leite Azedo; Banana Cozida; Beiju de Tapioca; Bolinho de Sassá (peixe típico da região); e a Sanema (doce feito com mandioca, ovos, coco e manteiga batida) (SILVA, 2009b).

(...) Mulato velho é tipo, é um bagre né, que eles pega eles e abre. Ele é desse tamanho, e abre e faz assim. Ele fica bem sequinho, aí bota no sol, na corda no sol, no arame (...) bota no varal tipo roupa. Fica ele aberto assim, aquela... aquela capa aberta é... tipo um livro né? O arame assim, bota assim, entendeu? No arame assim, e bota. E fica assim pendurado assim (...) (PERCUSSIONISTA, 2020)

Ainda entre as comidas elaboradas pelo projeto, havia aquelas que eram feitas pelos escravos, porém servidas no antigo solar como iguarias destinadas exclusivamente aos senhores. São elas: o Pastel de Nata (doce típico português); Geleias de Frutas; Doce de Abóbora; Doce de Banana; o Bolo Falso de Aipim; e o Requeijão Cozido (especialidade de Dona Quequé, moradora da Machadinha, o qual é considerado o melhor requeijão de Quissamã). Quitutes que antes eram apreciados pelos aristocratas do açúcar e que, posteriormente, vieram a ocupar as mesas das senzalas e de toda a Quissamã (SILVA, 2009b).

Em uma curiosa anedota, a respeito do Bolo Falso de Aipim, o Sr. Carlos do Patrocínio conta que foi uma sobremesa inventada por seu avô, Sr. Amaro, como maneira de satisfazer um desejo de comer bolo de aipim, manifestado pela Viscondessa de Ururahy que, nessa ocasião, estava grávida. Porém, como não havia aipim na fazenda, Sr. Amaro acabou usando apenas a farinha da raiz para fazer o bolo, que até hoje é muito apreciado por todos (SILVA, 2009b).

Muitos dos ingredientes utilizados hoje em dia, não só em Quissamã, mas por todos nós, brasileiros, foram trazidos da África, como o dendê e a banana, além de muitas raízes e legumes, como o jiló, o inhame e o gengibre. A culinária africana, ao

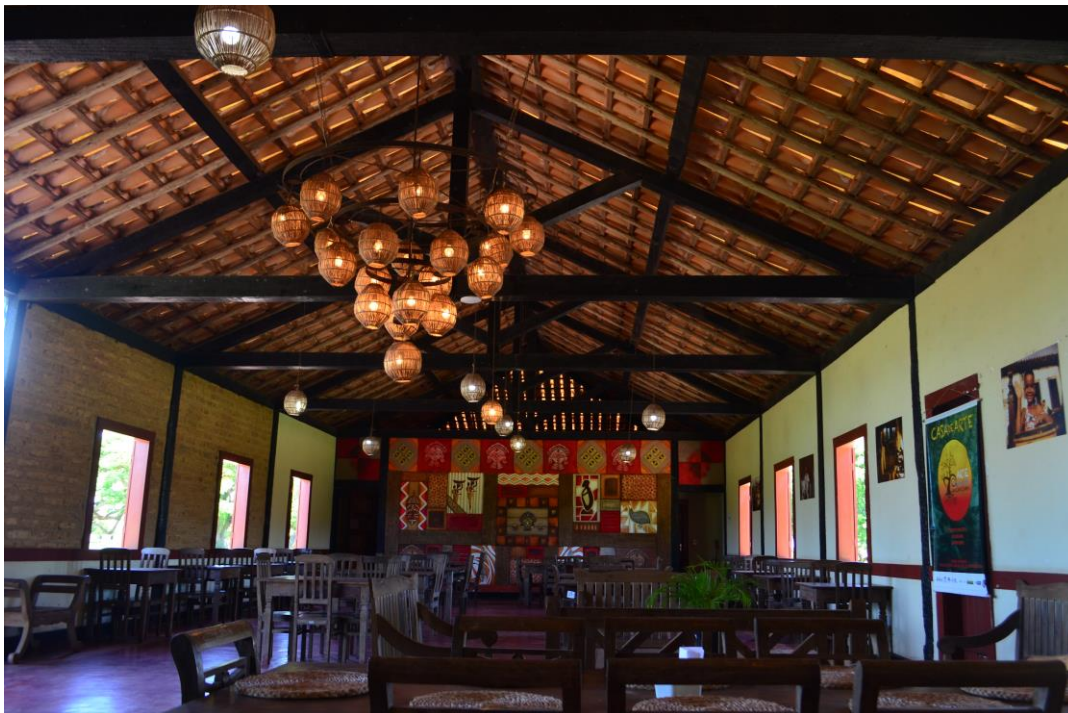
aportar em terras brasileiras, assim como ocorreu com as artes e a religião, passou por uma forma de “sincretismo alimentar”, como foi destacado por Raquel Fernandez em seu artigo para o livro “Quissamã: Origem, história e influência”, sofrendo diversas adaptações aos novos ingredientes nativos e a uma ruptura cultural advinda do tráfico de escravos. As receitas eram reinventadas com a ajuda de um intercâmbio de costumes e paladares, entre escravos e senhores, sendo assim alcançadas soluções que satisfizessem uns e outros (SILVA, 2009b).

Da mesma forma como no passado, houve adaptações causadas pelos variados intercâmbios culturais, as receitas ditas “típicas” - categoria rejeitada inclusive pela própria Darlene, porém utilizada pela Prefeitura como marketing cultural - estão longe de serem típicas de uma Machadinho colonial, pois, segundo Dona Cheiro, seus antepassados passavam fome e, por isso, precisavam aproveitar o que tinha, como comer “folha de batata refogada”. Igualmente, a culinária apresentada no projeto não correspondia à comida cotidianamente preparada nas casas de uma Machadinho contemporânea, geralmente mais simples e de rápido preparo, como arroz, feijão, bife, macarrão e frutas colhidas nos arredores. Em vista disso, o cardápio do projeto estaria mais próximo de representar apenas as comidas preparadas em ocasiões especiais.

De vez em quando Ivanisa preparava carne seca com abóbora, quiabo ou então, aos finais de semana, galinha com aipim. Esse era o único prato do Raízes que observei sendo preparado e consumido pelos moradores em suas casas. Outros pratos que também eram preparados em determinadas ocasiões, sobretudo aos finais de semana, eram a costela com aipim, o pirão de bagre, o angu baiano (angu com carne moída) e o mocotó. Também era relativamente comum, aos finais de semana ou em datas festivas, as pessoas organizarem churrascos com carne de boi, lingüiça ou até carne de cordeiro (SONEGHETTI, 2016, p. 175).

Portanto, apesar da população ter, pela primeira vez, um produto cultural com potencial mercadológico e turístico, este produto apresentado como “típico”, “autêntico” ou “original”, teve de sofrer diversas adequações em seus ingredientes e formas de apresentação de modo a tornar os pratos mais atraentes ao público externo (SONEGHETTI, 2016).

Figura 10: Restaurante no interior da Casa de Artes.



Fonte: Foto do autor, 2020.

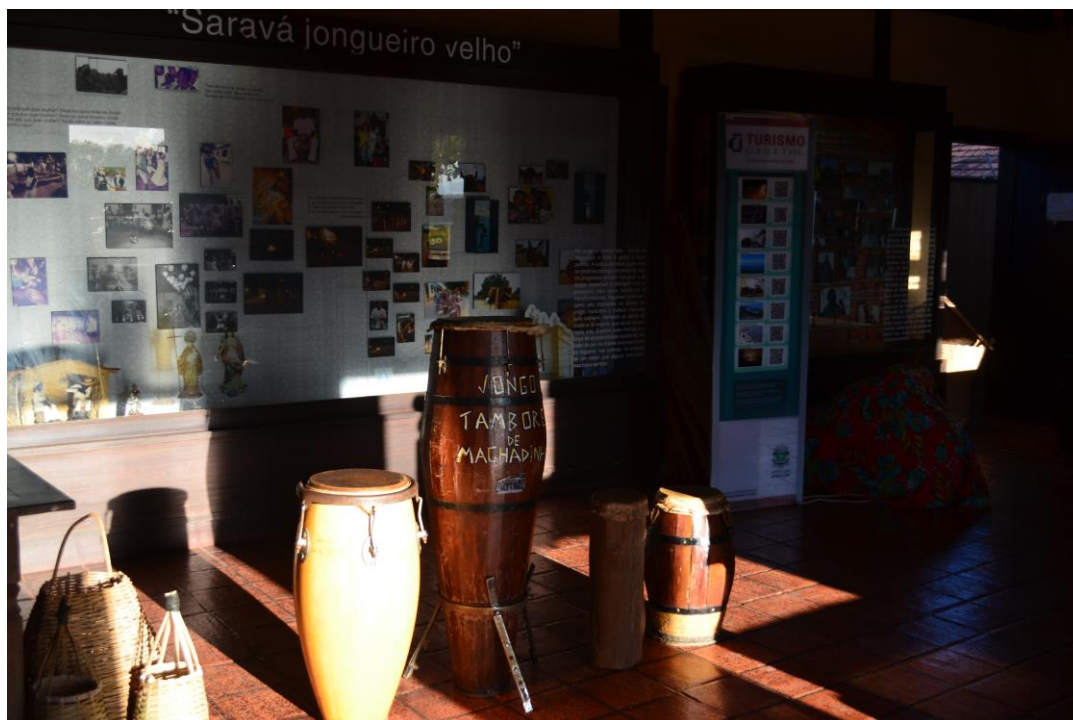
Atualmente, na Machadinha não existe mais o Projeto Raízes do Sabor, que chegou ao seu fim com o fechamento do restaurante na Casa de Artes, que se deu no ano de 2012 e que foi lamentado pelos moradores, já que ele era responsável por atrair uma grande quantidade de gente de fora. Mais ou menos nesse mesmo período, houve a transição da administração da Casa de Arte e do Memorial, da prefeitura para a ARQUIMA. O restaurante, mais tarde, foi reinaugurado, porém sem o projeto, deixando de servir as comidas que constavam em seu antigo cardápio, passando a funcionar apenas como um restaurante comum de comida caseira, aberto exclusivamente aos domingos (MACHADO, 2006; SILVA, 2016).

2.5 Memorial da Machadinha e Projeto Flores da Senzala

Antes de seu fechamento, a Casa de Artes ainda possuía uma loja de artesanatos, cujos objetos, todavia, não eram necessariamente produzidos na Machadinha. Essa loja não voltou a funcionar, mesmo com a reabertura da Casa de Artes, contudo, a mediadora do Memorial afirmou haver planos para que novos produtos estejam disponíveis para compra. Segundo conversas estabelecidas com ela, e também com o percussionista do Fado de Quissamã, havia um outro morador, quilombola e mestre de jongo do grupo Tambores da Machadinha, de nome Leandro Nunes, que era um dos importantes artesãos da comunidade, tendo produzido tambores para o uso em

rodas de jongo, inclusive um que era exposto no Memorial. Entretanto, fomos informados que Leandro nunca colocou seus artesanatos à venda na loja da Casa de Artes, deixando-os guardados em sua própria casa.

Figura 11: Tambores utilizados no jongo expostos no Memorial (no centro, aquele de Leandro).



Fonte: Foto do autor, 2020.

Além dos instrumentos musicais expostos no Memorial, estavam dispostos, como produto à venda, alguns exemplares de bonecas Abayomi, em uma mesa na qual também havia livros sobre a comunidade, material que podia igualmente ser adquirido pelo visitante. Abayomi é um tipo de boneca de pano, negra, de origem iorubá, feita a partir do reaproveitamento de pedaços de tecido e confeccionada sem o uso de cola ou costura, apenas por meio de nós. A confecção dessas bonecas também faz parte de um conjunto de atividades que integra um recente projeto educacional do Memorial da Machadinho, de nome “Projeto Flores da Senzala”.

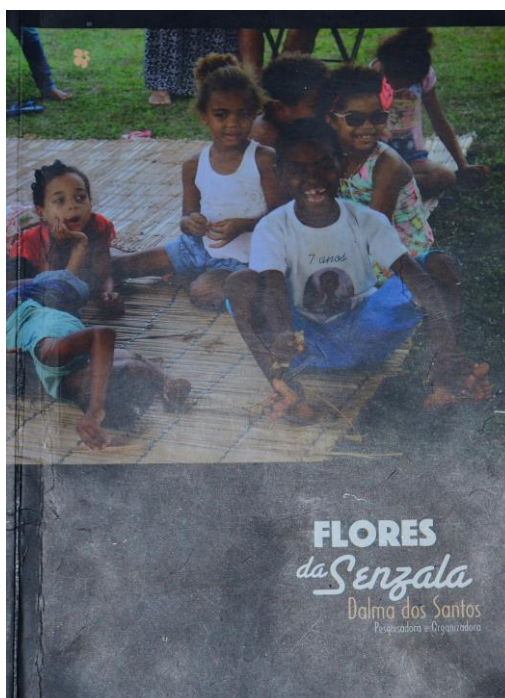
Em 2016, no âmbito do II Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Machadinho, ocasião em que se realizou também o encerramento do Projeto Territórios Criativos³⁹, a moradora e quilombola Dalma dos Santos, membro da ARQUIMA e, hoje,

³⁹ O Projeto Territórios Criativos, iniciativa da Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com o Ministério Público, foi realizado “em quatro territórios criativos: a região do Cariri, Ceará, a comunidade indígena do Itaxim e os moradores do Quilombo do Campinho, em Paraty; em Quissamã, mais precisamente no Quilombo da Machadinho; e no bairro carioca de

diretora do Memorial, publicou um livro de coletânea de contos da comunidade, intitulado “Flores da Sensala” (Blog Macaé em Pauta, 2016; Portal G1, 2016), que posteriormente veio dar nome ao projeto educacional que ocorre até hoje no Memorial.

O livro "Flores da Sensala" apresenta os seguintes contos e seus respectivos autores: Lobisomen de Machadinho, de Dona Zuma Azevedo e Sr. Tide Azevedo; A Lenda de Biê, Jerusa Patrocínio Azevedo; A fabulosa história de Mané Galopinho, Sr. Tide Azevedo e Zuma Azevedo; O homem vestido de branco, Jerusa Patrocínio Azevedo; Lenda do lobisomen (Chico Semir), D. Guilhermina; Machadinho e seus costumes, Dalma dos Santos; Somos negros de valor, Dalma dos Santos; Desafio da roça, Maria Bernadete Pessanha Aguiar e Dalma dos Santos; A fofqueira, Maria Bernadete Pessanha Aguiar; O casal e o amante, Maria Bernadete Pessanha Aguiar; Jonga, fuga e desabafo, Dalma dos Santos; A lenda da Galinha da Roça, Jerusa Azevedo Patrocínio; A história de Seu Tobias, Domínio Público de Machadinho; Desafio em forma de poesia; A branca e a negra, Dalma dos Santos; Lavadera, Maria Bernadete Pessanha Aguiar e Dalma dos Santos (Blog Macaé em Pauta, 2016).

Figura 12: Livro Flores da Sensala (publicado em 2016)



Fonte: Foto do autor, 2020.

O Projeto Flores da Sensala é uma iniciativa, elaborada e coordenada pela própria Dalma dos Santos, autora, organizadora e pesquisadora do livro, e que tem como objetivo provocar um maior contato dos moradores da comunidade,

Madureira”. O projeto pretendia realizar um mapeamento das matrizes culturais e dos agentes presentes em cada um desses territórios, suas capacitações e qualificações, além da consolidação de redes entre grupos e movimentos locais (UFF, 2017).

principalmente os mais jovens, com algumas das principais manifestações culturais desenvolvidas na Machadinho. Rubem Almeida destaca em uma publicação de seu blog, “Macaé em Pauta”, uma fala emocionada de Dona Dalma ao inaugurar o livro “Flores da Senzala”, primeiro passo para a concretização do projeto educacional de mesmo nome:

Esse livro é uma maneira de ficar registrado um jeito de educar nossas crianças, para que elas façam o mesmo com seus filhos no futuro, recontando os casos, mantendo a tradição oral da nossa comunidade. A partir de agora, nossa proposta é desenvolver esses contos na oficina de contação de histórias, que podem contribuir em sua educação através de vários temas (Blog Macaé em Pauta, 2016).

Sob a égide do projeto, são realizados, no Memorial, encontros semanais com os alunos da Escola Municipal Felizarda Maria Conceição de Azevedo, que fica próxima à entrada do centro da Machadinho. Neles, são postas em prática oficinas de artesanato, roda de jongo mirim, e atividades voltadas para a contação de histórias com referências culturais africanas e/ou afro-brasileiras, funcionando como estratégia de autovalorização e reconhecimento, além da perpetuação da cultura local, sua memória e raízes ancestrais.

Figura 13: Livros utilizados nas oficinas de contação de histórias do Projeto Flores da Senzala.



Fonte: Foto do autor, 2020.

Durante nossa segunda visita à Machadinho, a mediadora do Memorial nos informou a respeito de uma importante transformação verificada na relação que a comunidade estabelece, especificamente, com o jongo. Segundo ela, no passado era estritamente proibida a participação de crianças nas rodas, tanto por restrição dos pais,

que associavam a roda de jongo com práticas voltadas às religiões de raízes africanas, como o candomblé, mas também pelo medo de que as crianças assumissem uma postura desrespeitosa dentro da roda, sendo assim impedidas de dançar.

Não, não participavam, porque... os mais velhos achavam que poderia ter alguma falta de respeito delas na roda, então não deixavam as crianças mais jovens participarem. Aí, o que que tava acontecendo, ela ficou... essa dança foi desaparecendo porque só eles sabiam essa prática. Aí, só no ano de 2005, que conseguiu ter o resgate da dança de novo. Então, através disso, a Dalma preocupada que não acontecesse novamente isso, criou esse projeto, e nesse projeto contempla oficinas de jongo mirim, que eu dou todo o sábado embaixo ali da árvore, pras crianças. (Inaudível) esse tamborzinho é dele (risos), o menorzinho, e é uma briga...pra bater... (mais risos) (MEDIADORA, 2020).

Dona Dalma, portanto, percebeu que o jongo, que em um passado não muito remoto havia deixado de ser praticado na comunidade, podia voltar a desaparecer, pois os jovens, que muitas vezes saíam cedo da Machadinha em busca de trabalho ou de uma vida nova, não chegavam a entrar em contato com a dança e a música expressa por seus pais e avós. A antiga restrição estabelecida à prática do jongo, que proibia as crianças de participarem das rodas, era uma das causadoras de um efeito de desaparecimento desta prática na localidade. Dalma dos Santos conseguiu, portanto, através do Projeto Flores da Senzala, introduzir as crianças, desde cedo, no universo jogueiro, provocando assim um novo crescimento da prática do jongo na comunidade.

Além da criação de um projeto que passou a incentivar uma maior aproximação entre a comunidade e o seu patrimônio, desde que Dona Dalma assumiu a direção do Memorial, houve uma relevante reformulação da exposição e do discurso empregado por ele. Segundo a mediadora, que nos apresentou a exposição, foi destacado que antes da transição da gestão, provocada pelo afastamento da Prefeitura e a criação da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha (ARQUIMA), o acervo apresentado pelo Memorial era selecionado, por pessoas de fora, para turistas, sendo constituído, em sua grande maioria, por informações e objetos trazidos pela expedição à Kissama, em Angola, previamente destacada no primeiro capítulo deste trabalho.

De acordo com a mediadora, o Memorial foi inaugurado em 2009, pós restauração das senzalas, e a transição se deu no ano de 2015, com a saída do antigo diretor e guia do Memorial, Bruno Santos, de 30 anos, funcionário “contratado pela Prefeitura de Quissamã para receber os visitantes que ali buscavam informações sobre “a origem” e “a história” de Machadinha” (SONEGHETTI, 2016).

Olha, foi em 2009, a Dalma tá aqui desde 2015 (...) não tinha esse aquário falando do jongo, não tinha esse aquário mostrando as convivências quilombola...é o que a gente observou o Territórios Criativos, com o aval da prefeitura, que fez essa (inaudível) aqui. O que a gente percebeu é que tinha muita foto de pessoas de fora e não da comunidade (MEDIADORA, 2020).

Figura 14: Interação dos moradores com o “aquário do jongo”.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2020.

Com a ARQUIMA à frente da gestão do Memorial, o espaço passou a concentrar seus esforços na identificação, preservação e comunicação de matrizes culturais da Machadinho, seu patrimônio imaterial, e sua memória oral; além de destacar a importância de agentes culturais, personalidades de extrema importância no âmbito do desenvolvimento cultural da comunidade. Segundo a mediadora, a população não se sentia representada antes das mudanças transcorridas no Memorial, revelando uma verdadeira falta de interesse em interagir com a instituição: “não, nem entravam aqui, porque não eram, também, pessoas daqui da comunidade (que administravam o Memorial), não era eu nem a Dalma”. Dona Dalma, com sua experiência como professora da escola da Machadinho, passou a incentivar a realização de atividades que envolvessem a participação de adultos e crianças da comunidade. Deste modo, hoje em dia, apesar do espaço ainda pertencer à Prefeitura, a transição da gestão para

associação de moradores estimulou uma aproximação do Memorial com a população local.

O espaço é da prefeitura, mas é mais da comunidade, a cara é da comunidade. Aí o que que acontece, foi feito uma viagem lá pra Kissama (inaudível) que veio de lá, então foi feita essa exposição, só que não tinham tantas coisas daqui da comunidade, falava mais lá de Kissama, não tanto da comunidade (MEDIADORA, 2020).

Essa situação pôde ser verificada inclusive durante nossas duas visitas à Machadinha, tendo presenciado, dentro do espaço do Memorial, as idas e vindas de alguns moradores. Ainda em nossa primeira visita, tivemos a oportunidade de assistir a uma apresentação, como também toda a preparação das crianças do Jongo Mirim, vestindo seus trajes brancos, que eram guardados no Memorial e lavados pela própria Dona Dalma.

Com a aproximação do fim do dia, as visitas ao Memorial se encerraram e as crianças começaram a entrar no espaço para se trocar. Fomos extremamente afortunados na ocasião, pois não sabíamos que era dia 13 de junho, muito menos que na Machadinha comemorava-se a data com uma festa à Santo Antônio. Tivemos a sorte e a oportunidade de presenciar uma Machadinha totalmente distinta daquela vivenciada por nós nos demais dias de trabalho de campo. A comunidade encontrava-se cheia de gente reunida para participar das festividades. Havia barracas de comidas e um palco com caixa de som para tocar música e fazer anúncios ao microfone. Além disso, a Machadinha recebia visita de um grupo de escoteiros de fora do município de Quissamã, uma ocasião especial que resultou na organização de uma apresentação do Jongo Mirim fora de época. Dalma dos Santos nos informou que poderíamos ficar para assistir, e assim fizemos, aproveitando para visitar uma das barracas de comida erguidas no terreno do lado de fora do Memorial e degustar um delicioso caldo verde.

Quando terminamos de comer, o grupo de escoteiros já se reunia para assistir os jovens e crianças da Machadinha formarem uma roda em torno de uma fogueira. Com a autorização de Dona Dalma, pude filmar a apresentação que se iniciou com o mestre de jongo levando o tambor para ter sua pele aquecida nas chamas, retornando para acompanhar os versos puxados por Dalma e ecoado por quase todos que assistiam. A dança sob a luz das estrelas seguiu por meia hora, havendo sempre um revezamento de pares - sempre um menino e uma menina - que assumiam o centro da roda. Ao lado do mestre de jongo estava seu filho, uma das menores crianças que participavam da apresentação, e que de maneira bastante compenetrada acompanhava

o ritmo da melodia com seu pequenino tambor. Foram cantadas quatro ou cinco músicas, e então a apresentação se encerrou, porém, deixando todos encantados com a mágica performance.

2.6 Edificações coloniais, patrimônio histórico e arquitetônico

Avançando com a identificação e a exposição de manifestações que compõem um patrimônio cultural quilombola da Machadinha, ou melhor, de evidências de uma herança advinda, não apenas, de escravos de um antigo engenho de açúcar, mas de indivíduos que um dia viveram em liberdade em suas terras (SILVA, 2009b), passamos de uma esfera mais intangível (imaterial) para uma mais tangível (material) - apesar de uma não estar dissociada da outra - transferindo brevemente nosso foco para a arquitetura e edificações localizadas no centro cultural-histórico da comunidade. Trata-se, provavelmente, de um patrimônio cuja importância foi reconhecida há mais tempo na região.

Em 1979, o conjunto arquitetônico composto pelas senzalas e a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, ambas construídas em 1833, e a casa grande, erguida entre os anos de 1863 e 1867, já se encontrava tombado como “patrimônio histórico” pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Mais tarde, mais precisamente em 2009, era criado, pela prefeitura, o Complexo Cultural Fazenda Machadinha que, após as restaurações efetuadas em alguns dos edifícios entre os anos de 2006 e 2008, passou a incluir os espaços culturais hoje conhecidos como Casa de Artes e Memorial. E, para encerrar com os processos de valorização empreendidos em relação a esses patrimônios arquitetônicos, no ano de início de nossa pesquisa, foi sancionada a lei nº 8.513/2019, aprovada, no dia 29 de março de 2019, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em que declarava o Complexo Cultural Fazenda Machadinha como “patrimônio histórico-cultural” do estado do Rio de Janeiro, e que, em decorrência do tombamento do Quilombo da Machadinha, ficaria “proibida qualquer descaracterização da área em questão, preservando-se suas características originais” (ALERJ, 2019).

De acordo com Soneghetti (2016), o período de maior evidência dada à Machadinha foi durante os dois mandatos em que Armando Cunha Carneiro da Silva, sobrinho do prefeito Octávio Carneiro, ocupou a Prefeitura de Quissamã pelo Partido Social Cristão (PSC), de 2005 a 2012. Foi um período no qual foram desenvolvidos muitos dos já citados projetos culturais na comunidade, e ainda as restaurações do

conjunto arquitetônico e as reformas e inauguração de novos espaços culturais, ação conjunta entre o INEPAC e a Fundação de Cultura da Prefeitura Municipal de Quissamã.

Durante a gestão de Armando, a Prefeitura restaurou grande parte das edificações do conjunto arquitetônico, acarretando uma série de transformações no local, não apenas no que diz respeito às estruturas arquitetônicas em si, mas também à organização, às representações e aos usos do espaço. Como me disse Marciano, morador de Santa Luzia e funcionário do posto de saúde de Machadinho: lugar em Quissamã que teve uma transformação que nem Machadinho não existe (SONEGHETTI, 2016, p. 58).

Pode-se dizer, sem precisar muito ponderar sobre o assunto, que a arquitetura colonial é, portanto, uma das categorias de bens culturais e históricos mais importantes para a Machadinho, e ainda, uma das dimensões do patrimônio que mais cedo ganhou a atenção de autoridades do município de Quissamã. Entretanto, apesar das restaurações realizadas ao final da primeira década do novo milênio - que contemplaram as senzalas, a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, a criação do Memorial Machadinho e as reformas dos antigos estábulo e posto de saúde, posteriormente, e respectivamente, transformados na Casa de Artes e no Armazém - a casa grande não pôde ser incluída no processo por conta de seu estado já muito degradado, restando à ela apenas a possibilidade da realização periódica de uma preservação preventiva e de contenção das ruínas. Fato que resultou no atual estado de degradação deste importante exemplar da arquitetura colonial brasileira (SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Durante o período das restaurações, os restos do solar receberam uma estrutura de ferro e madeira, além de um telhado metálico como estratégia de desacelerar a sua degradação (SONEGHETTI, 2016). Porém, é importante destacar que, em nossas visitas à Machadinho, percebemos a ausência de qualquer tipo de estrutura de proteção ou contenção nas ruínas.

Tinha dois andar em cima, subia de escada pra cima, escada de madeira, pra cima. Quando ela tava boa ali, nós subia lá, agora não sobe mais não porque o vento... fica muito perigoso, pode cair e matar a pessoa... (PERCUSSIONISTA, 2020)

Foi registrado ainda por Soneghetti (2016), que era comum a entrada de moradores, e inclusive turistas, no edifício, e não apenas no térreo, mas também no que restou de seu segundo andar, algo que não pudemos verificar no campo. A casa-grande era, portanto, parte do cotidiano da comunidade e a sua não restauração é lamentada

até hoje por muitos moradores que chegaram a conhecer a construção em seu estado integral, lembrando o quanto a construção, que havia sido erguida pelos próprios escravos, era bonita e majestosa.

Ah eu, eu não saía lá de dentro! Eu não saía lá de dentro...o dono, quando eu alcancei ali, Silvio (inaudível), foi do meu tempo, Seu Simão e o Wilson (inaudível). Alcancei essa turma (COZINHEIRA, 2020).

A consequência da ação do tempo e do abandono da casa-grande, além de impactar a vida dos moradores, acabou culminando na formulação de um forte e muito presente simbolismo, já abordado anteriormente no decorrer deste trabalho, que funciona de certa forma como metáfora para caracterizar a forma de ocupação que se instalou na Machadinha. Uma narrativa construída por um imaginário do oprimido que superou as violências praticadas pelo seu opressor. Desta maneira, é comum escutar dizerem que, assim como quem permaneceu morando na fazenda foram os descendentes dos escravos que trabalhavam nas plantações, a casa deles também foi aquela que permaneceu em pé com suas memórias e raízes, enquanto a antiga casa do senhor ruiu em consequência do declínio econômico na região (ou, talvez, o estado dos edifícios possa ser caracterizado apenas como uma consequência do abandono promovido pela elite açucareira na Machadinha, que se viu sem alternativas após o fim da escravatura, sendo obrigada a encerrar as atividades da fazenda).

Em relação às senzalas, antes das obras de restauro efetuadas em sua estrutura, as construções apresentavam goteiras e paredes praticamente tombadas pela ação do tempo. Durante todo o processo, a principal mão de obra empregada foi composta pelos próprios homens da comunidade da Machadinha e demais comunidades de seu entorno, e, de acordo com o discurso oficial da Prefeitura, a restauração das edificações deveria respeitar as técnicas construtivas “originais”. Por isso, como a base utilizada para a construção das senzalas era o adobe, tijolos feitos de barro, areia e capim, aqueles moradores que foram contratados para o trabalho ficaram responsáveis pela fabricação dos tijolos. Segundo Soneghetti (2016), além dos três materiais, que geralmente eram utilizados no fabrico desses tijolos, era ainda adicionado um pouco de cimento e água para dar liga à massa, que depois era posta em uma forma de metal para secar ao sol ao longo de um dia inteiro.

A respeito do uso do termo “original” ou “autêntico”, foi relatada por Soneghetti (2016) a presença de uma forte controvérsia entre a população da Machadinha e a Prefeitura no que diz respeito ao “padrão” arquitetônico que deveria ser preservado

como patrimônio. Isso é percebido em falas dos moradores que indicam a insatisfação de não poder modificar os edifícios, geralmente responsabilizando a Prefeitura ou o INEPAC pela proibição. Os moradores reclamam, ainda, de uma certa falta de coerência do poder público no que tange, historicamente, à existência de padrões arquitetônicos na região. Em alguns de seus depoimentos há menção à existência de outro “padrão”, anterior às restaurações realizadas pela Prefeitura, apesar desta garantir que a restauração foi realizada tentando manter ao máximo a originalidade das construções.

Quando conversei a respeito das obras empreendidas em Machadinho com a arquiteta Mariana Barcellos, assessora da Coordenadoria de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Quissamã, ela me disse que foi tudo feito o mais próximo do original durante o processo de restauração. Segundo ela, esse original dizia respeito ao que foi encontrado lá, indicado pelas marcas na própria estrutura construtiva das senzalas, como o molde das antigas portas no primeiro arruamento. A “originalidade”, portanto, estaria vinculada a uma imagem “objetiva” de como era “de fato” o conjunto arquitetônico da Fazenda Machadinho na época de sua construção, em meados do século XIX (SONEGHETTI, 2016, p. 201).

É, portanto, utilizado no discurso da Prefeitura, a respeito da manutenção de uma “originalidade” na restauração do conjunto arquitetural da Machadinho, a justificativa de que houve uma preservação dos elementos originais, como as telhas, e ainda a utilização da mesma técnica empregada no passado para a construção dos edifícios.

Darlene Monteiro, agitadora cultural que atuou em Machadinho na década de 2000, me disse que as casas de Machadinho haviam sido restauradas e não reformadas: restauro mesmo, não foi reforma. Foi mantido tudo o que era possível de original. As telhas foram lavadas uma por uma. Foi feito oficinas pra se refazer a técnica do adobe, pra poder colocar adobe de volta (SONEGHETTI, 2016, p. 202).

É importante destacar ainda, que apesar da participação da população como mão de obra necessária para a realização das obras de restauro das construções coloniais, os moradores da comunidade da Machadinho não tiveram nenhuma participação direta na tomada de decisões a respeito das medidas aplicadas ao território e ao conjunto arquitetônico e patrimonial. Soneghetti (2016) destaca ainda, com base em falas de moradores coletados em seu trabalho de campo na Machadinho, que houve inclusive relatos de que foi planejado pela Prefeitura uma espécie de “remoção” da população local, durante o mesmo período das reformas, com o intuito de deslocá-la para casas populares construídas em uma localidade mais afastada. De acordo com alguns moradores a realocação seria momentânea, apenas durante o período das

reformas. Contudo, havia ainda aqueles que acreditavam que seria uma mudança permanente e que as senzalas da Machadinho seriam transformadas em um espaço de visitação, sem moradores.

Por conta da resistência da população quanto à ideia de terem de ser deslocados da Machadinho para outra localidade, além do medo de não poderem retornar às suas casas, a Prefeitura decidiu construir 14 “casas de passagem”, ou anexos, para a permanência das famílias até a finalização das obras (SONEGHETTI, 2016). Hoje, os anexos, assim como as senzalas restauradas, são utilizados como residência pelos moradores da Machadinho.

A intenção aqui não é focar nas medidas de restauro aplicadas às edificações, muito menos em seus objetivos e consequências ao estado físico do patrimônio, mas apenas citá-las resumidamente. Foram implementadas, na primeira década do século XXI, algumas providências para a salvaguarda das construções localizadas no centro da Machadinho. Providências essas que tiveram como objetivo valorizar um paisagismo local, atrair o turismo histórico-cultural para a região, preservar as raízes culturais da comunidade e, ainda, propiciar um desenvolvimento sustentável na região (SONEGHETTI, 2016). A capela de Nossa Senhora do Patrocínio teve o emboço da fachada e o revestimento das colunas frontais retirados, o Brasão substituído por uma réplica, as janelas, as portas, as luminárias e o altar restaurados e o piso recomposto e encerado. Ainda restauraram o sino da capela que há muito se encontrava em péssimas condições, sendo recolocado no local onde os moradores mais antigos diziam tocar em ocasiões importantes (SILVA, 2009b).

Figura 15: Capela Nossa Senhora do Patrocínio



Fonte: Foto do autor, 2019.

A respeito das sucessivas restaurações realizadas neste período, a então presidente da Fundação Cultural de Quissamã, Alexandra Moreira Carvalho Gomes, destacou a responsabilidade em respeitar e fazer jus à cultura e à memória quilombola local, posicionamento político que permeou todo o processo de recuperação dos edifícios coloniais.

Quando iniciamos o processo de recuperação do patrimônio artístico e cultural de Quissamã, há quatro anos, sabíamos que tínhamos um grande desafio pela frente. Era preciso restaurar parte da história maltratada pelo tempo, conhecimentos esquecidos pelo descaso, obras perdidas pela falta de preservação e um sentimento de enfraquecimento de nossa cultura (...) (GOMES, 2009, p. 6).

Complementando a fala de Alexandra Gomes, seu esposo, Armando Cunha Carneiro da Silva⁴⁰, na época prefeito de Quissamã, enfatizou o compromisso do poder público local em prestar este serviço à população da Machadinha.

(...) Uma gente que preserva suas esperanças nos ideais de liberdade e igualdade (...) Nossa pequena contribuição está no compromisso com a preservação das construções históricas, como o Museu Casa Quissamã, o Centro Cultural de Sobradinho, a aquisição de Mandiquera e principalmente, a conservação do patrimônio material e imaterial que habita Machadinha (SILVA, 2009c, p. 7).

Para encerrar, as recentes reformas englobaram também: o Armazém, como importante ponto de apoio e de encontro para os moradores; a Casa de Artes, transformando uma antiga cavaleriça em um espaço destinado à divulgação cultural e o desenvolvimento sustentável da população; o Memorial, como espaço de preservação de sua história e “origem”; e, claro, as senzalas da Machadinha, uma das localidades consideradas mais relevantes para a história e cultura de Quissamã, nas quais, segundo uma narrativa “oficial”, vivem a 8ª geração de moradores herdeiras de uma origem africana vinda forçadamente para o Brasil (em grande parte, do território que hoje integra o país de Angola, de onde foi retirada a maioria das pessoas que vieram escravizadas para o Brasil). Se historicamente serviram de senzala, hoje são o lar de uma comunidade que mantém viva tradições que atravessam tempo e espaço, adaptando-se e reinventando-se continuamente. Foi apenas com o término destas obras que, em junho de 2008, o conjunto arquitetônico localizado no centro da Machadinha passou a

⁴⁰ Alexandra Gomes e Armando Cunha Carneiro escreveram a apresentação para o livro “Machadinha, origem, história e influências”, uma coletânea de artigos sobre a Machadinha, organizada por Leonardo de Vasconcellos Silva e publicada em 2016.

ser chamado pela Prefeitura de Complexo Cultural Fazenda Machadinho (SILVA, 2009b; SONEGHETTI, 2016).

Ao longo de 2019 e 2020, durante visitas à Machadinho, foi registrado o início de uma nova ação de restauração da capela Nossa Senhora do Patrocínio, que se encontrava, na ocasião, coberta por tapumes e andaimes. A obra iniciou-se no intervalo de tempo entre as duas visitas que compuseram as experiências de campo. Em fevereiro de 2020, a obra encontrava-se estagnada, pois, segundo o Sr. Percussionista, conquanto ela tivesse sido iniciada, fora interrompida por conta de outra obra que estava sendo realizada no centro de Quissamã.

Eles começaram pra, é pra nós aqui, começaram e parou, eles tão fazendo uma obra pra Quissamã, depois de lá vai começar a fazer essa reforma aí. Essa igreja não tá tendo missa aqui porque, não tá tendo missa porque tava a parede quebrando, pode na hora da missa cair em cima né? O vento forte tomba. Eles começaram aí, fizeram esse...esse muro dessa...desse vinco aí, pras criança não invadir aí. Aí tão lá em Quissamã (...) depois que terminar vai...vai continuar aí (...) (PERCUSSIONISTA, 2020)

Pudemos perceber, portanto, a existência de uma complexidade de registros e evidências da memória e tradição deste grupo, herdeiro de um passado de opressão, tendo sua identidade manifestada por meio de uma diversidade de exemplares patrimoniais, particularmente encontrados na fazenda Machadinho, e em suas várias dimensões, que vão desde a tradição do pescado e das raízes vegetais na gastronomia, dos ritmos marcantes nas músicas e festividades, até o imaginário popular que dá vida às construções coloniais. Desta forma, percebemos que o movimento de reconhecimento da Machadinho como quilombo não apenas reforça as manifestações culturais perpetuadas por gerações que ainda moram nas senzalas. Percebemos também, que a preservação e a aproximação da comunidade junto a este patrimônio, conseqüentemente promove um fortalecimento de sua identidade, intensificando um vínculo entre o passado e o presente da fazenda, e a ancestralidade cultural quilombola de sua população, encarnando um papel comprobatório do direito à demarcação e propriedade das terras.

3 BUSCA DA AUTONOMIA CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MACHADINHA

Ao longo dos capítulos anteriores vimos alguns aspectos históricos e socioculturais que perpassam as relações estabelecidas entre os diferentes atores e instituições, públicas e privadas, na Machadinha; analisamos o poder simbólico exercido pelo termo quilombo e suas várias conceituações (BOURDIEU, 1989), e ainda realizamos uma exposição de algumas das importantes dimensões do patrimônio que podem ser notadas no contexto da comunidade Machadinha, seja ele de valor arquitetônico, monumental, ou imaterial, como a manifestações artísticas (a música, as danças ou as festas), as brincadeiras, seu artesanato, sua gastronomia ou mesmo sua religião.

Neste terceiro e último capítulo, tentaremos evidenciar uma questão que acabou se tornando a principal norteadora de todo trabalho e que surgiu apenas após muita reflexão a respeito do contexto histórico-social da Machadinha, seu patrimônio, suas lutas e anseios. Apenas na reta final da pesquisa, após as muitas leituras sobre a região, em busca de um melhor entendimento da realidade daqueles que ali vivem, e também, ainda mais importante, da realização de toda a pesquisa de campo (que infelizmente, teve de ser interrompida devido ao contexto da pandemia de Covid-19), pude perceber a existência de um impasse, enfrentado pelos moradores da Machadinha, e que acompanhava a ideia de sustentabilidade da comunidade.

Buscaremos aqui, portanto, nos aprofundar em algumas das principais dificuldades e anseios expressados pelos moradores, como a questão do desemprego e a falta de terras para o cultivo de alimentos. Enfocaremos também nas relações estabelecidas entre a comunidade da Machadinha e aqueles que detiveram, ou detêm, a propriedade das terras nos diferentes períodos de sua existência. Refletindo a respeito das especificidades nas relações de poder vigentes em cada uma dessas diferentes épocas, além dos interesses por trás do uso do território identificado como centro da Machadinha.

3.1 Patrimônio “autêntico” na Machadinha

Voltamos a falar, então, do direito à propriedade da terra que, de acordo com o Art. 68 da Constituição Federal de 1988 e, ainda com base no Decreto nº 4887 de 2003, deveria abranger toda a extensão compreendida pela Comunidade Remanescente de

Quilombo (CRQ) da Machadinho, garantindo o reconhecimento do território aos descendentes do que podemos chamar, talvez de maneira um tanto generalizada, de uma “cultura quilombola brasileira” (ARRUTI, 1997). Um dos principais motivos para a criação deste aparato legislativo foi garantir a preservação do patrimônio e identidade destas comunidades, de sua cultura e seu modo de vida.

Entretanto, para a realização de uma salvaguarda apropriada desses bens culturais é necessário que, não apenas haja um incentivo ao desenvolvimento sociocultural da comunidade, mas que também seja considerada a importância de um amparo financeiro, uma verba própria para a manutenção de projetos que auxiliem na proteção dessa tradição. Assim como, a garantia de verbas e recursos para a execução de projetos não assegura a proteção do patrimônio. Afinal, uma abordagem patrimonial que tenha apenas como objetivo obter um desenvolvimento econômico da comunidade (ou ainda do município de Quissamã), pode se tornar muito prejudicial às relações sociais internas ou até mesmo ao patrimônio.

Considerando, desta maneira, os movimentos de resistência e emancipação de minorias detentoras de patrimônios históricos, culturais, artísticos etc., e sua busca de um reconhecimento político, muitas vezes ignorado pelo poder público local, é comum que haja uma tendência à consolidação de um cenário polarizado do “opressor e oprimido”. Entretanto, é preciso termos cuidado para não simplificar essas relações em simples e puras dicotomias de poder, principalmente, pois, se desconsiderados os aspectos essenciais para o sustento da complexidade dos processos e dinâmicas próprias da lógica de apropriação e preservação patrimonial. Já que isso poderia acabar incorrendo em um problemático limitador estratégico para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade, sua cultura, memória e identidade (CÂNDIDO; RUOSO, 2015).

Esse tipo de relação, aparentemente polarizada, pode ser percebida, por exemplo, se pensarmos na disseminação de um discurso de resistência, muito comum na Machadinho, que reforça a importância de uma independência, ou um afastamento, da Prefeitura de Quissamã em decisões da comunidade, principalmente quando relacionadas à preservação de seu patrimônio. A questão aqui, entretanto, não é tentar deslegitimar esse discurso. Muito pelo contrário, pois a problemática da polarização não deve ser associada ou resumida como consequência desse desejo de autonomia, que é no mínimo bastante razoável, quando consideramos que a gestão de um patrimônio deve ter participação ativa da comunidade a qual ele pertence (CÂNDIDO; RUOSO,

2015). Porém, com esta independência seguem também algumas consequências que podem vir a ser bastante nocivas ao patrimônio, isso se não forem encaradas com seriedade, tentando buscar soluções e maneiras de contorná-las. Essas consequências estão atreladas justamente ao financiamento dos projetos de salvaguarda do patrimônio que, com o afastamento da Prefeitura, acaba se tornando escasso, devendo a comunidade encontrar meios para manter essa balança equilibrada de modo a não prejudicar a preservação de suas heranças culturais. Ou seja, não é apenas necessário que haja uma proteção e salvaguarda do patrimônio quilombola na Machadinha, sendo também importante, a criação de um projeto de desenvolvimento econômico para comunidade que possa servir de suporte à essa patrimonialização, mesmo que de maneira indireta, auxiliando na busca de um processo de desenvolvimento sustentável da comunidade.

O fator econômico que envolve o processo de preservação do patrimônio é uma questão complexa, introduzindo a figura do “mercado” na equação da salvaguarda do bem cultural, uma entidade geralmente representada com desconfiança em debates públicos a respeito das políticas de tombamento e preservação de patrimônios. A inclusão dos bens culturais na dinâmica do mercado, como a sua livre compra e venda, é algo que costuma ser associado à ideia de descaracterização e perda de autenticidade, contudo, o mercado pode também ser visto como um aliado do patrimônio, se analisadas as “parcerias” firmadas com o Estado e a mobilização de recursos privados para serem aplicados em projetos públicos de preservação. Não é possível afirmar, portanto, que os efeitos do mercado resultam no desaparecimento de valores tradicionais e “originais”, assim como, é ilusório assumir que eles atuam apenas para o sustento de um mundo tradicional e “autêntico” (GONÇALVES, 2007b).

Os discursos do patrimônio cultural no Brasil, por várias décadas, pautaram-se por uma assumida recusa do mercado, uma vez que este era necessariamente associado ao “inautêntico” (GONÇALVES, 2003). No entanto, o fato é que esses discursos estiveram sempre indiretamente associados à indústria turística (AGUIAR, 2006). Em sua busca obsessiva pelo objeto de uma perda irreparável, esteja ele situado no universo autêntico do “passado” ou das “culturas populares”, ou das “culturas primitivas”, o patrimônio na verdade transforma localidades em pontos de atração turística (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998: 153) (GONÇALVES, 2007b).

A noção de “autenticidade”, quando pensamos em patrimônio, pode ser associada àquela de “original”, enquanto o inautêntico se refere à cópia ou reprodução. O “autêntico”, supostamente, garante a presença de uma essência das culturas e

tradições, e a sua continuidade no tempo, impedindo que desapareçam, sendo “resgatadas” e “preservadas” (GONÇALVES, 2007a). Podemos perceber, portanto, que a autenticidade está diretamente relacionada ao medo de uma iminente destruição e perda do patrimônio, pensamento que reflete em uma tentativa de cristalização do bem, da memória e da identidade (GONÇALVES, 2012). No caso da Machadinha, por exemplo, é possível percebermos a manipulação simbólica, de ambos a Prefeitura e a comunidade, na construção de autenticidades subjetivas, e por vezes opostas.

Partindo de uma análise do objetivo apresentado pela prefeitura de Quissamã, no ano de 2001, quando adquiriu, do Engenho Central, a propriedade da terra e de todo o conjunto arquitetônico da Fazenda Machadinha, cuja intenção declarada era preservar as construções e revitalizar a cultura local, com o intuito de criar um circuito turístico para a região, servindo como fonte alternativa de renda para o município, que se encontrava em uma situação de dependência econômica aos royalties de petróleo e gás da Bacia petrolífera de Campos. De acordo com Maria José de Queiróz Carneiro da Silva, irmã de Armando Cunha Carneiro da Silva, prefeito de Quissamã em exercício naquela época, essa revitalização consistiria na transformação das ruínas da casa grande em um parque que funcionaria como um centro de preservação da cultura negra da Machadinha.

Entretanto, entre os anos de 2006 e 2008, um outro projeto turístico seria implementado na região, em decorrência de um crescente interesse da mídia em torno da cultura local, especificamente, em relação ao jongo e à culinária, alavancados por meio, respectivamente, dos projetos Tambores da Machadinha e Raízes do Sabor. Com a recente valorização dessas manifestações e também do reconhecimento como patrimônio histórico do Estado do Rio de Janeiro do conjunto arquitetônico, constituído pelo conjunto de senzalas, a casa grande, e a capela Nossa Senhora do Patrocínio, foi realizada pela Prefeitura uma série de restaurações das construções coloniais, datadas do século XIX, e classificadas pela Prefeitura como “originais”. Houve, ainda, a inauguração de alguns espaços culturais, como a Casa de Artes, o Armazém e o Memorial; tendo sido inaugurado, em 2009, o Complexo Cultural Fazenda Machadinha (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017; SONEGHETTI, 2016).

A criação deste complexo cultural teve como objetivos o incentivo ao desenvolvimento de projetos culturais na região e a restauração do conjunto arquitetônico reconhecido como patrimônio histórico, medidas que buscaram inserir a Machadinha em um circuito turístico do município de Quissamã. Neste contexto, foi

realizada uma seleção daquele patrimônio que pudesse sustentar um discurso específico proposto pela Prefeitura, seleção esta que pôde ser percebida inclusive na demarcação do terreno adquirido por ela e conhecido como o centro da Machadinha. Neste processo, foram então colocadas em evidência as construções coloniais de valor “histórico”, “arquitetônico” e “cultural” - quase em sua totalidade inseridas na área desapropriada - e ainda aquelas manifestações culturais representantes da “cultura negra” ali presente (SONEGHETTI, 2016).

Faz parte do jogo das agências do patrimônio a consagração, por meio de ações de tombamentos, de bens móveis e imóveis, listas de edificações a serem preservadas ou de objetos a serem recolhidos. As políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos (ABREU, 2007b).

Entretanto, como consequência de uma seleção que visava a criação de um potencial “polo turístico”, foram excluídos, por exemplo, algumas áreas que faziam parte do cotidiano dos moradores, como é o caso das antigas roças - que já haviam sofrido redução em seu tamanho com o crescimento da plantação de cana no entorno da Machadinha. Foi tomada, portanto, uma série de medidas arbitrárias, tanto em termos geográficos, quanto de narrativas sobre a comunidade, constituindo, assim, em uma mediação artificial com o intuito de tornar a Machadinha mais atraente e interessante aos olhares de um público externo. Tais narrativas tinham como intuito ressaltar a existência de uma suposta preservação de uma “cultura de negros escravizados”, resgatada do passado colonial como um objeto inerte e imutável. Discurso que era reforçado pela restauração das senzalas através de métodos e materiais “originais” (SONEGHETTI, 2016).

Ainda, outra especificidade contida nesse discurso turístico de uma Quissamã colonial preservada, é a criação, por parte do poder público local, da imagem de uma “escravidão diferenciada” e também da figura do “bom senhor”, supostamente presentes na Machadinha. Essas formulações de um passado idealizado eram, portanto, constituídas pela crença de que, nessa localidade específica, a escravidão não aconteceu da mesma forma que em outras regiões do país, visto ser a elite açucareira quissamaense constituída por senhores bondosos, que não maltratavam seus escravos e nem os torturavam.

Deste modo, podemos dizer que o incentivo ao turismo na comunidade baseou-se na atenta e minuciosa elaboração e consolidação de um imaginário de exaltação à elite canavieira e, paradoxalmente, ao caráter de resistência das pessoas escravizadas

e seus descendentes, notado nas frequentes falas de exaltação ao fato das senzalas permanecerem em pé, enquanto a casa-grande desmancha-se em ruínas. Essa ação de maquiar o passado como dito “original” e “autêntico” constituiu, desta forma, em um processo de mercantilização, transformando, assim, o patrimônio em mercadoria a ser vendida e comprada, inserindo-o, dessa maneira, no âmbito do mercado cultural (CHAUÍ, 2008).

É preciso destacar que, apesar do conjunto arquitetônico da Fazenda Machadinho ter sido reconhecido como patrimônio histórico em 1979, foi apenas com a criação do complexo, que as políticas de proteção a este patrimônio, selecionado como “original”, passaram a ser sentidas pela população, o que não significou a existência, apenas, de sentimentos positivos por parte dos moradores, principalmente no que diz respeito à consequente proibição na realização de qualquer alteração dentro ou fora das moradias (SONEGHETTI, 2016).

É possível notar que o ideal construído pelo poder público local era de que a comunidade pudesse alcançar um desenvolvimento social e financeiramente sustentável através de recursos atraídos pelo turismo histórico e cultural na região, (além de utilizar o turismo local para adquirir recursos extra para o município, já que, no mesmo período, ocorreu a perda de parte dos royalties de petróleo da Bacia de Campos). De acordo com planos traçados pelo poder público local, os recursos deveriam crescer através de investimentos específicos na comunidade, como a restauração e construção de alguns edifícios para a criação do Complexo Cultural da Machadinho, e a realização de alguns projetos como o Raízes do Sabor, voltado para a preservação da culinária local, além da criação do grupo de jongo “Tambores da Machadinho” (SONEGHETTI, 2016).

Entretanto, alguns dos projetos realizados sob a égide da Prefeitura, como o Raízes do Sabor, acabaram não tendo continuidade ou sendo descontinuados permanentemente em decorrência, principalmente, de mudanças nas políticas de gestão dos governos municipais e, mais especificamente, entre o fim do mandato de Armando Carneiro da Silva - prefeito que iniciou uma série de transformações na Machadinho com o intuito torná-la em um importante ponto turístico local, servindo de fonte de renda para o município, - e o começo do quarto mandato de Octávio Carneiro da Silva, iniciado em 2013, mesmo período em que houve a criação e entrada da ARQUIMA como principal entidade gestora de atividades culturais dentro da comunidade. Essa mudança de mandato do governo municipal, e também de política

pública, ocasionou o fim de alguns projetos, como também levou a população a perceber uma redução na fiscalização, promovida pela Prefeitura, sobre os edifícios reconhecidos como patrimônio histórico do estado do Rio de Janeiro. Em específico, sobre as senzalas e casas de passagem (apesar destas últimas serem construções novas), nas quais, até então, era proibido qualquer tipo de alteração em fachadas, cores, paredes.

Portanto, podemos perceber que o controle do poder público local sobre o espaço diminuiu, permitindo aos moradores uma maior liberdade quanto a sua alteração, de acordo com suas necessidades. Ainda, com a criação da ARQUIMA, houve a possibilidade da comunidade conquistar uma maior independência na gestão do patrimônio, e conseqüente uma posição como sujeito produtor de sua própria cultura. Por outro lado, o afastamento da Prefeitura fez com que a comunidade perdesse um importante auxílio para manutenção e realização de novos projetos (assim como a diminuição da verba para as festas, como aquelas de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Patrocínio, discurso recorrente nas falas da população), evidenciando uma relação de dependência econômica da Machadinho frente ao poder público local, tornando-se evidente uma constância da Prefeitura como peça central nessa relação (SONEGHETTI, 2016).

a Prefeitura era constantemente apontada como a instância de poder responsável pela manutenção da estrutura física das edificações de Machadinho e da oferta de serviços na comunidade (quando antes tais incumbências eram atribuídas à Usina) e que permitia ou não a realização de determinadas práticas pelos moradores (SONEGHETTI, 2016, p. 66)

3.2 Direito à propriedade da terra e sustentabilidade

Ao longo dos mais de dois séculos de existência da fazenda Machadinho, ou seja, desde a inauguração de seu primeiro engenho, em 1798, por João Carneiro da Silva, considerado por muitos o primeiro engenho de Quissamã, e até os dias atuais, com o estabelecimento do Complexo Cultural Fazenda Machadinho e o reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinho, a terras, que hoje estão compreendidas no pequeno perímetro conhecido como o “centro da Machadinho”, já sofreram algumas mudanças significativas, principalmente em termos de quem detinha o título da propriedade.

Em 1877, o engenho foi desativado devido à criação da Companhia Engenho Central de Quissamã, ou simplesmente “Usina”, como ficou popularmente conhecido,

sendo derradeiramente comprado, assim como as suas terras, em 1936. Doze anos depois, em 1948, a casa grande passou a funcionar como residência para o administrador da Usina, sendo fechada permanentemente em 1970. Já no século XXI, em 2003, a Fazenda Machadinha foi desapropriada pela prefeitura de Quissamã, situação na qual se encontra ainda hoje, apesar do reconhecimento como CRQ, no ano de 2006, por parte da Fundação Cultural Palmares.

Portanto, a subordinação e dependência sob as quais a população da Machadinha encontra-se atualmente - sua relação com a Prefeitura, atual detentora da propriedade da terra, e a sujeição frente aos prolongados trâmites legislativos que atrasam a transferência da propriedade para a comunidade - não se instauraram hoje na região, mas são um vínculo historicamente estabelecido desde o surgimento do primeiro engenho de açúcar da fazenda, tendo mudado apenas a entidade a qual a população deve se submeter para continuar existindo, seja o senhor de engenho, a Usina ou a Prefeitura, revelando, de certo modo, um padrão nas estruturas de poder atuantes na região (BOURDIEU, 1989).

A sensação de impotência por parte dos moradores da Machadinha, portanto, não é recente. Em visitas ao local, ouvimos frequentemente relatos que indicam a insatisfação com a situação atual vivida por eles, discursos que revelam um sentimento de abandono por parte das autoridades públicas. Especialmente dois moradores, o avô da mediadora do Memorial e uma das cozinheiras do restaurante da Casa de Artes, demonstraram em suas falas uma desesperança muito marcante com relação ao futuro, chegando a afirmar que tinham mais direitos no passado, inclusive no período da escravidão (foi possível perceber que até mesmo em algumas falas dos próprios moradores estava presente o discurso do “bom senhor”).

Era uma vida bem puxada, era. Mas hoje, antes...pra nós tá sendo mais difícil do que pra eles (...) Era melhor. Pelo o...pelo o que a gente alcançou, ainda pouquinho coisa, mas alcançou, pra eles era melhor. Pra nós agora tá sendo pior...falar pra vocês oh, a maioria...você vê essa menina, essa rapaziada...e num tem nada a fazer, não tem serviço. Pai de família, quer serviço pros filho, num...pra dá comida pro seus filho, não tem (COZINHEIRA, 2020).

A dificuldade de encontrar emprego é um fator que, há muito tempo, é identificado como uma das grandes preocupações para os moradores da Machadinha (um problema do qual falaremos mais adiante), população que historicamente trabalhava no campo e nos engenhos de cana-de-açúcar da região. Hoje, é comum a

busca de trabalho no centro de Quissamã, no bairro de Santa Catarina, ou até mesmo em Macaé, localidades com maior oferta de serviços e que se tornam, portanto, uma das únicas opções para os mais jovens moradores da Machadinha. Porém, mesmo no centro do município a oferta de emprego é escassa (SONEGHETTI, 2016).

Tem que ser pra lá (no centro de Quissamã), mas também num é fácil também...o trabalho lá. Então, eu acho (...) por isso que eu digo pro senhor, a vida hoje tá mais difícil do que antes, porque meu pai trabalhava, morreu aposentado, o avô dela, tá vivo, é aposentado porque trabalhou. Agora eu pergunto, e essas meninada novo vai...como, como que...o negócio não é puxado não? Ah, quando eu digo...eu falo, eu fala pra tu, mas é gente, melhor era antes de que agora. Porque antes as pessoa dali...daqui tinha sobre...viver, agora não tem mais, por isso que eu digo (COZINHEIRA, 2020).

Outro desafio, que foi destacado pelo avô da mediadora do Memorial, e que está inteiramente relacionado à falta de oportunidades de emprego para os moradores da comunidade, é a redução gradual da área de entorno do Complexo Cultural, antes utilizada por eles para o plantio de hortaliças de consumo próprio, o que provoca uma sensação de estarem cativos em uma espécie de “curral”, ou “rodo⁴¹”. Essa é uma situação que se mantém e se agrava desde 1936, a partir da compra da fazenda pela Usina. O que esbarra, mais uma vez, na questão da propriedade da terra e sua consequente delimitação, definida de acordo com a real necessidade da comunidade e sua subsistência.

(...) naquela época ninguém era dono, nós era dono igual. Vou te dizer que era tudo igual. Só que de certo tempo, foi mudando. A Usina apanhou isso tudo que tá aqui, que eles também num...até a casa-grande ali era bonita. Aquela casa-grande ali ela, não era caída assim não...casa-grande ali era um casarão (...) a Usina comprou. Aí pig...entregaram o chefe de lá, o...da Usina, é o administrador, os feitores...então passaram, isso aqui passou pra Usina. Então eles ficaram por aqui, mandando aqui. Eles mandavam aqui, só que quem mandava era eles (...) (AVÔ, 2020).

Segundo ele, após a abolição da escravatura e a crise econômica do início do século XX, que resultou no abandono da fazenda pelos antigos senhores do engenho, apenas os ex-escravos permaneceram nas terras, continuando a ocupar as senzalas como moradia, e utilizando parte do terreno do entorno para uso próprio, cultivando o que fosse necessário para o seu sustento. Porém, em 1936, após a morte de Ana Francisca de Queiros Matoso, as terras foram vendidas à Usina e, com isso, a população

⁴¹ “Curral” e “rodo” foram os termos utilizados por esse morador para descrever o pequeno perímetro que pertence ao centro da Machadinha.

local foi gradualmente sendo expulsa das imediações da fazenda para dar espaço à plantação de cana, ficando restrita ao perímetro que hoje é conhecido como o centro da Fazenda Machadinha.

Então nós vivíamos assim, aí veio a Usina, apanhou...porque naquele tempo, nós tinha tudo direito, nós (...) nós tinha nossos...nossa rocinha pra ter o aipim, pra ter uma banana, pra ter uma batata (...) Tinha tudo aqui por trás, aqui tudo era roça. Qualquer canto aqui, tudo era roça (...) A Usina apanhou, e aí a Usina se fez de dona, e cabô! Porque aí nós passamos a não ter direito de mais nada... Nós só temos esse rodo aqui ó! Esse rodo de casa aqui, rodando por aí (...). Por fora, nós não temos direito de nada (AVÔ, 2020).

A rocinha, a qual ele se refere, era localizada em um terreno por detrás das senzalas que margeiam o campo de futebol, uma área chamada por eles de “cercadinho”, onde plantavam muitas frutas e hortaliças, como aipim, milho, batata, banana, abóbora, inhame, maxixe etc. Porém, com o avanço do canavial, ou quando a Usina “cortou o mato tudo e veio a cana”, o “cercadinho” deixou de existir e os moradores perderam uma de suas principais fontes de sustento. Neste mesmo período, uma grande parcela dos moradores mais velhos da comunidade, tanto homens quanto mulheres, acabou indo trabalhar para a Usina (SONEGHETTI, 2016), como foi o caso do avô da mediadora.

(...) naquele tempo, nem trator a Usina tinha, não existia trator. Existia, não sei que os senhores já viram por aí, existia carro de boi, carro de meio (...). Aí, era só boi que tinha, pra limpar aqui (...). Eu entrei pra aqui, eu entrei, peguei pra trabalhar ganhando quinhentos réis. Quinhentos réis (...) era o serviço que tinha aquilo, é (...) a pastorear boi, era isso e isso aí. Aí depois foi formando, aí foi crescendo, foi panhando dono, dono foi chegando, e aí foi tirando o valor que a gente tinha, e até hoje nós não temos valor nenhum. Mas eu aposentei, trabalhei quarenta e três anos aqui dentro, aqui, da Usina. Eu tô com oitenta e dois anos aqui dentro...oitenta e dois anos (...). Então, a gente ficou nessa lida, vai lá, vem cá. Olha ali, vontade de fazer um troço, não pode fazer...não pode fazer...porque eles não, se você...tudo isso, isso tá arrendado, se o senhor for lá fazer uma hortinha lá, eles vão e vaza...cabou... (AVÔ, 2020)

A situação se agravou, em 2006, com o processo de tombamento da fazenda como patrimônio histórico do Rio de Janeiro, no qual estava previsto, de acordo com parecer do processo, a preservação do “espaço físico” no entorno das construções tombadas. O que significava que dentro deste perímetro, hoje sob proteção legal, são permitidas apenas atividades agrícolas que não alterem a paisagem e que não interfiram com a visibilidade do conjunto arquitetônico. Na prática, essas restrições impostas pelo tombamento reduziram as possibilidades de cultivo dos moradores, afetando também a

criação de porco e galinha, atividade que era muito comum na Machadinha, restando hoje apenas dois moradores que mantém uma criação de porco (SONEGHETTI, 2016).

Com a desapropriação da terra pela prefeitura, e os já citados processos de reconhecimento do patrimônio histórico-cultural da Machadinha, foi garantida a permanência da comunidade dentro do perímetro demarcado pelas senzalas e a casa grande, área pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinha. Com isso a comunidade se tornou isenta de pagar pelo consumo de água e energia. Entretanto, além de terem sofrido com restrições na produção agrícola familiar, dentro do território desapropriado, ainda, de acordo com o relato desse mesmo morador, esse direito de permanência deve ser renovado a cada quinze anos (referindo-se ao “Contrato de Concessão de Uso”,⁴² emitido entre 2011 e 2012, que garantia o “direito de uso” firmado entre o município de Quissamã, “concedente”, e os moradores, “cessionários”), sendo que eles ainda continuam impedidos de cultivar as terras externas a esse “*curral*”, que ainda pertencem à Usina.

Aí depois veio a prefeitura, comprou. Aí veio como dona né? Prefeitura ficou como dona...disso aqui. E aí, a prefeitura veio, reformou essas casas todas...elas reformaram, nós temos documento dessas casa todinha (...) Isso tudo por fora aí é da Usina...tudo aí por fora! Só não é aqui dentro, esse rodo aqui. Isso aqui foi a prefeitura que comprou, isso aqui é do, da... portanto, nós aqui não pagamos luz, não pagamos água, não pagamos nada. E aí da história do regi...do recibo que eles deram, é quinze anos pra nós, só que nós não sai (...). A segurança que eles deram, nós temos direito em quinze e quinze anos (...) Mas nós não sai, nós não saímos. Eles podem vir aqui pra tirar, só que nós não sai. Nós somos donos disso que tá aqui (...). Nem a prefeitura é dono disso que tá aqui, mas eles no papel tá com eles que são dono (AVÔ, 2020).

Essa questão do direito de permanência dos moradores em suas casas é mais um importante ponto levantado por eles, que argumentam que, no momento em que a população teve de assinar o “Contrato”, muitos não sabiam ler, tendo, portanto, consentido nos termos de um conteúdo do qual não tinham total conhecimento. Hoje, apesar dos moradores terem a autorização de uso dos imóveis (as senzalas e casas de passagem), eles não têm o direito à sua propriedade, já que foram apenas cedidos como moradia pelo poder público, como consequência do processo do reconhecimento da Machadinha como comunidade remanescente de quilombo.

⁴² O “Contrato de Concessão de Uso” funcionava como uma reedição do “Termo de Cessão Gratuita de Uso por Prazo determinado”, assinado pelos moradores em 2008, logo após receberem as casas reformadas (SONEGHETTI, 2016).

A situação das famílias que vivem nas senzalas do Complexo Cultural Fazenda Machadinho é, portanto, bastante diferente da situação encontrada em outras regiões da CRQ da Machadinho, cujos moradores têm a propriedade das próprias casas onde moram. Isso significa que, embora estejam autorizados a ocupar os imóveis, o fato legal é que ninguém no centro da Machadinho possui a propriedade de suas casas. Obviamente, essa situação se torna mais um motivo de preocupação pelo medo de um dia serem despejados. A sentimento de apreensão, por não serem donos da própria residência, é ainda agravado pelo fato de serem proibidos de realizar quase qualquer alteração, no exterior ou interior das casas, por conta da patrimonialização do conjunto arquitetônico da Machadinho (SONEGHETTI, 2016)

(...) a prefeitura que comprou e reformou essa senzala velha. Reformaram tudo e deu uma casa pra cada morador, eles deram (...) Nós assinemos o nome no papel, tem a... tem uma folha aí com o nome da gente na folha aí, sobre a casa que eles deram pra gente, pra cada um morador deu uma...deu a casa, é nossa. Tem um nome no papel da gente (...) essa casa é tudo é o mesmo modelo, de uma é da outra. O mesmo piso que tá ali dentro, tipo tijolona (...) (PERCUSSIONISTA, 2020).

Hoje a plantação de cana já não existe mais e as terras no entorno da Machadinho ainda pertencem à Usina, desativada há mais de dez anos (SONEGHETTI, 2016). Com o seu fechamento, e o fim da produção açucareira na região, no ano de 2002, os seus funcionários ficaram desempregados, boa parte deles moradores da Machadinho, sendo obrigados a encontrar novos serviços, seja em Quissamã ou no bairro de Santa Catarina, novos meios de sustento e de obtenção de uma fonte de renda suficiente para sobreviverem. Após o fim da produção de açúcar pela Usina, ela tem mantido a posse de boa parte de sua propriedade por meio de rendimentos obtidos pelos recentes arrendamentos de frações de sua terra, principalmente destinadas à criação de gado. Em virtude dessa situação, somado à falta de investimentos do município e a não finalização do processo de demarcação e propriedade das terras quilombolas, os moradores da comunidade se sentem presos, sem emprego e sem perspectivas para o futuro.

(...) hoje em dia aí, o senhor vê, ronda por aí, só vê boi (...). Tiraram as canas e arrendaram só pra boi, mas tudo da Usina. E nós vemos, fiquemos... olhando pra lá, olhando pra cá, pra saber pra onde vai, pra onde não vai... (AVÔ, 2020).

Por muito tempo, a economia que movimentava as atividades e a vida na Machadinho era completamente baseada na produção canavieira da fazenda, sendo

comum ouvir falar que na época da Usina havia emprego para praticamente todos os moradores; para homens e mulheres, no caso da lavoura, ou só de homens, na fábrica. Deste modo, com o fechamento e venda do engenho, e o fim das plantações de cana-de-açúcar para dar espaço à criação de gado nas terras arrendadas pela Companhia Engenho Central de Quissamã, a população local passou a se ver encurralada, não apenas pela perda de espaço físico localizado no entorno das senzalas, mas também pela escassez de oportunidades de trabalho (SONEGHETTI, 2016).

Com a compra de uma área do centro de Machadinho pela Prefeitura, acompanhada logo depois pelo arrendamento e venda das terras circundantes, uma divisão antes inexistente foi estabelecida. Cercas foram erguidas e novos regimes de uso do espaço foram instaurados (SONEGHETTI, 2016, p. 79).

Após o fim das atividades da Usina, uma parcela da população foi contratada para trabalhar na restauração efetuada pela Prefeitura no período de 2006 a 2008, e depois para trabalhar no restaurante da Casa de Artes (serviço sem carteira assinada ou garantias trabalhistas). Contudo, sem contar com situações esporádicas como essas, e além de trabalhos no Posto de Saúde ou no restaurante, os moradores da Machadinho acabam atuando como funcionários de firmas terceirizadas a serviço da Prefeitura, principalmente aquelas relacionadas à limpeza urbana. Alguns poucos continuaram trabalhando na lavoura de cana-de-açúcar, outros, ainda em menor quantidade, são proprietários de terra, cuidando do pasto e da criação de cavalos. Porém, a maioria da população é constituída de pessoas aposentadas e desempregadas, que vivem à procura de serviços variados, plantando capim, cavando poços d'água, consertando móveis, trabalhando como auxiliar de pedreiro, entre outros trabalhos. Todavia, muitas vezes devendo se contentar apenas com serviços de baixa remuneração e programas assistenciais do governo, como o Bolsa Família na esfera federal, e o Renda Mínima, em âmbito estadual (SONEGHETTI, 2016).

Nas últimas duas décadas, a população da Machadinho perdeu não só os espaços utilizados para a manutenção de suas hortas e criação de animais para sustento próprio, quanto também sofreu com uma grande onda de desemprego ocasionado pelo fim da atividade açucareira. É possível perceber, a partir da declaração do morador com quem conversamos, a constante necessidade da comunidade lutar e resistir ao descaso e à negligência praticados pelo poder público, no que tange às necessidades e anseios daqueles que ainda moram nas senzalas da Machadinho. A frustração de ainda não terem a titulação, não apenas da área em que residem, mas também de uma parcela do perímetro em seu entorno (ainda pertencente à Usina,

devendo, portanto, ser desapropriada pelo poder público e transferida à comunidade) é sentida, no dia à dia, por ele e seus pares, como foi exposto em seu discurso.

Tamo preso, é um curral. Isso aqui fizeram um curral pra nós. Mas temo mantendo assim mesmo, temo (...) temo lutando, né? Temo lutando, temo batendo. Vem um vem outro, nós temo lá junto. É isso e é aquilo. Sei que aqui aparece muita gente, soube isso, mas infelizmente o INCRA, não sei o que é, lá o governo não decide nada pra gente. Nós temo amarrado, temo amarrado. Entra um governo, entra outro... que isso aqui! Essa terra aqui! Isso tudo aqui pertence, isso que tá aqui (AVÔ, 2020).

O fortalecimento de uma relação comunidade-território, poderia redinamizar as atividades econômicas, sociais e culturais na Machadinha, e conseqüentemente, a preservação de seu patrimônio. A comunhão entre essas duas partes serviria como base para uma autorreflexão acerca de seu passado, sua memória e sua cultura, permitindo ainda que haja um reconhecimento e uma conscientização de sua identidade, tanto por parte da própria comunidade, quanto de olhares externos a ela. Para isso, porém, é preciso que a comunidade possa usufruir de seu território (de preferência, havendo uma recuperação de parte da área que foi perdida), de modo a torná-lo produtivo, à exemplo da viabilização de uma produtividade agrícola ou artesanal.

É importante destacar, portanto, que um fator problemático para o processo de titulação e demarcação do território, pleiteado pelos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) da Machadinha, se refere à segmentação da área correspondente à antiga Fazenda Machadinha, hoje dividida entre: as áreas arrendadas pela Usina e ocupada pela criação de gado; terrenos particulares que foram vendidos para outros donos; e o seu centro, pertencente à Prefeitura, onde está localizado o conjunto arquitetônico do Complexo Cultural. Desta forma, a área pleiteada corresponde à conjunção de terras de diferentes proprietários, o que dificulta o processo na justiça, ainda mais se considerarmos a disparidade econômica entre as partes envolvidas, “até os advogado são...junto com eles” (AVÔ, 2020).

Outro fator complicador é a falta de um consenso relativo à delimitação da área reivindicada, o que, segundo Soneghetti (2016, p, 54), está relacionado à presença de diferentes “regimes de propriedade da terra em cada uma das cinco comunidades que integram o quilombo”, a exemplo das comunidades Bacurau e Sítio Santa Luzia, compostos por lotes de propriedade familiar, caso que se diferencia daquele encontrado Machadinha, cujo moradores não são proprietários das moradias e da terra em que

vivem. Isso se explica pois, de acordo com a solicitação de demarcação da terra, que leva em consideração toda a extensão do território da antiga Fazenda Machadinha, a sua titulação deveria englobar não apenas o centro da Machadinha, mas também as outras quatro comunidades vizinhas, ou melhor, os outros quatro núcleos que constituem a CRQ da Machadinha, ou seja: Mutum, Sítio Boa Vista, Sítio Santa Luzia, Bacurau e, é claro, a Machadinha (núcleo central). Entretanto, se analisarmos que uma das condições para a titulação coletiva do CRQ da Machadinha é a proibição da venda de suas terras, torna-se então mais um problema a existência dos lotes de propriedade familiar verificados em Bacurau e no Sítio Santa Luzia, já que seus moradores ficariam impossibilitados de negociá-los após a oficialização deste processo (SONEGHETTI, 2016).

Como parte do processo de identificação, delimitação e titulação do território, foi produzido em 2007 o “Relatório Antropológico da Comunidade de Machadinha em Quissamã/RJ”. Escrito pela antropóloga Flávia Freire Dalmaso e coordenado pela professora Eliane Cantarino O’Dwyer, o laudo teve como principal objetivo explicitar qual área seria pleiteada para titulação junto ao INCRA. Consta no relatório que os moradores mais antigos de Machadinha, a partir de indicações feitas sobre um mapa da região, apontaram que o “território a ser reivindicado deveria corresponder às terras da antiga Fazenda Machadinha, de propriedade atual da Companhia Engenho Central de Quissamã, somada ao quadrilátero central” (DALMASO, 2012: 216, apud SONEGHETTI, 2016, p. 54).

De acordo com o relatório produzido por Flávia Freire Dalmaso e Eliane Cantarino O’Dwyer, apenas o núcleo da Machadinha seria incluído ao território correspondente à antiga Fazenda Machadinha, ficando de fora as outras quatro comunidades, o que causou certa insatisfação por parte de alguns moradores que pensavam que todas as comunidades deveriam ser integradas ao território abarcado pela titulação coletiva. Entretanto, apesar do relatório, o processo de transmissão da propriedade pelo INCRA permanece parado (SONEGHETTI, 2016).

Tendo em vista a complexidade do processo de titulação da Machadinha, nos resta apenas salientar as dificuldades e anseios verificados, exclusivamente, através das visitas e conversas estabelecidas com os moradores do centro da Machadinha. Desta forma, podemos apenas destacar um importante fator que deve ser considerado pelo processo de delimitação da terra, garantida por lei à comunidade: a necessidade de uma área de extensões suficientes, por exemplo, para que a sua população possa trabalhar e tornar a terra produtiva, além de permitir o cultivo de alimento para o sustento próprio, ou seja, tendo uma base mínima para a sustentabilidade econômica e cultural.

A reivindicação deste território, de potencial produtivo, é constituída não apenas pela disposição de recursos para o sustento próprio e a busca por melhor condição de vida e trabalho, mas ainda em um método alternativo de se perceber e trabalhar o patrimônio histórico e cultural da Machadinho. De tal maneira, a patrimonialização não estaria caracterizada, apenas, como uma tentativa de se preservar as construções coloniais presentes em seu território, ou mesmo um incentivo à preservação de manifestações tradicionais, como as músicas, as danças, as festividades, a culinária, o artesanato etc. O patrimônio da Machadinho seria percebido como um instrumento de fortalecimento da população no contexto sócio-político local, dando um enfoque na relação estabelecida entre a comunidade e o seu território, e as diferentes práticas envolvidas no dia a dia da localidade.

3.3 Incentivos públicos, turismo e território

Retomando algumas medidas adotadas pela Prefeitura, em particular aquelas voltadas essencialmente para impulsionar a economia da Machadinho, e conseqüentemente do município, por meio de um crescimento turístico, histórico e cultural na região, temos os exemplos da restauração do antigo estábulo, posteriormente transformado em Casa de Artes, ou as obras efetuadas nas senzalas, entre 2006 e 2008, e também a inauguração do espaço, hoje conhecido como o Memorial da Machadinho. Essas ações foram importantes no que diz respeito à promoção e valorização do patrimônio da Machadinho, apresentando a relevância de sua preservação para a grande mídia, além de ter funcionado como estímulo para uma re-dinamização da comunidade e do território, sua economia e cultura. Entretanto, foram propostas fortemente centradas no turismo, o que, de certo modo, acabou empurrando a população local, juntamente com seus anseios e interesses, para um segundo plano, sem espaço para manifestar sua opinião, criando e cristalizando um discurso que tinha, como finalidade maior, atrair olhares de um público externo e movimentar a economia do município.

Este não é um fato particular à Machadinho, pois o turismo é, talvez, um dos mais frequentes argumentos utilizados como justificativa para a criação e realização de políticas públicas patrimoniais, procurando apoio em estratégias midiáticas em detrimento do fortalecimento de instituições comunitárias. Apesar do valor excepcional do patrimônio, tanto no âmbito educacional, científico e, principalmente, se considerarmos sua função como consolidador de identidades, parece que, muitas

vezes, o patrimônio, em si, e a sua preservação, não são justificativas o bastante para mobilizar os financiadores públicos e fundações não-governamentais à investirem nas comunidades detentoras do bem cultural (CÂNDIDO; RUOSO, 2015).

Com a criação da associação de moradores, ARQUIMA, a comunidade da Machadinho passou a participar mais ativamente das decisões relacionadas ao seu patrimônio, sendo verificado um maior alcance e ressonância (GONÇALVES, 2005) do bem cultural em seus moradores. Contudo, como já vimos no início do capítulo, alguns projetos que antes eram articulados pela Prefeitura deixaram de existir, como é o caso do Projeto Raízes do Sabor, o que apoia a argumentação de que a preservação de um patrimônio necessita de incentivo público, ou, se possível, de uma economia local mais sustentável, o que pode ser ainda mais complicado no caso da Machadinho, já que a população ainda não tem a propriedade da terra e suas atividades agrícolas são limitadas pela falta de espaço físico e exigências postas pela patrimonialização do meio em que vivem.

Uma maior independência da comunidade na gestão cultural e patrimonial é algo visto como positivo e essencial, segundo discussões emergentes do campo da museologia e do patrimônio, que começaram a ganhar força a partir da segunda metade do século XX. Compreendendo as ações de patrimonialização como “processos complexos de seleção e requalificação, colocando em jogo valores mais ou menos compartilhados, reconhecidos e estabelecidos ao longo do tempo” (CÂNDIDO; RUOSO, 2015, p. 88), percebemos o porquê da relevância dada, nos debates mais recentes sobre a preservação do patrimônio e da cultura, à autonomia de uma comunidade na gestão de seus bens culturais. Esse movimento de reconhecimento político da população acarreta uma garantia maior de que haja uma participação ativa e um engajamento sociopolítico dos moradores junto ao poder público local e os especialistas do patrimônio, por exemplo, na tomada de decisões à respeito da identificação e seleção, do reconhecimento, significação e preservação de seus bens culturais, sendo sua opinião considerada de extrema relevância para o desenvolvimento de políticas culturais que possam afetar a comunidade.

O elemento reparador dos projetos consagrados às civilizações e populações do passado pré-colonial no Brasil (ABREU & CHAGAS, 2003; GALLOIS, 2006; PELEGRINI, 2008) ou às escravidões (CIARCIA & NORET, 2008; ARAÚJO, 2012) se refere, por exemplo, à fabricação de um consenso moral que tende a tornar pública uma narração reparadora dos contratempos da história. Do mesmo modo, tanto a ascensão da arqueologia e da museologia colaborativas (GNECCO & AYALA, 2011) como – em menor escala – o

desenvolvimento dos ecomuseus e dos museus de sociedade no contexto europeu são sinais da evolução das patrimonializações, rumo a uma prática negociada e ao reconhecimento dos múltiplos atores em torno da valorização e da promoção da cultura, o que o conceito do “dever da memória” tende, às vezes, a sintetizar no discurso político (CÂNDIDO; RUOSO, 2015, p. 91).

A mudança percebida no Memorial Machadinha, por exemplo, pode servir para demonstrar os efeitos causados pela valorização de uma “democratização do processo de reconhecimento de bens culturais” (CUNHA, 2018), ou de uma patrimonialização participativa, aplicada em um aparato sociocultural e comunicacional que trata de preservar a tradição local. Nos primeiros anos de Memorial, como um dos principais destaques turísticos da região, havia em seu interior a exposição de fotos, textos e objetos que apoiavam uma versão particular da “história” da Machadinha, considerada oficial pela Prefeitura. Porém, como foi exposto por Soneghetti (2016) e pelas falas da Mediadora (2020), muitos dos moradores não se sentiam representados pelo discurso apresentado no Memorial, pois nele estava exposta uma coleção muito mais voltada a uma Quissamã colonial imaginada, além de uma narrativa que reforçava a origem “oficial” do município, destacando as muitas semelhanças entre Kissama, em Angola, e a Machadinha, estando, portanto, ausente um discurso da comunidade para a própria comunidade. Além disso, com a criação do Memorial, havia sido prometido pela Prefeitura a oferta de cinco a dez vagas de emprego na instituição, o que não aconteceu. Tendo sido contratado apenas um funcionário de fora da Machadinha para ocupar a função de guia turístico. Com a mudança da pessoa responsável pela gestão do Memorial, em meados de 2015, e a entrada de Dona Dalma dos Santos para sua direção, pôde ser notado um sentimento de maior satisfação pelos moradores da comunidade, tanto pela mudança ter consistido na substituição de alguém “de fora” da comunidade por uma “de dentro”, quanto na criação de atividades culturais que passaram a ser realizadas com e para a própria população, que passou a se sentir reconhecida como parte ativa do espaço, apesar do Memorial ainda pertencer formalmente à Prefeitura.

Entretanto, esta conquista da população da Machadinha consiste apenas em uma parte dos desafios que ainda precisam ser superados, como é o caso da dependência, principalmente financeira, que ela ainda tem com a Prefeitura e que se reflete, principalmente, no financiamento de projetos para a preservação do patrimônio. Entretanto, deixar de depender do poder público não significa que a comunidade deva se isolar e perder importantes apoios externos (tanto público, quanto privado), o que provavelmente seria altamente prejudicial à preservação do bem cultural. É preciso

evitarmos uma simplificação do contexto sociopolítico da Machadinha, pois enxergá-lo apenas por meio de uma dualidade de abordagens patrimoniais - aquela concebida pela associação de moradores, ARQUIMA, em oposição àquela desenvolvida pela Prefeitura - pode provocar uma limitação estratégica quanto às políticas de proteção e preservação dos bens culturais, não sendo considerada, assim, a complexidade das dinâmicas de apropriações e lógicas patrimoniais (CÂNDIDO; RUOSO, 2015).

Uma leitura dualista das patrimonializações – entre nativos autênticos, natureza preservada e verdadeiras narrações da história, de um lado, e os atores institucionais maquiavélicos, lógicas hegemônicas e patrimonialização imposta de cima, de outro – se revela relativamente simplificadora (...) Tal abordagem se priva, assim, de analisar a possibilidade de que dispõem as minorias ao adotar as estratégias e os símbolos dominantes para transformá-los em armas de reivindicação (CÂNDIDO; RUOSO, 2015, p. 94).

Desta forma, quando uma iniciativa como essa é tomada por uma associação de moradores, é ainda muito importante, se possível, contar com financiamentos públicos, parcerias com universidades, ou auxílios de fundações não-governamentais, para manter ativos aqueles projetos e trabalhos voltados para a salvaguarda do patrimônio, pois qualquer diminuição em seu orçamento anual pode acarretar em graves consequências para a preservação do bem cultural (CÂNDIDO; RUOSO, 2015). Em todo o caso, é preciso que seja alcançado um equilíbrio, entre a necessidade de atrair investimentos externos, e a manutenção de uma certa autonomia da comunidade na gestão do patrimônio, de modo a possibilitar o desenvolvimento de bons projetos de patrimonialização, mas sem tornar-se demasiado dependente de subvenções, públicas ou privadas, interessadas apenas na mercantilização de sua cultura (CHAUÍ, 2008), o que constituiria em uma grave fragilidade em um momento de crise ou de redução deste apoio (CÂNDIDO; RUOSO, 2015).

O incentivo ao turismo histórico-cultural na região, seja por meio de um restaurante de culinária tradicional, da criação de circuitos voltados à experiência vivida no passado do engenho de açúcar, da venda de artesanatos, ou de eventos ligados ao Memorial, poderia, sim, ser uma estratégia alternativa, no que se refere a alcançar um público mais amplo e, conseqüentemente, obter um retorno econômico para a comunidade. Todavia, assim como os investimentos e apoios externos, as receitas geradas pelo turismo são variáveis e imprevisíveis. Esta inconstância, e sentimento de insegurança financeira, característico do que é originado por meio de iniciativas de incentivo ao turismo, e ainda através de financiamento público e privado, é um problema

de difícil solução que apenas pode ser amenizado por meio da diversificação dessas fontes de renda (CÂNDIDO; RUOSO, 2015).

Pensando, porém, além da questão financeira, mas sem negligenciá-la, se o objetivo é atingir uma sustentabilidade para a comunidade, é preciso que o patrimônio não sirva apenas ao desenvolvimento econômico da região. É importante que seja adotada uma noção de patrimônio fundamentada na ideia de democratização cultural, com objetivo de incentivar um maior engajamento da população em ações que visem a valorização de sua identidade e memória. Apropriando-se de seu território, a comunidade reafirmaria sua legitimidade cultural e identitária, promovendo e participando de reflexões a respeito de sua história e tradição, atuando ao mesmo tempo como ator econômico (CÂNDIDO; RUOSO, 2015), além de se posicionar como sujeito social, cultural e político, tendo não apenas poder de decisão na gestão do patrimônio, mas participando ativamente em projetos de preservação patrimonial e decisões públicas a respeito de sua própria cultura (CHAUI, 1995).

A preservação do patrimônio da Machadinha deveria conciliar, portanto, os financiamentos externos, sejam eles de caráter público ou privado; os planos de incentivo ao seu potencial turístico; e ainda, e certamente o mais importante, permitir que a população possa usufruir de seus direitos, sendo finalizado o processo de demarcação e transição da propriedade da terra para a comunidade, compreendendo não somente as terras compostas pelas cinco comunidades que formam a CRQ da Machadinha, mas ainda a promessa da inclusão de uma extensa área de seu entorno, ainda da Usina, que precisaria ser desapropriada pela Prefeitura e transferida à população (SONEGHETTI, 2016). E que, com isso, a população possa lograr dos benefícios provenientes de seu território, ocupando e remodelando um espaço com elementos polissêmicos de seu passado, sua memória e identidade, permitindo que sejam, enfim, consideradas, neste contexto patrimonial, as necessidades presentes no cotidiano dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, podemos destacar alguns dos pontos mais presentes nas narrativas da e sobre a Machadinha. Ao longo de toda a pesquisa, destacaram-se perspectivas e compreensões múltiplas a respeito dessa localidade, desde os variados contornos que ela pode assumir, seja como fazenda, comunidade, Complexo Cultural ou CRQ (SONEGHETTI, 2016). Foram observados aspectos culturais, econômicos, políticos e religiosos presentes em seu território, uma mistura de tradições e memórias sincréticas, até, por fim, sendo identificadas relações de poder que transpassam tempo e espaço, uma sensação de submissão revelada pelos moradores, reflexo de um não tão antigo contexto de escravidão, representado pela manutenção desse passado na memória coletiva e remontado por manifestações populares, como a “feijoada da liberdade”, o jongo do sudeste e o levantamento de antigas receitas, que tentaram resgatar um importante aspecto da vida cotidiana das pessoas no período escravocrata, mesmo que, por vezes, maquiado em função do turismo. Salientamos, ainda, a existência de uma Machadinha como cerco delimitado pelos canaviais e, posteriormente, pelo arrendamento das terras do entorno para a criação de gado, concluindo essa relação de “dependência” com a desapropriação de uma restrita área pela Prefeitura e uma patrimonialização da cultura local.

Terminemos, portanto, apontando algumas das principais problematizações destacadas nos capítulos que constituíram essa dissertação: a multiplicidade de significados do conceito quilombo e os reflexos na compreensão da Machadinha como tal; a transição nas narrativas propostas pelo Memorial, comparação entre a gestão da Prefeitura e aquela praticada pela ARQUIMA; os diferentes discursos que envolvem o patrimônio, a identidade e cultura quilombola; e, por fim, a problemática da sustentabilidade socioeconômica da região frente a manutenção de uma relação de dependência entre a comunidade e as instituições de poder que detiveram, ou detêm, o direito à propriedade das terras.

Uma maneira de enxergar e entender um fator em comum entre todas essas questões é perceber que todas as políticas de patrimonialização e musealização são acompanhadas por uma série de intenções, além de sempre contarem com dicotomias como memória e esquecimento, autêntico e inautêntico, oprimido e opressor, presença e ausência etc. (CHAGAS, 2002). Portanto, podemos dizer que o principal desafio enfrentado pela comunidade da Machadinha é justamente o seu não reconhecimento nas narrativas e discursos criados, pelo poder público, em nome de seu patrimônio e

sua cultura. Começando, por exemplo, pela criação e reformulações da categoria quilombo como símbolo identitário, quase sempre não reconhecido por aqueles “de fora”, mas também muitas vezes não assumido como legítimo, ou mesmo reconhecido pelos “de dentro”.

Vimos que a categoria quilombo, antes referente apenas a um grupo específico formado por negros fugidos, foi ampliada pela necessidade emergente de reconhecer comunidades constituídas por variadas especificidades. Foram incluídas nessa conceitualização grupos de indivíduos que ocupavam territórios herdados ou doados, como é o caso da Machadinha, em que as pessoas escravizadas permaneceram, após a abolição, morando nas antigas senzalas, tornando-se herdeiras de uma memória e patrimônios particulares, compartilhando uma identidade social e étnica através de suas próprias práticas e manifestações culturais (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002; REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017).

Pelos termos do discurso oficializado pela Prefeitura e também reconhecido legalmente pelo decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Machadinha deve ser percebida como quilombo. Entretanto, como detectamos nas falas de alguns moradores da localidade, há a presença de uma sensação de insegurança e de dúvida quanto ao próprio futuro e, por vezes, até mesmo de negação, quando questionados sobre o uso desta categoria para descrever a comunidade. Essa hesitação pode ser justificada, principalmente, pela grande ressonância que a primeira conceituação do termo, historicamente definida, alcançou no âmbito do senso comum, em cujo a categoria “quilombo” é comumente associada a “negócio de escravo antigamente” (PERCUSSIONISTA, 2020), ressonância essa ainda não conquistada pela definição mais recente e ampliada do termo.

Em relação à presença de narrativas particulares, que tem apoio na relação Prefeitura, opressora, e Machadinha, oprimida, podem ser verificados discursos distintos que, ora um, ora outro, apresentam-se como dominantes nas narrativas das instituições culturais existentes na comunidade. Como exemplo, tivemos a delimitação arbitrária do território, desapropriado pela Prefeitura para a criação do Complexo Cultural Fazenda Machadinha; em seguida, verificamos a criação de um “circuito turístico” que abrangia apenas o conjunto arquitetural “original”, a Casa de Artes e o Projeto Raízes do Sabor – os quais gradualmente foram sendo adaptados aos interesses e necessidades de um mercado turístico e de uma *mass mídia* (CHAUÍ, 1995) - ; e, por fim, observamos o caso específico do Memorial, identificado por duas distintas

fases ao longo de sua curta existência, ocasionando a transformação de sua exposição e principalmente de seu discurso.

Vimos que, com a desapropriação e a percepção de que as manifestações presentes na Machadinha, como o jongo e a culinária “típica”, poderiam servir como atrativo para um mercado turístico, a Prefeitura iniciou uma série de projetos para o seu incentivo e preservação, contexto econômico-cultural no qual foi criado o Complexo Cultural Fazenda Machadinha. Entretanto, percebemos que esse apoio visava muito mais um possível retorno econômico que o patrimônio local poderia oferecer ao município, do que uma tentativa de possibilitar um desenvolvimento social e cultural da população e do território da Machadinha.

Até hoje, a sua população sofre com a oferta escassa de empregos na região e com um uso restrito da terra para produzir subsídios básicos, como o cultivo de hortas ou a criação de porcos e galinhas, atividades que faziam parte do cotidiano no passado da comunidade e que, hoje, representam um significativo aumento nos gastos mensais de cada família, devido a necessidade de recorrerem às compras de mercado para se alimentarem. Tudo isso sendo agravado pela não finalização do processo de demarcação e transmissão da propriedade da terra para a população.

Por último, e ainda relacionado à narrativa elaborada pela Prefeitura na criação do Complexo Cultural, podemos dar um destaque ao Memorial da Machadinha, que hoje atua como centro de encontro para a execução de atividades sociais e educacionais com a comunidade, mas que, antes da transição de gestão para a ARQUIMA, funcionava, em grande parte, em função do turismo. Por um momento, essa dinâmica pode ter correspondido positivamente às expectativas de caráter econômico por parte do município de Quissamã, porém, atuando um pouco aquém em relação ao seu potencial papel social como aparato cultural voltado para a população local. Além disso, em sua antiga exposição ainda estava presente um discurso próprio das lideranças políticas locais, descendentes dos antigos proprietários da fazenda, reforçando a imagem, dita “autêntica”, do “bom senhor” ou de uma “escravidão diferenciada”, sistemas simbólicos perpetuados por essas mesmas lideranças, como meio de legitimar uma ordem vigente (BOURDIEU, 1989, apud LIMA, 2010).

O Memorial atua, portanto, como um instrumento político de interesses particulares, ora da Prefeitura, ora da comunidade, podendo ser identificado como um espaço em constante disputa. Na última década, verificaram-se algumas importantes transformações em relação ao modo como o Memorial atuou, logo após a sua

inauguração, em 2008. Hoje, a prefeitura já não mais gere as atividades realizadas no Memorial, o qual se encontra sob responsabilidade da própria comunidade, mais especificamente, da quilombola e moradora da Machadinha, Dalma dos Santos, que coordena e se encarrega da gestão da instituição. O Memorial tem funcionado, portanto, como um aparato cultural da e para a própria comunidade, aproximando-se do que foi proposto por Chauí (1995) ao definir cidadania cultural, garantindo, com isso, que os próprios moradores se reafirmem como sujeitos culturais, com acesso aos bens culturais e à gestão cultural. Torna-se, deste modo, um instrumento de manipulação de significações, que assume uma narrativa protagonizada pelos moradores, proporcionando um maior alcance e ressonância (GONÇALVES, 2005) do patrimônio legitimado pela população do quilombo da Machadinha. Uma instituição orientada em primeira pessoa, que, por sua vez, pode atuar como sustentador e comprovador da relevância da cultura quilombola para a Machadinha e o município de Quissamã. Talvez, ainda, auxiliando na corroboração de reivindicações da população, ou como um aliado na luta pela posse definitiva da terra.

Um dos maiores desafios dos moradores da Fazenda Machadinha, portanto, pode ser evidenciado na relação que eles possuem com o Memorial, pois as disputas presentes em seu interior são muitas vezes reflexos do contexto sociopolítico do meio em que está inserido. Um cenário de constante atrito entre: uma camada da sociedade herdeira de uma elite que detinha o poder nos antigos engenhos de açúcar (casa grande); um grupo detentor e especulador de grande parte das terras cultiváveis no município; e outra parcela que ainda é socialmente ignorada, excluída pelo preconceito determinado pelas diferenças culturais (senzala) (SOUZA, 2017). A partir da pesquisa, fica patente que, apesar de inúmeros avanços na comunidade da Machadinha, que evidenciaram a importância da preservação de uma memória coletiva local e, portanto, de seu patrimônio, ainda há uma necessidade de reafirmação da identidade étnica local, sua ancestralidade e o protagonismo quilombola na região, além da busca por uma menor “dependência” social-econômica com o poder político local.

O Complexo Cultural Fazenda Machadinha deve ser percebido não como uma mercadoria cultural, mas como um exemplo da constante resistência daqueles que vivem até hoje nas senzalas, motivados pela busca de um incessante fortalecimento político quilombola e pelo reconhecimento de uma memória afro-brasileira que se mantém viva e preservada através da valorização, ressignificação e manutenção de suas crenças e práticas.

(...) a CRQ Machadinha vem fortalecendo seu protagonismo em diversas ações, como o jongo, a culinária quilombola, o artesanato, as oficinas de jongo mirim, o fado e contação de histórias, além da discussão sobre os arranjos produtivos na agricultura, a gestão comunitária de espaços culturais, a transmissão de conhecimentos ancestrais via oralidade e a educação escolar quilombola (...) (REIS; SILVA COSTA; SOARES, 2017, p. 228).

Para finalizar com, talvez, o ponto de maior relevância para a comunidade da Machadinha, e a partir do reconhecimento e valorização de uma cultura quilombola, seria imperioso aos moradores que fosse finalizado o processo de demarcação e propriedade das terras, sendo então possível a realização de uma apropriação integral do território por parte da comunidade, reintegrando-o ao cotidiano da população e inserindo-o em uma cadeia produtiva social e economicamente sustentável. Desta forma, deveria ser privilegiada a participação constante dos moradores em um processo produtivo agrícola, artesanal, etc., além da presença, do início ao fim, no processo de patrimonialização de seu território. A Machadinha poderia, portanto, atuar como: comunidade residencial; patrimônio histórico e cultural, polo turístico e núcleo para a pesquisa científica (FERREZ, 1994), além de funcionar como um espaço essencialmente voltado à preservação cultural quilombola, em harmonia com o meio no qual está inserida.

Doravante os pontos aqui explicitados, temos uma comunidade que permaneceu à mercê de interesses de terceiros, desde a época em que os senhores de engenho escravizavam a população negra, sequestrada desde outro continente. Vimos que essa subordinação se manteve no século XX, quando os homens e mulheres se viam livres no papel, mas ainda presos ao trabalho para os senhores da Fazenda e posteriormente para a Usina. Já no século XXI, os moradores da Machadinha ficaram sujeitos a um cenário de escassa oferta de serviços, sendo obrigados a dependerem de subsídios e auxílios ofertados pela Prefeitura e pelo poder público federal, como meio básico de sobrevivência.

Percebe-se, através desse resumido panorama histórico que retrata uma contínua relação de sujeição vivenciada pela Machadinha, o desafio que é se desvincular de um passado de opressão, de falta de oportunidades e de programas sociais voltados à redução de desigualdades. Além da permanência dessa relação opressor-oprimido, o reflexo da escravidão é percebido nos discursos de exaltação à cultura e memória dos homens e mulheres escravizados, quando as celebrações da Abolição da Escravatura, em 13 de maio, e Consciência Negra, em 20 de novembro,

fazem recordar as espoliações sofridas pelos seus antepassados. Mais reflexos são vistos na valorização de um patrimônio dito “autêntico” e “típico” dos escravos, nas danças, festas, culinária etc. O mais curioso, contudo, é notar a existência de falas, pontualmente enunciadas, de exaltação à resistência dos antepassados, a exemplo das narrativas estratégicas do jongo ou do simbolismo das “senzalas de pé”, o que contradiz o também presente imaginário do “bom senhor de escravos”. Além dessa dualidade de discursos antagônicos, não se vêem presentes, nos discursos “oficiais” do Complexo Cultural, memórias negativas que remetem às agressões e maus-tratos sofridos pelas pessoas escravizadas. No Memorial, por exemplo, não estão expostos os aparelhos de tortura como o tronco e a chibata, evidenciando um claro processo de seleção da memória ali preservada (SONEGHETTI, 2016).

Revela-se, nesse contexto do Memorial, um silêncio proposital de lembranças traumáticas, que talvez seja operado como consequência do histórico de opressão, preconceito e marginalização sofrida pela população da Machadinho. Esse caso sugere que “uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” para, então, sentir-se confortável em relatar seus sofrimentos e reproduzir essas memórias “proibidas” (POLLAK, p. 6). Memórias individuais, que não fazem parte de uma memória coletiva legitimada pela comunidade, continuam sua transmissão na esfera familiar e são moldadas pela “angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, p. 8).

Na chave do pensamento de Pollak, o reconhecimento da Machadinho como CRQ e, mais tarde, a criação da ARQUIMA fizeram com que a população começasse a ser gradualmente escutada, formando parcerias com universidades e advogados que auxiliassem no processo de preservação do patrimônio e na disputa pela conquista da propriedade da terra. Entretanto, mesmo com os avanços no âmbito da autoconsciência quilombola e com o crescimento da participação ativa dos moradores na gestão cultural da comunidade, as “memórias subterrâneas” das torturas sofridas por seus antepassados continuaram abafadas por serem muito traumáticas. Uma dor muito grande para ser recordada.

É por meio dessa reflexão que encerraremos propondo uma possível explicação para o silenciamento de memórias na Machadinho e, talvez, fornecendo direções teóricas e hipóteses para um próximo trabalho. O processo em questão provavelmente se baseia no fato da população permanecer descrente e desesperançosa quanto às questões que envolvem a iniciativa do poder público. Tamanho ceticismo estaria

galgado em experiências como: o histórico de escravidão e preconceito; a descontinuidade dos projetos de preservação do patrimônio da Machadinho; as privações impostas pela própria patrimonialização no cotidiano das pessoas; as perdas de terras cultiváveis para a Usina; e a paralisação do processo de demarcação e propriedade do território quilombola.

Em vista disso, podemos imaginar que a população da Machadinho, na realidade, simplesmente não consiga enxergar um motivo concreto para desenterrar árdias lembranças pessoais e, com isso, expor suas feridas. Isso se dá porque, partindo dos inúmeros exemplos em seu passado, vem a dificuldade em esperar uma mudança de postura do poder público quanto à reivindicação de seus direitos. Para os moradores da Machadinho, esse processo já se tornou repetitivo e sem resultados visíveis e imediatos, independente da irrupção ou não de memórias silenciadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina M. R. M. **Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular. Primeira Edição, 2006/2007. Museu Casa do Pontal, Rio de Janeiro, 2007a, p. 54-63.
- ABREU, Regina M. R. M. **Tal antropologia qual museu?** In: Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 7, 2008, p. 121-143.
- ABREU, Regina M. R. M.; FILHO, Manuel F. L. **A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil**. In: Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. FILHO, Manuel F. L.; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). Nova Letra, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Blumenau, 2007b, p. 21-44.
- ALERJ. **Lei nº 8.513/2019 de 29 de março de 2019**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/f6ecc4ce5ad132ef832583cf005ed6d0?OpenDocument&ExpandSection=-3>. Acesso em janeiro de 2021.
- ANTUNES, Stéffany Lara N. O.; CABALLERO, Antonio Diaz; FREITAS, Daniel Antunes; HERNÁNDEZ, Clara Inés V.; MARQUES, Amaro Sérgio. **Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura**. Revista CEFAC, Set-Out, 2011, p. 937-943.
- ARAÚJO, Paulo Roberto. **Inepac vistoria obras em conjunto de senzalas em Quissamã, no Norte Fluminense**. O Globo, 15 de março de 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/inepac-vistoria-obras-em-conjunto-de-senzalas-em-quissama-no-norte-fluminense-4595119>. Acesso em março de 2020.
- ARAYA, Juan F. B.; COSTA, Rute R. da S.; FONSECA, Alexandre B. C. da. **Uma reflexão sobre a produção de conhecimento a partir da escola em comunidades pesqueiras e quilombolas**. Anais VII Esocite.br/tecsoc, 2017, p. 1-15.
- ARRUTI, José Maurício A. **A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. MANA, 1997, p. 7-38.
- BENCHIMOL, A; PINHEIRO, L. V. R. **Objeto etnográfico como documento e informação**. In: Anais X ENANCIB 2009, GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação. João Pessoa, ANCIB, PPGCI-

UFPB, 2009, p.2436-2450. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/687/GT%209%20Tx%2013-%20BENCHIMOL%2c%20Alegria%2c%20PINHEIRO%2c%20Lena%20V.%20R.%20O%20objeto....pdf?sequence=1>. Acesso em dezembro de 2019.

BERNARDO, André. **Umbanda completa 110 anos em meio a ataques e queda no número de devotos**. BBC News, Brasil, 2 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44297088>. Acesso em março de 2021.

Blog Macaé em Pauta. **Lançamento do livro “Flores da Senzala” encerra II Encontro de Saberes Locais em Quissamã**. Rio de Janeiro, 11 de julho de 2016. Disponível em: https://macaeempauta.blogspot.com/2016/07/lançamento-do-livro-flores-da-senzala_12.html. Acesso em janeiro de 2021.

Blog Macaé em Pauta. **Lançamento do livro “Flores da Senzala”, em Quissamã, neste sábado**. Rio de Janeiro, 8 de julho de 2016. Disponível em: https://macaeempauta.blogspot.com/2016/07/lançamento-do-livro-flores-da-senzala_12.html. Acesso em janeiro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, Coleção Estudos, 2007. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>. Acesso em março de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. DIFEL, Coleção Memória e Sociedade, Lisboa, 1989, p. 1-311. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em março de 2020.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Diário Oficial da União, seção 1, nov. 2003, p. 4. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em dezembro de 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Art. 68 (ADCT)**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso em dezembro de 2019.

CÂNDIDO Manuelina Maria Duarte; RUOSO Carolina (Org.). **Museus e patrimônio: experiências e devires**. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2015, p. 21-39.

CANO, Jefferson. **Liberdade, cidadania e política de emancipação escrava**. Revista de História 136, 1º semestre de 1997, p. 107-120. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18815/20878> Acesso em julho de 2020.

CARVALHO, Maria C. P.; SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. M. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, ano V, nº 10, 1º Semestre de 2002, p. 1-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, 2002, p. 35-67. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3820/mem%C3%B3ria.pdf?sequence=1>. Acesso em janeiro de 2021.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1, jun. 2008. CLACSO, Buenos Aires, 2008, p.53-76.

CHAUI, Marilena. **Cultura política e política cultural**. Estudos Avançados 9 (23), 1995 p.71-84.

CONENGE ENGENHARIA. **Fazenda Machadinha**. Disponível em: <http://conenge.eng.br/machadinha.html>. Acesso em março de 2020.

CUNHA, Juliana da Mata. **Participação social na Política de Patrimônio Imaterial do Iphan: análise de diretrizes, limites e possibilidades.** Rev. CPC, v.13, n.25, jan./set de 2018, p.60-85.

DUARTE, Evandro P.; SCOTTI, Guilherme.; NETTO, Menelick de C. **Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas.** Universitas JUS, v. 26, n. 2, p. 23-39, 2015. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/jus/article/view/3553/2822>. Acesso em março de 2021.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática.** Cadernos de Ensaio: Estudos de Museologia, Rio de Janeiro, n. 2, 1994, p. 65-74.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidão de auto-reconhecimento. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos** (CRQS) atualizadas até a portaria no 146/2017, publicada no dia 25/04/2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombolas ganham direito a propriedade de senzalas no Norte Fluminense.** 29/09/2008. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2945>. Acesso em dezembro de 2020.

GOMES, Alexandra. **A força e a coragem de um povo.** in SILVA, Leonardo de Vasconcellos (org.). Machadinha: Origem, história e influência. EDG Editora Gráfica Ltda-ME, Quissamã (RJ), 1ª edição, 2009, p.6.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Coleção Museu, Memória e Cidadania, Rio de Janeiro, 2007a, 256p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do Patrimônio.** In: Antropologia e Patrimônio Cultural: Dialogos e Desafios Contemporâneos. FILHO, Manuel F. L.; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). Nova Letra, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Blumenau, 2007b, p. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun, 2005, p. 15-36. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v_1123.pdf. Acesso em dezembro de 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente.** In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel F. L. (org.). Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei 8.513/2019.** Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/753600517/lei-8513-19-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em janeiro de 2020.

INCRA. Casa Civil da Presidência da República Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. **Acompanhamento dos processos de Regularização Quilombola.** Atualizado em set/2016. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf. Acesso em dezembro de 2019.

INEPAC. Publicação / Histórico de Municípios. **Quissamã.** Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Quissama.pdf>. Acesso em março de 2020.

IPHAN. **Jongo do Sudeste.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59/>. Acesso em dezembro de 2020.

LIMA, Diana Farjalla C. **Museu, poder simbólico e diversidade cultural**. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, jul/dez de 2010, p. 16-26.

LIMA, Diana Farjalla C. **Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões**. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jul/dez de 2008.

MACHADO, Fábio da Silva. **Fazenda Machadinho: Memória e Tradições Culturais em uma Comunidade de Descendentes de Escravos**. Orientadora: Dulce Chaves Pandolfi. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2006, 116p.

MATTOSO, Guilherme de Queirós. **A festa do Fado de Quissamã**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2003, p. 1-13. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mattoso-guilherme-festa-do-fado.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

O DEBATE. **Resgate histórico: PMQ conclui restauração de Machadinho**. *O Debate*, 2 de julho de 2008 Disponível em: <https://odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/1499/resgate-historico-pmq-conclui-restauracao-de-machadinho->. Acesso em janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e Educação: Ancestralidade, Identidade e Oralidade no Pensamento de Kabengele Munanga**. Orientadora: Maria Cecília Sanchez Teixeira. Tese de Doutorado em Cultura, Organização e Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em dezembro de 2019.

Portal G1. **Quilombo Machadinho recebe apresentações culturais em Quissamã**. Rio de Janeiro, 7 julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/07/quilombo-machadinho-recebe-apresentacoes-culturais-em-quissama.html>. Acesso em janeiro de 2021.

Portal Oficial do Município de Quissamã. **Casa Mato de Pipa**. Disponível em: https://quissama.rj.gov.br/site/ponto_turistico/casa_mato_de_pipa/5. Acesso em janeiro de 2020.

Portal Oficial do Município de Quissamã. **Complexo Cultural Fazenda Machadinho**. Disponível em: https://quissama.rj.gov.br/site/espaco_cultural/complexo_historico_cultural_fazenda_machadinho/16. Acesso em dezembro de 2019.

Portal Oficial do Município de Quissamã. **Histórico**. Disponível em: <https://quissama.rj.gov.br/site/pagina/historico/24/2>. Acesso em dezembro de 2019.

REIS, Maria C. G.; SILVA COSTA, Rute R. da; SOARES, Maria R. P. **Reflexões acerca da educação escolar quilombola na Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinho/Quissamã/RJ**. *Revista Humanidades e Inovação*, v.4, n. 4, 2017, p. 225-233. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/348>. Acesso em dezembro de 2019.

RACIONAIS MC'S, **Negro Drama**. São Paulo: Boogie Naípe, 27 de outubro de 2002.

SILVA, Ana C. C. da. **Política, cultura e posse da terra na Fazenda Machadinho**. *ACENO*, vol. 3, n. 6, ago. a dez., 2016, p. 36-51.

SILVA, Armando Cunha Carneiro da. **Um exemplo a ser seguido**. In: SILVA, Leonardo de Vasconcellos (org.). *Machadinho: Origem, história e influência*. EDG Editora Gráfica Ltda-ME, Quissamã (RJ), 1ª edição, 2009c, p.7.

SILVA, Juliana Barreto da. **O papel dos mediadores na (re)construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do norte fluminense: Barrinha e Machadinho.** Orientador: Javier Alejandro Lifschitz. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, Rio de Janeiro, 2009a, 121p. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp129431.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

SILVA, Leonardo de Vasconcellos (org.). **Machadinho: Origem, história e influência.** EDG Editora Gráfica Ltda-ME, Quissamã (RJ), 1ª edição, 2009b, 140p.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. **Comunidade, fazenda, complexo cultural, quilombo...: transformações do espaço e discursos do patrimônio em Machadinho (Quissamã- RJ).** Orientador: José Reginaldo Santos Gonçalves. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016, 225p.

SOUZA, Mônica Dias de. **Feijoada quilombola: chancela de etnicidade.** Centro Universitário Senac, Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade, São Paulo, Vol. 5, n. 2, julho de 2017, p. 29-48. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2017/07/3.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

UFF. **Centro de Artes é espaço de intercâmbio cultural e resgate da ancestralidade.** Rio de Janeiro, 31 de março de 2017. Disponível em: <http://www.centrodeartes.uff.br/2017/03/>. Acesso em janeiro de 2021.

UNIRIO. **PPG-PMUS.** Disponível em: <http://www.unirio.br/ppg-pmus/projetos-de-pesquisa>. Acesso em maio de 2020.

WIKIPÉDIA. **João de Almeida Pereira Filho.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Almeida_Pereira_Filho. Acesso em janeiro de 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 - Conversa com o Percussionista (Fazenda Machadinha, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 09 de fevereiro de 2020).

PERCUSSIONISTA - (...) acabaram com a festa, o filho do finado dono da fazenda...acabaram com a festa, não pode acabar com a festa, né?

PESQUISADOR - É a tradição do lugar, né?

PERCUSSIONISTA - É, isso é a maçonaria deles aí. Não pode acabar, era Santo Antônio também, a festa lá. Na outra semana era daqui...

PESQUISADOR - Porque que eles acabaram?

PERCUSSIONISTA - Eu nem sei (...) porque é uma festa muito animada, nem sei...

PESQUISADOR - A maçonaria que o senhor falou é o que?

PERCUSSIONISTA - Maçonaria é esse de cá, a maçonaria que eu digo é esse que trabalha na pesca... não pode acabar, né? Não pode acabar, aquilo tem que ir direto, direto. Só Deus que pode acabar com aquilo, mais ninguém, né?

PESQUISADOR - Mas a festa se transferiu para outro lugar?

PERCUSSIONISTA - Não, acabou, acabou...só lamento...e vinha gente do Rio, vinha ônibus do Rio.

PESQUISADOR - É como o senhor falou ontem, que aqui também tinha o boi malhadinho.

PERCUSSIONISTA - Boi malhadinho aqui tinha...

PESQUISADOR - Aí depois que a prefeitura veio pra cá...

PERCUSSIONISTA - Aí acabaram com a festa todinho...aí quando fizeram o boi malhadinho, já tinha a prefeitura já. Eles dá a verba pra comprar o...instrumento, comprar o contadinho, né? Pano pra fazer contadinho, pra gente ter ônibus pras senhoras e pras meninas maior, aí já tinha a prefeitura já. Eles davam a verba, às vezes é...o dinheiro que fala, né? Dava aquele cheque e trocava lá no banco mesmo, banco Itaú, aí a pessoa entra completa em campo, fantasias, baterias, tem de instrumento grande, surdão, é aquele surdo, taro que é de pano. Comprado...aí a gente trazia. Quando terminar o carnaval é que ela fecha a conta, pra levar a canhoto fiscal, por exemplo, dava seiscentos reais, né? Por exemplo, você gastava com seiscentos reais...

PESQUISADOR - Tinha que mostrar que gastou com as fantasias, a prestação de conta...

PERCUSSIONISTA - Isso, prestação de conta, é. Aí trazia até as notas todinha de seiscentos real, baixava tudo e apresentava no outro dia lá, o cara que ia atender a

gente lá e tudo bem. Depois acabaram com as bateria tudinho, rapaz, rasgaram tudinho, quebraram tudo, desmancharam o boi, não tem mais nada aqui. Aí tinha o ensaio que agora não tem nada aqui. Só em Santa Catarina agora que tem, o ensaio. O rapaz tem muito instrumento bom, tem muita coisa, tem muito, tem muita coisa. Deve ter isso tudo, isso tudo grande, taro, (tiubanda?), tamborim...

PESQUISADOR - E agora não tem mais verba da prefeitura?

PERCUSSIONISTA - Agora tem, tem (...) só não pode ser aqui, é lá na avenida (Nai?), no Jardim, sabe o Jardim? (...) aquela avenida é rua, o nome daquela avenida é Rua Barão de Vila Franco, nome daquela avenida que passa direto ali, quando vem de Macaé vão pro banco Itaú né (...) aí passa no banco Itaú quando vem de Macaé, vai, chega na praça...tem a praça, quando chega lá à esquerda, o Banco do Brasil na frente, a terceira é aquela avenida ali, onde era a São Cristóvão aquilo (...)

PESQUISADOR - Houve alguma coisa assim séria, houve alguma coisa que tirou o boi daqui?

PERCUSSIONISTA - Não, senhor, não houve na... as crianças que depois que acaba o carnaval, eles tocavam por aí afora do carnaval já, não tiveram mais...época de carnaval (...) tocava até tarde aí de noite aí, por aí. Aí acabaram com tudo, acabaram com tudo.

PESQUISADOR - As crianças daqui mesmo, né?

PERCUSSIONISTA - É, as crianças da...é quebraram tudo.

PESQUISADOR - Por isso que a prefeitura tirou então?

PERCUSSIONISTA - Tirou é, aqui não... não tem nada aqui. Agora, quando...

PESQUISADOR - E lá fica guardado agora os instrumentos?

PERCUSSIONISTA - Lá fica, o rapaz...

PESQUISADOR - Ninguém destrói mais...

PERCUSSIONISTA - Destrói não, o rapaz é muito bom (...) eu acho que é muita coisa guardada num quarto grandão, num quarto grande, o boi tá ali, o boi jaraguá, o boi é...imperador, tudo ali dentro, nós vamo pra lá logo mais, se quiser lá assistir, pode ir lá.

...

PERCUSSIONISTA - (...) eu nasci em Santa Francisca, fazenda particular (...) canavial de cana, tudo, mas o fazendeiro não assinou a carteira, eu vinha por aqui...eu saí de lá, vim pra aqui, não assinou a carteira, eu saí lá e entrei aqui.

PESQUISADOR - Aí o senhor ficou na Usina daqui?

PERCUSSIONISTA - É, aqui tudo era canavial. Aqui era cana, ali, aqui onde tá aqueles prédios de...aquilo ali é ingá (...) aí antes da prefeitura comprar isso aqui (...) isso daqui era, ali era canavial de cana, naquela pista de lá, né? (...) A linha de cana era beirando aquele poste que vai até aquela rampa verde que tava lá, aquela grama verde...aqueles poste ali, a linha de cana era ali direto, ia até aquela curva que tem lá, não tem uma curva ali? Primeira curva daqui pra lá, né? O (acero?) que digo é assim, o acero é tipo uma estrada. Ali vai...a linha de cana direto vinha até ali naquele, naquele, paralelepípedo lá lá, de lá de lá. Aí naquela pista dali (...) na época ali era cheio de guiné ali, depois eles fizeram aquela escola ali, fizeram essa escola...aquilo ali era canavial, cheio de guiné. Guiné é um capim que dá dessa altura (...) aí era canavial de cana ali, fizeram a escola depois, a prefeitura comprou aqui e fizeram a escola ali, aí não era mais cana. Plantaram aqueles pé de ingá pra lá, aquilo é ingá, as criança chupa até se vomitar, eu não gosto dele não, mas as criança chupa.

PESQUISADOR - Hoje em dia no lugar da cana tem gado, né? Né isso? É do mesmo dono?

PERCUSSIONISTA - Não, isso aí o filho do dono tá vendendo terra e tá...e a pessoa que não pode comprar tá arrendando. Arrendamento...a gente entende, todo mundo entende, é tipo uma prestação que a gente arrendou, vai pagar todo mês a prestação lá. Vai lá na Usina pagar, que tem o chefe lá que chama Sô...parece que chama Renato, ele é meu...

PESQUISADOR - O que mais lembra bem a história de você aqui?

PERCUSSIONISTA - A história aqui? Tem a culinária (...) tem tudo aqui (...) essa culinária aqui tinha muita coisa, o povo fazia farinha...

...

PERCUSSIONISTA - Aqui, quando eu vim pra aqui, é... aqui a estrada era... não era aqui não, direto não, não era direto aí não, agora fizeram direto. Era ali, chega lá... tá vendo aquele cavalo que tá lá? Tá vendo aquele cavalo ali? A estrada que ficava ali ia beirando lá, aquele muro do (...) ali beirando o campo de futebol (...)

PESQUISADOR - Ficou bom, né, ficou melhor?

PERCUSSIONISTA - Ficou melhor, é.

PESQUISADOR - A gente viu chegando muito carro hoje, passando. Achei que era pra jogar bola.

PERCUSSIONISTA - Hoje aqui?

PESQUISADOR - Ou é pro restaurante?

PERCUSSIONISTA - É pro restaurante, é, é. Sempre tem jogo, mas hoje não tem não, quando tem eles bota a rede (...)

PESQUISADOR - Mas como é mesmo o nome daquelas comidas típicas, mulato velho?

PERCUSSIONISTA - Mulato velho (risadas)

PESQUISADOR - É bom mulato velho?

PERCUSSIONISTA - Mulato velho é. Mulato velho é tipo...é um bagre né, que eles pega eles e abre...ele é desse tamanho, e abre e faz assim. Ele fica...bem sequinho, aí bota no sol, na corda no sol, no arame (...) bota no varal tipo roupa. Fica ele aberto assim, aquela... aquela capa aberta é...tipo um livro, né? O arame assim, bota assim, entendeu? No arame assim, e bota...e fica assim pendurado assim. É pendurado aqui assim.

PESQUISADOR - Pra secar?

PERCUSSIONISTA - Pra secar. Aí trata o mulato velho, é bom.

PESQUISADOR - Eu li sobre isso, é desde a época dos escravos...

PERCUSSIONISTA - Dos escravos é...e o peixe...eu gosto muito de um peixe, eu gosto muito. É o... eu gosto mais dele frito do que ele ensopado, porque tem que comer com muito cuidado por causa da espinha, né? Tem peixe que tem espinha pequenininha, mas engasga a gente... é, é, acará (...)

PESQUISADOR - Deixa eu te perguntar uma coisa, o Memorial ali mudou muito desde que foi inaugurado?

PERCUSSIONISTA - Foi inaugurado... isso aí inauguraram foi em 2008, acho que foi em 2008...

PESQUISADOR - Mas você acha que já mudou muito?

PERCUSSIONISTA - Já mudou muito, mudou muito, isso aí era salão de baile (risos) (...) não tinha prefeitura nessa época, não tinha prefeitura não.

PESQUISADOR - Mas depois dele virar memorial, você acha que mudou...

PERCUSSIONISTA - Mudou, mudou muita coisa é... carnaval aqui vinha muita gente de fora aí. Aqui do Canto Santo Antônio mesmo, que eu falei agora, que o senhor quer ir. Alto Grande, que é na mesma linha do Canto Santo Antônio, Alto Grande, o nome do local. Vinha de Quissamã, vinha de Conde de Araruama (...) vinha gente de muito lugar aqui pra assistir o carnaval aqui. Nessa época não tinha prefeitura né, não tinha não. Essa aqui era da Usina (...) mas depois que a Usina parou, acabou e...indenizou a gente... a gente tava lá dentro, eu cortava muita cana, cortava cana também. Aqui tem

muito cortador de cana bom aqui, muitos trabalham na Usina, e muitos não trabalhavam, né?

PESQUISADOR - Hoje em dia o pessoal aqui trabalha mais com o quê?

PERCUSSIONISTA - Hoje em dia é...o pessoal trabalha mais em Quissamã, ni ni ni, mais negocio de obra, servente de pedreiro, uns é pedreiro, outro é servente, carpinteiro né?

PESQUISADOR - Quando terminaram com o carnaval pra fazer o Memorial não deu uma tristeza não?

PERCUSSIONISTA - Não deu não senhor, não deu não, não deu não... foi até bom que nós... o desfile é lá, o carnaval é na cidade. Nós gostamos muito porque...

PESQUISADOR - Aqui ficou mais tranquilo, né?

PERCUSSIONISTA - É, é, exatamente. Aí, ficou bom assim, é... porque os músicos daqui eram de Dora, que vinham de Dora. Tinha um local que chama Dora, mas acabou, assim... É vinha de lá (...) então antigamente, é... músico de assopro, saxofone, né? A musiquinha, o... músico era de saxofone, aquele instrumento de assopro, né? Saxofone e pistão de vara... pistão de vara, bota na boca, o cabra leva a mão na vara assim, na boca aqui, tem o botão... tem um negócio de umas chavizinha que bota na... os dedos na chave. Então ele leva a mão na vara assim e vai (...). Aí, depois acabou isso tudinho, e no desfile cá, é só a bateria com o trio elétrico acompanhando ali, tocando.

PESQUISADOR - E ter a memória de vocês aí foi interessante?

PERCUSSIONISTA - Foi interessante, foi muito interessante, bom que surgiu ali, né? Viu ali ontem? É bonito, é.

PESQUISADOR - Mas sempre contou a história de vocês?

PERCUSSIONISTA - Contou a história nossa, tem um... o tal do Seu Tidi aqui, vocês já viram ele? Viu? Mas viu ele em pessoa? Você viu no retrato ali (...). É 96 anos, esse é nascido aqui. Eu e minha esposa não é daqui não, nós somos de lá. Eu só tenho parente de Santa Catarina pra lá, nem aqui tenho parente, porque eu não nasci aqui não. E Santa Francisca, parente meu lá.../

PESQUISADOR - Nem os seus parentes eram daqui também?

PERCUSSIONISTA - Não, é de lá de Santa Francisca, tudo tá lá, é...em Quissamã tenho parente, tem sobrinho, tem sobrinha, tem muita gente...

PESQUISADOR - Quem morava antes nessa casa do senhor era parente?

PERCUSSIONISTA - Não, era gente daqui mesmo (...)

PESQUISADOR - Aí o senhor comprou?

PERCUSSIONISTA - Não, é a... a Usina... a prefeitura que comprou e reformou essa senzala velha. Reformaram tudo e deu uma casa pra cada morador, eles deram. Eu assinamo... Nós assinemos o nome no papel, tem a... tem uma folha aí com o nome da gente na folha aí, sobre a casa que eles deram pra gente, pra cada um morador deu uma... deu a casa, é nossa. Tem um nome no papel da gente. Tem o nome ali (...) tem meu nome completo, tá o nome ali (...), essa casa é nossa... essa casa é... tudo é o mesmo modelo, de uma é da outra. O mesmo piso que tá ali dentro, tipo tijolona, é... você pode entrar ali pra ver, se quiser entrar... se quiser entrar pra ver pode entrar, pra ver a casa (...) quem construiu aqui foi uma firma de campos que se chama (Engequisa?) (...). Restauraram isso aí tudinho. Aí fizeram aquela obra ali...

PESQUISADOR - A casa-grande eles não conseguiram restaurar, né?

PERCUSSIONISTA - Não, aquilo lá não conseguiram não.

PESQUISADOR - Porque já tava muito derrubado...

PERCUSSIONISTA - Derrubado, o vento que tombou né. Era até lá, era até lá perto daquele pé de manga (...) era até lá em frente lá, aquela casa ia lá, até em frente daquele pé de manga que tá lá.

PESQUISADOR - Bem maior.

PERCUSSIONISTA - É, o vento tá tombando ela, só tem uma parede grande ali, a prefeitura...

PESQUISADOR - Ela tinha dois andares também, né?

PERCUSSIONISTA - Tinha dois andar em cima, subia de escada pra cima, escada de madeira, pra cima. Quando ela tava boa ali nós subia lá, agora não sobe mais não porque o vento... fica muito perigoso, pode cair e matar a pessoa...

PESQUISADOR - O senhor não é daqui mas o senhor vinha aqui?

PERCUSSIONISTA - Eu vim pra aqui eu tinha trinta e dois anos de idade, eu tinha trinta e dois...

PESQUISADOR - Mas antes desses trinta e dois anos o senhor conhecia já aqui?

PERCUSSIONISTA - Eu conheci...eu vim aqui...antes de eu vir pra aqui, eu vinha aqui jogar bola, futebol, jogar futebol. Em 1965 eu vinha jogar bola aqui, lá da fazenda o time vinha aqui jogar com esse time Machadinha. 1965. Iam fazer um jogo de um...vimos jogar aqui, Santa Francisca e Machadinha. Mas aí, o campo não era aqui ainda não, era lá em cima lá. Lá, e até aquela areia branca que nem um mar...e o campo era cercado com aquele tal de... negócio que chama gaiolinha (...) gaiolinha é perigoso que tem um leite que ele... se pegar na vista cega a gente (...) aí, venderam aquilo lá, o campo agora

é aqui (...) e...aí aqui tinha armazém, mas eu não lembro do armazém aqui...armazém de fazer compras, ali onde, tá vendo (...)

PESQUISADOR - Não é onde é o bar agora?

PERCUSSIONISTA - É, é o bar ali (...)

...

PERCUSSIONISTA - (...) a prefeitura comprou e a Usina tá vendendo. Vende, quem... quem não pode comprar vai arrendar e quem pode comprar compra. Tão vendendo, vendendo quantos alqueires a pessoa quiser, quando pode comprar, né?

PESQUISADOR - As suas filhas nasceram aqui?

PERCUSSIONISTA - Nasceu um bocado aqui, nasceu uma aqui, nasceu um lá em Prosperidade, que morreu, e o... o resto tudo nasceu aqui. Só que aquela ali...

PESQUISADOR - Então eles cresceram brincando aqui?

PERCUSSIONISTA - É, só que aquela dali nasceu em Macaé, eu morava em Carapebus. De Santa Francisca eu saí e fui pra lá. De lá, voltei e entrei aqui. Aquela ali é a primeira filha, mais velha, quarenta e oito anos, e os outros nasceram aqui.

PESQUISADOR - E elas brincavam aqui?

PERCUSSIONISTA - Brincavam aqui, brincavam aqui, é.

PESQUISADOR - Você lembra das brincadeiras preferidas delas?

PERCUSSIONISTA - A brincadeira deles aqui era... é de cirandinha é... faz aquela roda, uma dá a mão a outra assim, com aquela roda assim...

PESQUISADOR - Mas hoje em dia as crianças ainda brincam de cirandinha?

PERCUSSIONISTA - Hoje não brincam mais não (risos) (...) hoje em dia não quer saber de brincadeira, hoje em dia tem umas crianças muito perversas que levaram mui... a maioria são muito perversa, mal criado, né? Tem muitas crianças bem, tem... educado, mas tem umas criança mal criada dessa aí hoje em dia... em todo local tem, é...

PESQUISADOR - Se lembra dessas músicas de cirandinha que elas cantavam.

PERCUSSIONISTA - Lembro, lembro, eu lembro mas esqueci agora (risos) (...) ah, é essa assim "Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar / vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar / o anel que tu me destes, Sexta-feira da Paixão / ficou largo no meu dedo, apertou meu coração". Aí fazia aquela roda, fazia aquela roda, tipo aquele círculo. Dá a mão a gente...dá a mão assim (...) e eu aprendi a tocar, tocar... aprendi a tocar

carnaval, que eu falei onti ali, pros senhores ali (...). Aprendi a tocar bateria de carnaval. Só não sei tocar violão, nem teclado, nem cavaquinho, nem... tem o banjo também, né?

PESQUISADOR - Mas o fado não tem letra não?

PERCUSSIONISTA - - O fado tem, tem a letra e tem que entoar a música, cantar, tem o verso e entoar a música, né? (...)

PESQUISADOR - Sabe falar algum desses fados?

PERCUSSIONISTA - Aí, aqui tinha um tal de Seu Antônio Morim e...tem um botequim aqui, oh...ali era o salão, o boteco era aqui, oh (...) mas o boteco era aqui, morava lá no Bacurau, ele vinha do buteco aqui. Aí, tinha o fado ali, tinha o fado, fizeram um fado ali muito tempo, muito tempo aqui (...) aí ele cantou uma mineira, eu lembro, eu lembro dessa mineira, uma só...é assim. O nome da mineira chama “extravagância”, é dançado tipo como se dança um forró, entendeu? (...) é dançado, mas bate a palma também, bate e sapateia no pé (...) dama com cavaleiro, mas só que dança um minutinho, para, aí bate palma e sapateia (...) eu chamo uma dama e o senhor chama outra (...) dá quatro, só dá par, não pode dar ímpar (...) aí na hora de começar a dançar eu...eu...eu lembro dessa música até hoje, é assim:

“Oh Mariazinha
tu não vá embora
no caminho tem lama
seu sapato moia

Armei uma arapuca
na beira da estrada
pra pegar moça bonita
e também mulher casada”

PERCUSSIONISTA - A mineira é essa, chama “extravagância”, aí dança tipo um forró. A dama que eu dançava com ela, agora eu...um minutinho só, depois deixa, aí bate palma e sapateia. Essa que dança comigo agora...

PESQUISADOR - Vai dançar com outro...

PERCUSSIONISTA - É, e a que dançar com o senhor, na hora que canta vai dançar comigo. Depois é trocado, é trocado (...) Esse moço é Seu Antônio Morim, é...mas todo mundo, sem ser ele, os outro que canta fado canta também ela. Eu aprendi só essa só, eles têm muita música, mas só aprendi essa (...)

PESQUISADOR - Mas esse Quilombo que você falou era um quilombo mesmo?

PERCUSSIONISTA - - É o nome do local...

PESQUISADOR - Por que aqui consideram quilombo, né?

PERCUSSIONISTA - - É, quilombo é negócio de escravo antigamente, e Quilombo, tem um local que chama Quilombo aí (...)

PESQUISADOR - Você sabe alguma história daqui da época da escravidão?

PERCUSSIONISTA - Na época da escravidão, daqui eu não sei não, não lembro não...Tidi lembra, mas ele não pode que ele tá meio... mas ele tá enxergando pouco... eu não lembro muito não, é o povo daqui, esse Seu Tidi aqui é o mais velho, tá com 96 anos...

PESQUISADOR - É, ele é que disseram que sabe mais, mas acabou que...

PERCUSSIONISTA - É, ele sabe mais porque ele é nascido aqui, né?

PESQUISADOR - Esse trem, o senhor alcançou esse trem ainda ou já tinha acabado?

PERCUSSIONISTA - Ah alcancei, alcancei muito. O trem, eu viajei muito pro Rio de trem, é...

PESQUISADOR - Na entrada (de Quissamã) a gente passa ainda por um trilho, né? Da estação, como é o nome? Conde...

PERCUSSIONISTA - Conde de Araruama, e tem o trilho mermo, que tinha trem pra Conde antigamente. Tinha trem pra Conde e a Usina também tinha...tinha a linha que ia pra... apanhar a máquina e apanhar cana lá em Dori lá. Quando falei agora em Dori. E...e tinha a linha pra cá, que vinha até lá em cima ali, oh...vinha até lá em cima, ali, a linha pra (...) não lembro aqui não, mas quando vim pra aqui o povo falou. Aí, essa (Leopoldina?), esse trem da Usina lá, da...e da Quissamã ia pra Conde, ia pra Conde. E lá, o trem que ia de Campos pro Rio, pra (Minas?), o expresso, tinha rápido, litorina, né? Tem cargueiro, né? (...) Isso eu lembro de tudo, lembro porque parou em 1971 lá.

PESQUISADOR - Deixa eu perguntar uma coisa, o senhor acha que aqui é um quilombo?

PERCUSSIONISTA - Era um quilombo aqui...era um quilombo antigamente que... essa senzala aí, reformaram tudo

PESQUISADOR - Não é mais?

PERCUSSIONISTA - Não é mais, fizeram aquelas casa nova que tá ali, pra quando reformasse nós mudar pra lá. Porque reforma tem que sair de dentro de casa, como é que vai reformar uma casa pra gente dentro de casa. Aí fizeram aquela ali, é nova, que eles fizeram, não tinha não, fizeram... aí, reformaram, nós mudemos pra lá. Quando terminou a reforma aqui, voltemo com o caminhãozinho da prefeitura, o... é um caminhãozinho, é (...) às vezes pra mudar...pra carregar as coisa pesada pra lá, coisa leve a gente levava na mão (...)

PESQUISADOR - Aí depois que vocês voltaram pra cá, aí ali veio outras pessoas pra morar ali?

PERCUSSIONISTA - É, é quem...é gente daqui mesmo (...) o prefeito fez uma reunião, na rua de lá. Armando (o prefeito). Deu uma casa pra quem não tinha uma casa, deu (...) (Engequisa?) o nome da firma, ali pode ver, tem um nome bem ali na placa da igreja, na frente, lá em cima. Eles começaram pra, é pra nós aqui, começaram e parou, eles tão fazendo uma obra pra Quissamã, depois de lá vai começar a fazer essa reforma aí. Essa igreja não tá tendo missa aqui porque, não tá tendo missa porque tava a parede quebrando, pode na hora da missa cair em cima, né? O vento forte tomba. Eles começaram aí, fizeram esse... esse muro dessa...desse (vinco?) aí, pras criança não invadir aí. Aí tão lá em Quissamã (...) depois que terminar vai...vai continuar aí. A reforma dessa igreja de Santo Antônio.

PESQUISADOR - Você sabe se tem outros quilombos aqui perto?

PERCUSSIONISTA - Não senhor, só aqui mesmo, só, só aqui, é...e lá onde eu nasci era quilombo também, era fazenda assim de cana, assim também, é. Tinha umas casas particular assim também, só que era fazenda particular. Mas essa Usina aqui, essa Usina que vendeu isso aqui é muito rica (...) muita terra (...) um dono de Usina rico pra (cabrão?) morreu, um... era dois filhos (...) morreu um, ficou um só lá no Leblon. Uma riqueza enorme! Esse arrendamento que vem de lá pra cá, da prefeitura aqui até lá, na frente ali, depois da escola, né? É deles, da prefeitura. Lá embaixo, ali, à direita e à esquerda, já é da Usina. É...ali, pra lá, aquele campo lá, direto lá, direto ali, tem uma arrendamento também, tudo é arrendado. Tá tudo arrendado aí.

PESQUISADOR - Mas tem outros lugares que as pessoas continuaram a morar nas senzalas?

PERCUSSIONISTA - Não, não, senzala só aqui (...) essas casa aí, é...não tinha esse monte de janela não. A minha casa...essas casa aqui, quando reformaram, a janela da minha casa só tem uma, aquela que tá lá aberta, tá vendo? Só tinha...só tem uma mesmo. Essa aqui, tinha uma e fizeram duas, aí, duas. A minha é só uma, só mesmo. Eles trocaram o porta, a janela trocaram (...)

ANEXO 2 - Conversa com a Mediadora do Memorial (Fazenda Machadinho, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 09 de fevereiro de 2020).

MEDIADORA - ...porque domingo é um pouquinho complicado pras pessoas aqui. (...) A maioria das pessoas, hoje, que eu consegui falar, algumas não estão aqui, outras estão trabalhando. Eu consegui mais pela manhã. Algumas pessoas que eu (inaudível), por exemplo, Dona Maria que foi parteira aqui da comunidade. Ela tem um filho que tá doente (...) aí ela paga duas pessoas pra cuidarem dela... dele. Só que hoje não era o dia dessas duas pessoas, aí hoje é ela que fica. Aí ficaria um pouco complicado pra ela.

PESQUISADOR - Essa que foi parteira então?

MEDIADORA - Essa que foi parteira, Dona Maria.

PESQUISADOR - E também entende de chá?

MEDIADORA - Entende de chá. Aí ela vai... mesmo falou que, tipo assim, ela entende de chá e é uma pena que nenhum dos filhos dela tem o interesse, e que isso vai acabar se perdendo (...) Aí eu falei "ah então me ensina!" (risos) (...)

PESQUISADOR - Essas coisas se perdem mesmo.

MEDIADORA - Isso me deixa triste, né...

PESQUISADOR - Você se dedica aqui o tempo todo?

MEDIADORA - Eu trabalho aqui de quarta à domingo, feriado também. Só tenho folga segunda e terça, aí é o dia que eu tenho que resolver minhas coisas.

PESQUISADOR - A Dona Dalma tava querendo fazer umas histórias que se relacionavam com isso, né?

MEDIADORA - Sim, sim, porque ela tem esse livro (mostra o livro "Flores da Senzala") que é de contos daqui da comunidade, mas agora ela tá falando em fazer outro, ela quer fazer outro relacionado à ervas naturais...

PESQUISADOR - Desde que abriu aqui o Memorial, pelo que você sabe, era a mesma coisa ou mudou alguma coisa na exposição?

MEDIADORA - Olha, foi em 2009, a Dalma tá aqui desde 2015 (...) não tinha esse aquário falando do jongo, não tinha esse aquário mostrando as convivências quilombola...é o que a gente observou no Territórios Criativos, com o aval da Prefeitura, que fez essa (inaudível) aqui. O que a gente percebeu é que tinha muita foto de pessoas de fora e não da comunidade.

PESQUISADOR - Os moradores não se identificavam.

MEDIADORA - Não, nem entravam aqui, porque não eram, também, pessoas daqui da comunidade (que administravam o Memorial), não era eu nem a Dalma.

PESQUISADOR - Era um pessoal de Quissamã.

MEDIADORA - Isso, lá do centro, e não contava a história daqui.

PESQUISADOR - Hoje o Memorial é da comunidade?

MEDIADORA - O espaço é da prefeitura mas é mais da comunidade, a cara é da comunidade. Aí o que que acontece, foi feito uma viagem lá pra Kissama (inaudível) que veio de lá, então foi feito essa exposição, só que não tinham tantas coisas daqui da comunidade, falava mais lá de Kissama, não tanto da comunidade.

PESQUISADOR - Houve alguém que foi lá pra Kissama?

MEDIADORA - Olha, quem foi na época era até a mulher do prefeito, que era a Alexandra, que ela fazia parte (...) daqui da cultura de Quissamã, então ela foi lá...

PESQUISADOR - Foi ela que trouxe...

MEDIADORA - Que trouxe algumas coisas pra fazer essas exposição, mas muita gente não entrava aqui, nem eu mesmo, eu passei a entrar depois que Dalma tava aqui, eu passei a vim...que passou a ter esses projetos aqui com criança...

PESQUISADOR - Você é parente da Dalma?

MEDIADORA - Prima, prima. Dalma tá desde 2015 aqui, ela é diretora aqui do espaço... depois que ela entrou aqui que a comunidade se sentiu mais parte daqui (...) Até depois que eu entrei aqui também, tinham pessoas que nunca tinham entrado aqui, e depois que teve essa mudança, tipo assim, o olhar das pessoas disse "nossa, nunca tinha entrado aqui", agora a gente...pra essa mudança aqui, a gente pediu algumas fotos de pessoas e, tipo assim, elas se veem aqui...

PESQUISADOR - Ontem mesmo Seu Gilson tava mostrando ele (nos painéis), falando de pessoas daqui.

MEDIADORA - Sim, sim, elas se sentem agora representadas aqui nesse espaço. E aqui contam a nossa história, aqui trabalha pras criança, trabalha a história daqui da comunidade, trabalha a cultura aqui da comunidade, então é...importante esse espaço agora pra comunidade.

PESQUISADOR - Houve mudanças no próprio currículo da escola também?

MEDIADORA - Tá, tá pra implementar uma escola quilombola, a gente ainda está nesse processo (...) ainda da implementação da educação escolar quilombola (...) mas a prefeitura, ela quer muito que isso aconteça, então a gente tá...

PESQUISADOR - Tem gente da comunidade ajudando a fazer isso?

MEDIADORA - Eu sou parte da...(risos) Eu sou parte da Associação, tem vários membros, a Dalma também faz parte da Associação. A Giovana, que é neta da Dona Guilhermina, que também é coordenadora, ela faz parte da Associação.

PESQUISADOR - Você comentou que tem atividade com criança aqui?

MEDIADORA - Sim, junto com a Dalma, é o projeto Flores da Senzala. Esse projeto contempla o que? O jongo mirim, o jongo que é a manifestação, a dança que a gente tem aqui...a gente tem um grupo adulto e... a gente visa isso, porque, há alguns anos atrás, o jongo desapareceu da comunidade, então a gente não quer que isso aconteça novamente, porque durou muitos anos pra conseguir retornar...

PESQUISADOR - E as crianças não participavam?

MEDIADORA - Não, não participavam, porque... os mais velhos achavam que poderia ter alguma falta de respeito delas na roda, então não deixavam as crianças mais jovens participarem. Aí, o que que tava acontecendo? Ela ficou...essa dança foi desaparecendo porque só eles sabiam essa prática. Aí, só no ano de 2005, que consegui ter o resgate da dança de novo. Então, através disso, a Dalma preocupada que não acontecesse novamente isso, criou esse projeto, e nesse projeto contempla oficinas de jongo mirim, que eu dou todo o sábado embaixo ali da árvore, pras crianças. (Inaudível) esse tamborzinho é dele (risos), o menorzinho, e é uma briga...pra bater... (mais risos).

PESQUISADOR - Esse daqui?

MEDIADORA - É, esse daqui, é feito pelo nosso mestre também. Hoje a gente tem cada dia mais (inaudível) hoje, quase 30 crianças. Aí, hoje, eu também já tô aprendendo (inaudível) com o mestre Leandro, aí eu tô passando pra elas.

PESQUISADOR - Esse mestre mora aqui?

MEDIADORA - Mora ali atrás.

PESQUISADOR - Foi esse mestre Leandro que fez...

MEDIADORA - O tambor, fez o tambor.

PESQUISADOR - Seu Gilson comentou que ele fazia artesanato.

MEDIADORA - Isso! Nossa, fazia em madeira...

PESQUISADOR - E pra vender ali na...ele chegou a botar na Casa de Artes?

MEDIADORA - Não, não, ele fazia e deixava na casa dele...

PESQUISADOR - Na Casa de Arte tem algum artesanato?

MEDIADORA - Não, antes tinha, onde ficavam expostos vários artesanatos ali, aí... teve esse período que ficou parado e agora que recolocou, a gente tá vendo tudo aqui, quais são as pessoas, quais são os artesanatos que vão colocar ali.

PESQUISADOR - Ela fechou e reabriu?

MEDIADORA - Na época que ela abriu a primeira vez, era a prefeitura, era tudo a prefeitura, aí depois fechou e agora é a Associação...que tá com a chave e...

PESQUISADOR - Ah, agora é a Associação...

MEDIADORA - Aham, com os moradores daqui.

PESQUISADOR - Você pode cantar um pouquinho?

MEDIADORA - Sim, sim (...) o jongo, o nosso é o Tambores da Machadinha. O jongo tem vários nomes, o tambu, o caxambu. Alguns jongos e alguns grupos envolvem a religião, o nosso não, o nosso é o tambu, que as músicas eram baseadas nos contos e acontecimentos do dia à dia, porque naquela época eles pegavam elementos do dia à dia e transformam em códigos que só eles entendiam, assim possibilitavam a fuga deles, e impediam que os capatazes e os senhores compreendessem. Porque era muito difícil eles se reunirem para dançar o jongo, então no momento que eles conseguiam, então é o momento também que eles tinham pra tramar as fugas deles, por isso que, o nosso jongo, ele tem muitos nomes de animais. Era esse que era o código deles. Vou cantar nesse tambor rapidinho... então, essa música é “O Galo e o Pinto”:

“O galo e o pinto foram dormir no poleiro,
o galo cochilou e o pinto cantou primeiro.
Machado!”

MEDIADORA - Então, o galo e o pinto foram dormir no poleiro, o galo cochilou e o pinto cantou primeiro. Onde era o poleiro? Era a senzala. Quem era o galo? O capataz. E o pinto? O escravo. Quer dizer, o galo cochilou e o pinto, oh! Era assim que eles se comunicavam, era a forma que eles tinham de colocar esses elementos, que eram os nomes dos animais, que eles transformavam em códigos, então eles possibilitaram a fuga deles. E eu sempre falo “machado” no final, que era uma forma de encerrar o ponto, encerrar a música (...) e tem também outro que é de grande importância aqui pra comunidade, que tem a ver com aquela frase ali, “saravá jongueiro velho”, que a gente colocou ali, que fala um pouquinho aqui da comunidade e de tudo que é desenvolvido aqui, que essa música é assim:

“Saravá jongueiro velho que veio pra ensinar,
que Deus dê a proteção pra jongueiro novo, pro jongo não se acabar
Pro jongo não se acabar, pro jongo não se acabar
Machado!”

MEDIADORA - Então, “saravá jongueiro velho” é uma forma de pedir licença, respeito aos mais velhos que já se foram e os que ainda se encontram presente aqui na comunidade. Que “Deus dê a proteção pra jongueiro novo, pro jongo não se acabar”, quem são os jongueiros novos? São as crianças, que eles são o futuro daqui da comunidade. Então essa frase diz muito sobre a comunidade e, sobre tudo, que acontece aqui, porque as crianças são os futuros mestres e jongueiros daqui.

PESQUISADOR - (Entre o fado e o jongo), qual é o mais comum aqui?

MEDIADORA - Aqui é o jongo.

PESQUISADOR - Você falou que o jongo só tem um tipo, que não é religioso.

MEDIADORA - Não, perdão, é...como eu falei o jongo tem vários nomes...vários lugares tem o jongo. Aqui a gente mantém o branco, as outras comunidades jongueiras que também têm o jongo, é... pode ser (inaudível) branca também, pode ser colorida. As

músicas podem envolver religião ou não...o nosso é mais o tambu, porque o tambu é mais o cotidiano, as músicas são baseadas nos (inaudível) acontecimentos do dia a dia. No caso, como eu falei, os códigos que eles usavam pra fuga deles, então. Caxambu, caxambu de miracema, eles envolvem religião. Já envolve a religião nas músicas, na dança... outros usam (inaudível), que a maioria é da umbanda, do candomblé, então... aí é isso, aqui não, o nosso aqui é mais pra falar mesmo do...

PESQUISADOR - Mas ainda tem gente da umbanda ou do candomblé aqui?

MEDIADORA - A Dona Cheiro, que era nossa mestra, era, ela era (...) A nossa mestre que já faleceu, que é Dona Guilhermina, que era a Cheiro, ela tinha um centro na casa dela, só que hoje não tem mais. Aí, o nosso não envolve a religião, mas se tiver alguém que é da umbanda de candomblé, também não tem nenhum problema, a gente respeita do mesmo jeito. Só que o nosso é mais o código que eles usavam, o desabafo deles.

PESQUISADOR - A religião que mais tem aqui é...

MEDIADORA - Aqui tá uma mistura, aqui na comunidade. Tem muitos evangélicos, católicos, algumas pessoas da umbanda, candomblé... mas dizem que são católicos...

PESQUISADOR - Tem um sincretismo religioso...

MEDIADORA - Sincretismo religioso, exatamente isso, mas aqui cada um respeita a religião de cada um, e no jongo também. A gente antes tinha um problema porque, tipo assim, minha mãe é evangélica, só que ela não me impede de dançar jongo, porque antes tinha isso, muitas mães que são evangélicas e que o filho dançava jongo, não deixava, mas hoje não tem mais nada disso. Então, foi através da Dona Guilhermina que eu entrei no jongo, acho que foi com uns oito anos de idade, e tô até hoje, tô aprendendo e tô repassando... pras crianças.

ANEXO 3 - Comentário do Neto do Percussionista (Fazenda Machadinha, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 09 de fevereiro de 2020).

NETO - Aqui é um quilombo, aqui quer dizer...acho que é um quilombo ainda. Que aqui eram as senzalas, aqui era uma senzala, todas as casas eram senzalas, aí depois foi construído...aquela ali, aquelas casa vermelha que não é igual aquela dali, são casa, ela é uma casa de passagem, era onde (inaudível) e agora virou casas nossas, eles construíram e deixaram pra nós. Os escravos foram (inaudível) escravizados e alguns fugiram pro Quilombo, o Sítio, é...Bacurau, Treze Lagoas...

ANEXO 4 - Conversa com a Cozinheira da Casa de Artes durante o almoço no restaurante (Fazenda Machadinha, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 09 de fevereiro de 2020).

PESQUISADOR - Tem algum dia que vocês fazem comida "típica" da época da escravidão?

COZINHEIRA - Não, aqui já teve.

PESQUISADOR - Era aquele projeto Raízes do Sabor?

COZINHEIRA - Mas não foi feito...não foi feito aqui não, foi...fazia lá na casa mêmô, lá na Dona Gerusa. Carne seca desfiada...

PESQUISADOR - Tinha o mulato velho?

COZINHEIRA - É, esse tal de mulato velho que é seco. É, fazia sim.

PESQUISADOR - Faz muito tempo que acabou?

COZINHEIRA - Ah, isso faz muito tempo.

ANEXO 5 - Conversa com a Funcionária da Casa de Artes após o almoço no restaurante (Fazenda Machadinho, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 09 de fevereiro de 2020)

FUNCIONÁRIA - Aquelas árvores ali foi ele que plantou (falando sobre o morador mais antigo da comunidade).

PESQUISADOR - Ele tinha uma horta, né?

FUNCIONÁRIA - É, tinha uma horta comunitária...vão fazer de novo, meu irmão tá levantando...agora, mês que vem, já começa a horta.

PESQUISADOR - Mas é seu irmão que tá fazendo isso?

FUNCIONÁRIA - Não...é uma verba que vem do INEPAC... INEPAC n... ai meu Deus, deu branco agora (risos). Aí veio uma verba de dez mil reais, aí o pessoal preferiu investir na horta, porque aqui tinha. Ali, naquele muro ali seria um posto, aí tá o muro ali abandonado e ninguém faz nada (...) Tem um muro abandonado ali, cês viram um murinho, não tem um terreno ali que é murado? Aí meu irmão disse, "gente, tá um espaço aqui abandonado, não vão fazer posto, não vão fazer nada?"

PESQUISADOR - Um posto?

FUNCIONÁRIA - Posto de saúde. Teve o projeto e nunca mais fizeram nada. Porque o posto de saúde aqui é ocupado por duas casas, entendeu? Aqui só não atende mesmo, assim, quando é emergência que manda pro hospital. Mas ali é o posto que funciona direitinho. Aí vão fazer essa horta.

PESQUISADOR - Se ele pudesse participar dessa nova horta, acho que ele ia ficar feliz.

FUNCIONÁRIA - É, mas tá bem velhinho, só se fosse pra monitorar (risos). Porque ele entende, né? Aí eles tão pensando em trabalhar com produtos orgânicos, mesmo, produzindo o adubo, vai ser bem legal.

...

FUNCIONÁRIA - É, a usina acabou, né? O casarão, também aqui, acabou. A igreja também, vai não vai, vai acabar acabando também.

PESQUISADOR - O casarão tentaram restaurar, né?

FUNCIONÁRIA - Menino, isso aí pra mexer agora, isso rola milhões. Sem contar que entra o INEPAC...essa igreja mesmo, a prefeitura começou mexendo, veio uma firma aí. Só por causa de uma telha que não era original embargaram. Tem que ser tudo original, entendeu? É igual as senzalas, as senzalas é tudo original (...) Mas é prefeitura, entra outro governo, aí o governo que era tá contra o que está, aí esses erros, né? É uma pena, né? Porque tá a igreja ali... É igual isso aqui. Isso aqui não é... não, essa parede pra cá é original, mas isso aqui tudo não é...ficou parecido, mas aqui não é original. Aqui, esses tijolos são feitos de capim. Meu pai, na época, trabalhou produzindo. Dizem que antigamente era feito de capim, todas as senzalas (inaudível) e olha quantos anos tem, mas são tudo original... as senzalas são. Mas isso aqui eles tentaram fazer e ficou legal, né?

PESQUISADOR - Seu pai era daqui mesmo?

FUNCIONÁRIA - Meu pai é daqui (...) aí ele trabalhou na horta.

PESQUISADOR - Vivo ainda?

FUNCIONÁRIA - É, trabalha no hospital. Aí ele trabalhava fazendo tijolo de capim, que... dura mais, né? Mas isso aí é do tempo dos escravos, essas coisinhas aí. Meu irmão (...) mesmo, tem um monte de coisa (...) mas final de semana ninguém acha ele em casa. A casa dele parece um museu (...) Aí o que acontece, a casa dele... a filha dele até reclama, que a casa dele tem aquelas máquinas de escrever de antigamente, você ia adorar conhecer a casa dele (...) Ele tem uma mente muito boa, ele pegou na casa dele... fez ali de piso a mulher socando pilão, e tem um casal dançando jongo de piso, interessante. O pessoal quando vem aí... ele coleciona moedas antigas, ele chegou a achar moeda no casarão. Tem um... ele tem um serrote que achou no casarão, aí pra valorizar ele foi lá e guardou na casa dele. As bacias, que os escravos tomavam banho antigamente, ele achou ali e guardou na casa dele (risos).

ANEXO 6 - Conversa com a Cozinheira em frente a sua casa, e com a presença da Mediadora do Memorial (Fazenda Machadinho, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 10 de fevereiro de 2020).

PESQUISADOR - Tem algum projeto, no momento, de resgate da culinária local?

COZINHEIRA - Não, isso aí eu não posso te dar resposta, a informação certa. Porque tem um chefe lá (no restaurante), se chama Wagner, agora, se você falar com ele, ele pode.

PESQUISADOR - Ele sabe...

COZINHEIRA - Ele sabe, ele que é...que resolve tudo lá, né?

PESQUISADOR - E ele fica lá na...

MEDIADORA - Ele é o presidente aqui da associação, e ele tá morando agora na (inaudível), aqui ou no Rio, que ele trabalha lá no Rio. É porque antes né, tinha o Raízes do Sabor, que era o projeto que era...fazia os pratos aqui típicos da comunidade, só que esse projeto não tem mais, aí ele queria saber se teria...

PESQUISADOR - Você sabe porque não tem mais?

MEDIADORA - É... porque o projeto acabou, acabou o projeto...

PESQUISADOR - Ele já começou com um período pra terminar?

MEDIADORA - O pessoal não achava que ia acabar esse projeto, mas acabou acabando. Aí, mas...faz alguns pratos ainda né, alguns eventos...

COZINHEIRA - E aquilo ali, pra abrir aquilo lá, não foi a prefeitura... não foi lá, prefeitura não. Foi entre nós, o Thiago...não foi não, foi o Thiago...

MEDIADORA - Só deram a chave, né? Só deram a chave pra gente.

COZINHEIRA - Só deram a chave. Nós mesmo que abrimos.

PESQUISADOR - Mas antes teve a restauração.

COZINHEIRA - Teve... a restauração quando restaurou isso aqui (as senzalas), restaurou lá também. Aí eles deram oportunidade pra eles, eles... abriram, reabriram, e a gente com a mão na massa, um botava um pouquinho, outro botava um pouquinho, até que chegou lá.

PESQUISADOR - Você lembra quando foi que restaurou, que abriu?

COZINHEIRA - Foi... tem o quê?

MEDIADORA - O prime... é... restaurou lá e abriu mesmo? Sem ser a...Associação? Foi em 2008 ou 2009, se eu não me engano. Aí teve esse tempo todo parado, foi quando... tem um dois anos que tá na mão da Associação. Tem dois anos.

PESQUISADOR - Como a Associação conseguiu pegar pra si o que era da Prefeitura?

MEDIADORA - Reuniões, reuniões... aí a Associação leva com essa demanda que é a comunidade que queria ter a posse do restaurante. É, tipo assim, o espaço lá fechado, aí se fizesse alguma coisa, a chave não tava aqui, a chave ficava com outra pessoa. Aí tinha que mandar ofício pedindo a chave, aí...teve esse problema todo aí, tipo assim,

não age...o restaurante é daqui da comunidade, temos que ter a chave também, temos que ter a posse. Aí, nesse processo todo, aí acabou vindo pra...pra Associação.

PESQUISADOR - A Associação é desde quando que existe?

MEDIADORA - Desde 2015, a Associação. Aí, agora nesse novo... aí teve a nova reeleição...

PESQUISADOR - Então o restaurante começou nessa época também?

MEDIADORA - Sim... também... como assim?

PESQUISADOR - Ele foi aberto em que período, mais ou menos, você lembra?

COZINHEIRA - Tem, acho que deve ter o que, uns três anos que nós... com coisa lá. Trabalha lá...

PESQUISADOR - E esse projeto Raízes do Sabor, teve um levantamento não teve, das comidas?

MEDIADORA - Sim, teve uma pesquisa com Dona Gerusa, ela era...também Dona Preta...

PESQUISADOR - Vocês têm ainda esse documento?

MEDIADORA - Eu não sei se tem, não sei...se eu conseguir eu te mando por email (...) foi Dona Gerusa, Dona Preta, você também tava, não?

COZINHEIRA - Não, Zezé aqui...

MEDIADORA - Zezé, então, algumas pessoas estavam, da comunidade.

PESQUISADOR - Você é daqui mesmo?

COZINHEIRA - Sou.

PESQUISADOR - Nascida? Seus pais e avós também?

COZINHEIRA - Nascida, tudo daqui.

PESQUISADOR - Você sabe a origem da comunidade, o que contavam?

COZINHEIRA - Isso aqui era tipo uma fazenda, era uma fazenda. E a turma aqui vivia cortando cana, trabalhando em roça. Aqui não tinha nada que vocês tão vendo, isso aí, aquela Casa de Arte, isso aqui não. A gente...e não tinha aquela casa...essa casa atrás. Não tinha essa daqui, muito mal, era só isso aqui e aquela outra de lá, a...e a igreja. Aquilo lá era uma carpintaria...tinha nada disso que vocês tão vendo não. Ali não e....só tinha aquela casa-grande, e outra lá embaixo, aí... não tinha aquela escola ali...

PESQUISADOR - Outra casa-grande?

COZINHEIRA - Aquela lá que agora tá quebrada lá, você... agora tá vendo quebrada mas de primeiro você tinha que ver. E... não tinha aquela escola ali também não... a escola era ali, lá embaixo (...) é a antiga escola. Aquilo ali não era nada de Memorial, aquilo era salão de baile. Tudo modificou, não tinha nada disso não.

PESQUISADOR - E esse salão de baile acontecia o que lá, era jongo...?

COZINHEIRA - Dança, forró, não tinha também jongo não, era muito difícil. Jongo foi agora, de certo tempo pra cá, é... fado tinha, agora o jongo não.

PESQUISADOR - Foi um resgate?

COZINHEIRA - É... aí a turma começou... cada cortando as suas cana. Saía de noite... saía de madrugada, chegava quase de noite. E daí foi o... todo mundo se refazendo, se refazendo, chegou até lá onde todo mundo quis.

PESQUISADOR - E seus avós ou bisavós contavam as histórias de como era a vida deles?

COZINHEIRA - Era uma vida bem puxada, era. Mas hoje, antes...pra nós tá sendo mais difícil do que pra eles (...)

PESQUISADOR - A relação entre eles e os senhores daqui da...

COZINHEIRA - Era melhor. Pelo o... pelo o que a gente alcançou, ainda pouquinho coisa, mas alcançou, pra eles era melhor. Pra nós agora tá sendo pior...falar pra vocês oh, a maioria...você vê essa meninada, essa rapaziada...e num tem nada a fazer, não tem serviço. Pai de família, quer serviço pros filho, num... pra dá comida pro seus filho, não tem.

PESQUISADOR - Trabalho tem que ser lá pra Quissamã?

COZINHEIRA - Tem que ser pra lá, mas também num é fácil também...o trabalho lá. Então, eu acho (...) por isso que eu digo pro senhor, a vida hoje tá mais difícil do que antes, porque meu pai trabalhava, morreu aposentado, o avô dela, tá vivo, é aposentado porque trabalhou. Agora eu pergunto, e essas meninada novo vai... como, como que... o negócio não é puxado não? Ah, quando eu digo...eu falo, eu fala pra tu, mas é gente, melhor era antes de que agora. Porque antes as pessoa dali...daqui tinha sobre... viver, agora não tem mais, por isso que eu digo.

PESQUISADOR - Você sabe porque os escravos permaneceram nas senzalas?

COZINHEIRA - Não, não.

PESQUISADOR - Ninguém foi embora...

COZINHEIRA - É, nós ficamos. Nós ficamos na casa do...nas senzalas do... deles. Se eles fossem ruim nós estaria aqui? Ninguém.

PESQUISADOR - Depois de abolir os senhores permaneceram aqui?

COZINHEIRA - Ali, quem morava ali era o administrador daqui, ali dentro, ali.

MEDIADORA - Depois dos senhores ficaram os administradores?

COZINHEIRA - É! O administrador ali e os feitores lá embaixo.

MEDIADORA - Porque passou a ser da Usina, né?

COZINHEIRA - Ser da Usina, tudo aqui.

PESQUISADOR - Quando era da Usina tava abandonado já?

COZINHEIRA - Não, a Usina não.

PESQUISADOR - Que pena que não restauraram...

COZINHEIRA - É... a casa-grande. Aquela casa-grande, quando era casa-grande era um luxo.

PESQUISADOR - Você chegou a ver?

COZINHEIRA - Ah, eu, eu não saía lá de dentro! Eu não saía lá de dentro...o dono, quando eu alcancei ali, Silvio (Apontador?), foi do meu tempo, Seu Simão e o Wilson (Monjolo?). Alcancei essa turma.

PESQUISADOR - E você já escutou que aqui é considerado quilombo, né?

COZINHEIRA - Aqui é.

PESQUISADOR - E pra você porque que é considerado quilombo?

COZINHEIRA - Pra mim, é porque a turma lá de quilombo vem aqui (...) fazer reunião com nós, aí juntou. Aqui é Machadinha, Sítio, Bacurau e...Mutum e Boa Vista. Tudo uma comunidade só, quilombo.

PESQUISADOR - Que resgata as tradições...

COZINHEIRA - É, quando tem uma coisa a fazer, aí junta pra fazer a reunião, antes de as coisa acontecer. E, a turma hoje que não tá, mas essa gente pra fora sempre tá aqui.

PESQUISADOR - E você acha importante isso?

COZINHEIRA - Acho, acho.

PESQUISADOR - Você já ouviu alguém dizer que aqui não era quilombo? Alguém de fora?

COZINHEIRA - De fora eu nunca ouvi falar não. Mas que... quilombo aqui (nunca?) era, depois que juntaram tudo que é.

PESQUISADOR - É porque essas terras são de vocês pela lei brasileira, tem que passar pra vocês. Ainda não passou, mas vai ter que passar.

COZINHEIRA - Não passou não, tem que passar.

PESQUISADOR - E tem dois tipos de quilombo, não sei se a senhora conhece...que é o quilombo formado por escravos fugidos e tem o quilombo que vocês são aqui, que é justamente...

COZINHEIRA - Permanece...

MEDIADORA - É o quilombo de resistência. Tem o de fuga e o de resistência. Somos o de resistência porque permanecemos aqui.

PESQUISADOR - Só que muita gente desconhece esse tipo de quilombo...

MEDIADORA - Isso, por isso que muita gente fala que aqui não é quilombo, porque quilombo era área de mata fechada e tal. Mas aqui era um quilombo diferente, de resistência.

PESQUISADOR - E você tem filhos também? Que moram aqui?

COZINHEIRA - Não, eu tenho só uma menina, o menino é morto. Só tem uma, mas não mora aqui não, ela tem a casa dela.

PESQUISADOR - Mas ela volta pra ver a senhora aqui?

COZINHEIRA - Volta, vem. Ela não mora longe não, ela mora pra cá.

MEDIADORA - É no Bacurau, né?

COZINHEIRA - No Bacurau. É o Bacurau, o sítio.

PESQUISADOR - Lá é parecido com aqui?

COZINHEIRA - Não, cada um tem a sua diferença.

PESQUISADOR - Lá tem mais gente ou...

COZINHEIRA - Menos.

PESQUISADOR - Você sabe quantas famílias tem aqui?

COZINHEIRA - E lá não é assim, pegado assim não. Lá cada um tem um... sua casa.

PESQUISADOR - Ah sim, senzala só tem...ocupada só aqui...

COZINHEIRA - É só aqui. Pra lá nesses lugar não tem não.

MEDIADORA - São casas normais mas com descendentes.

PESQUISADOR - E você sabe a quantidade de famílias, hoje em dia, aqui na Machadinha?

COZINHEIRA - Sei não. Oh, aqui sai... entra... sai, quando a gente pensa que saiu já tá voltando. A gente perde até a quantidade.

PESQUISADOR - Em relação às ervas, tem alguém que você tá passando adiante? Alguém daqui?

COZINHEIRA - A mudernage não quer não.

PESQUISADOR - Nem das ervas, nem a cozinha...

COZINHEIRA - Que nem a turma lá faz (no restaurante)? Também acho que não, a turma aqui gosta muito é de tomar... de beber muito. Aqui pra essas coisas tem que separar (...) a maioria tem pessoa crente, católica aqui tem muito pouco, agora crente aqui acho que tem mais, aí ninguém quer saber dessas coisas...

PESQUISADOR - Ah, pois é, porque relaciona com religião...

COZINHEIRA - É, o que que tem o chá com a religião de crente?

PESQUISADOR - Eu soube que a Dona Dalma queria fazer um projeto de contação de história relacionando com as ervas, os animais também, locais...

MEDIADORA - Essa ideia tá surgindo, tá surgindo ainda. Porque ela já tem o livro dela né? (...) e agora ela tá com essa ideia de chá, de fazer um livrinho também com isso...

PESQUISADOR - Com os animais também né?

MEDIADORA - Isso.

ANEXO 7 - Comentário da Mediadora após a conversa com a Cozinheira (Fazenda Machadinha, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 10 de fevereiro de 2020).

MEDIADORA - (...) a questão que ela falou das comunidades se juntarem... acho que ela não... muita gente ainda não tem noção do que é um quilombo e tal. É... isso de se

juntarem é porque tem um projeto aqui que se chama QUIPEIA, que eu sou a titular desse projeto... que trabalha com comunidades quilombolas. Eu sou a titular, aqui tem uma titular e tinha... tem uma suplente. Aí a gente faz... a gente faz reuniões, aí por isso que ela falou que as comunidades se juntam (...)

ANEXO 8 - Conversa com o Avô da Mediadora (Fazenda Machadinha, Quissamã. Estado do Rio de Janeiro, dia 10 de fevereiro de 2020).

PESQUISADOR - O senhor nasceu aqui?

AVÔ - Nasci aqui não, eu sou daqui mas...criei aqui, é mesmo que nascer.

PESQUISADOR - Seus pais eram de outro lugar então?

AVÔ - Não, isso tudo era uma...um lugar só. Só que naquele tempo existia esse comando, daqui... comandava lá, e lá... comandava pro outro lado, comandava um porção de lugar, aí depois que ajuntou... todo mundo daqui. Aí fez essa, essa... essa parceria, quer dizer que é a parceria com, com...

PESQUISADOR - Entre as comunidades?

AVÔ - É, com a... eu conheci isso aqui, eu vim pequenininho, pode-se dizer que eu nasci aqui, porque... eu... tive meus filhos tudo aqui, criei tudo aqui. Conheci tudo isso aqui e... e aí a vida foi tocando, e a vida foi tocando.

PESQUISADOR - E você, no passado trabalhou com o que?

AVÔ - Isso aqui antigamente era... não era da... era do... como é do...

PESQUISADOR - Da Usina?

AVÔ - Não, antes não era da Usina. Isso aqui era do...como é que diz, a da... da família...

PESQUISADOR - Carneiro?

AVÔ - Não, não é Carneiro. É... como é que diz meu Deus do céu...que era! Que acabou!

PESQUISADOR - Um engenho?

AVÔ - Não.

PESQUISADOR - Os senhores da casa-grande?

AVÔ - É, é isso! Isso aqui era da... do como é que diz? É da... quilombolo. Entendeu? E aí... quilombola tem um monte de lugar que é quilombola. Então, nós aqui tinha essa

vantagem aqui porque, naquele tempo, ninguém é de ninguém, todo mundo tinha seu direito.

PESQUISADOR - E hoje...?

AVÔ - Só de certos tempo pra cá, veja...veio aí, saiu a família que era aqui do...

PESQUISADOR - Que era dona daqui?

AVÔ - Dono disso aqui...é o...como é que diz? É o...

PESQUISADOR - Não é a família Carneiro?

AVÔ - Não, não, família Carneiro veio depois. Isso aqui não era dono...isso aqui é, é...o dono era só um. Isso aqui eles mandavam apanhar lá em Beira de Lagoa, batia. Se tinha um correntão ali dentro ali, que era...

PESQUISADOR - Aqui era o Conde de Ururáí né?

AVÔ - É, é. Então, vinha isso tudo. Depois, que eles separa... porque isso daqui não é só aqui que, que eles mandavam não. É Quissamã, é lá no (encontro?)...

PESQUISADOR - É, as terras eram grandes.

AVÔ - Era grande. Isso aqui era, era a, a...a família dele era grande...é o Zumbi, não... é, como é que diz? É... o meu Deus do céu, esqueci o nome (...) Era eles que mandavam. Ninguém mandava aqui não, quem mandava era eles. Eles que eram dono disso aqui... Machadinha!

PESQUISADOR - O senhor disse que naquela época ninguém era dono de você, e agora...

AVÔ - Não, naquela época ninguém era dono, nós era dono igual. Vou te dizer que era tudo igual. Só que de certo tempo, foi mudando. A Usina apanhou isso tudo que tá aqui, que eles também num... até a casa-grande ali era bonita. Aquela casa-grande ali ela, não era caída assim não...casa-grande ali era um casarão.

PESQUISADOR - É...demoraram pra cuidar...

AVÔ - Não, aí, a Usina comprou. Aí pig...entregaram o chefe de lá, o...da Usina, é o administrador, os feitores...então passaram, isso aqui passou pra Usina. Então eles ficaram por aqui, mandando aqui. Eles mandavam aqui, só que quem mandava era eles.

PESQUISADOR - O pessoal que trabalhava pra Usina...

AVÔ - Pra Usina, depois. Isso foi an...a...depois, que eles...isso aí, um dia depois...aí depois eles ficaram aqui...nós ficamos aqui! Isso aqui é... como que diga, é... senzala, senzala. Isso aqui não tinha casa não, isso aqui é...

PESQUISADOR - Era onde os próprios escravos moravam...

AVÔ - Os escravos ficavam aqui. Era aqui. Isso é a senzala. Até hoje trata como senzala, é. Então nós vivíamos assim, aí veio a Usina, apanhou... porque naquele tempo, nós tinha tudo direito, nós (...) nós tinha nossos... nossa rocinha pra ter o aipim, pra ter uma banana, pra ter uma batata...

PESQUISADOR - Vocês podiam ter a sua própria plantação...

AVÔ - Tinha tudo aqui por trás, aqui tudo era roça. Qualquer canto aqui, tudo era roça.

PESQUISADOR - E era de vocês...

AVÔ - É, eles deixaram tudo no...era, era nosso.

PESQUISADOR - Aboliu a escravatura e ficou pra eles... depois que a Usina se apropriou...

AVÔ - É, isso! A Usina apanhou, e aí a Usina... e se fez de dona, e cabô! Porque aí nós passamos a não ter direito de mais nada...

PESQUISADOR - Hoje em dia vocês não tem mais essas terras...

AVÔ - Nada! Nós só temos esse rôdo aqui, oh! Esse rôdo de casa aqui, rodando por aí...

PESQUISADOR - Nem uma areazinha pra plantar...

AVÔ - Nada! Só... tudo aqui. Só temos esse rôdo. Nós só temos direito de mandar aqui dentro, aqui, ali, ali, aqui...

PESQUISADOR - Agora, quem proíbe é a prefeitura?

AVÔ - Por fora... eu vou chegar lá. Por fora, nós não temos direito de nada. Aí depois veio a prefeitura, comprou. Aí veio como dona, né? Prefeitura ficou como dona... disso aqui. E aí, a prefeitura veio, reformou essas casas todas...elas reformaram, nós temos documento dessas casa todinha (...) É, então, nós ficamos sem eira nem beira...

PESQUISADOR - Não tinham mais com que trabalhar também...

AVÔ - Não tinha mais, apanharam tudo. A Usina falhou. A prefeitura comprou. Isso tudo por fora aí é da Usina...tudo aí por fora! Só não é aqui dentro, esse rôdo aqui. Isso aqui foi a prefeitura que comprou, isso aqui é do, da...portanto, nós aqui não pagamos luz, não pagamos água, não pagamos nada. E aí da história do regi...do recibo que eles deram, é quinze anos pra nós, só que nós não sai.

PESQUISADOR - Quinze anos de que? Pra vocês permanecerem?

AVÔ - A segurança que eles deram, nós temos direito em quinze e quinze anos. Tá entendendo?

PESQUISADOR - Se resolverem tirar...?

AVÔ - Mas nós não sai, nós não saímos. Eles podem vir aqui pra tirar, só que nós não sai. Nós somos donos disso que tá aqui. Entendeu?

...

AVÔ - Nem a prefeitura é dono disso que tá aqui, mas eles no papel tá com eles que são dono.

PESQUISADOR - É, o certo seria ser de vocês mesmo.

AVÔ - Então nós temos, mas é... quinze anos já fez, até os quinze, ninguém foi lá procurar nada... ninguém foi lá procurar nada. Aí ficou aqui assim, que a casa-grande ali caiu (...) ficou aquela armaçãozinha ali só. Então naquele tempo, assim, a gente ficava, a gente tinha todos direito. Hoje em dia nós temos correndo no (rasgo?) no direito, mas é uma coisa assim que... a gente não tá vendo decisão nenhuma. Vêm aqui? Eles vêm aqui, vêm engenheiro, vêm é... vêm...

PESQUISADOR - Pesquisador?

AVÔ - Vêm pesquisador, vêm advogado, vêm coisa...nós temos lá! Junto com eles.

PESQUISADOR - E os políticos vêm aqui também?

AVÔ - Político? Não... político o dia que quer vem, o dia que não quer não vem. É, isso aqui tá morto, como eu digo...

PESQUISADOR - Vocês aqui votam pra Quissamã?

AVÔ - Isso, Quissamã, porque isso aqui pertence a Quissamã. Então, aí a gente fica nisso, fica esperando, fica sem direito, fica, volta, vai lá. Nós vamos lá, nós vamos de depoimento. Tem dia que nós sai, vamos visitar o dos...(bombolombo?) pra lá. Festa, tem tudo pra no... vem aqui... que isso aqui não (faz a gente?) não, (que vem gente?) aqui é de fora...

PESQUISADOR - Mas essa situação da Machadinha, de ser...ter sido comprado pela prefeitura, é... isso foi só aqui né? Outras regiões?

AVÔ - Só, não... não, não, lá já era dentro mesmo das fazenda lá e já ficou.

PESQUISADOR - E ainda é da Usina.

AVÔ - Não, lá é...a Usina é aqui. Lá é outro, é...

PESQUISADOR - Fica sendo da comunidade mesmo...

AVÔ - Da comunidade dos outro, dos... que moraram aqui, que mandava, isso era espalhado. É por aqui, é por Quissamã, era lá por Balde Vermelho, era por... um monte de lugar. Não era só aqui que eles mandava a... a geração deles, não era não. A geração deles era grande, é. Quem mandava era eles! Não tinha nada disso, hoje em dia, todo mundo manda, todo mundo quer mandar. Compra, faz isso, bota pra fora, que hoje em dia aí, o senhor vê, ronda por aí, só vê boi.

PESQUISADOR - Sim, tiraram as canas.

AVÔ - Tiraram as canas e arrendaram só pra boi, mas tudo da Usina. E nós vemo, fiquemo... olhando pra lá, olhando pra cá, pra saber pra onde vai, pra onde não vai...

PESQUISADOR - Tão presos...

AVÔ - Tamo preso, é um curral. Isso aqui fizeram um curral pra nós. Mas temo mantendo assim mesmo, temo (...) temo lutando, né? Temo lutando, temo batendo. Vem um vem outro, nós temo lá junto. É isso e é aquilo. Sei que aqui aparece muita gente, soube isso, mas infelizmente o INCRA, não sei o que é, lá o governo não decide nada pra gente. Nós temo amarrado, temo amarrado. Entra um governo, entra outro... que isso aqui! Essa terra aqui! Isso tudo aqui pertence, isso que tá aqui.

PESQUISADOR - Tem que ser com muita luta e muito barulho...

AVÔ - É, não sei...o que foi que aconteceu... que tava acontecendo... porque a gente tá lutando, mas tem os maiores. Tem os maiores de gravata branca. E querem di... “não, isso aqui é meu. Isso aqui é meu, você aqui não tem nada.” Mas nós temo sim! Nós temos sim, nós temos direito sim! Porque se nós não tivesse... nós nascemos aqui, pode se dizer, nascemos aqui. Conhecemos isso tudo que tá aqui, aqui dentro aqui. Conhecemos canto por canto aqui, que era, que era daqui.

PESQUISADOR - E quando eles querem mexer eles vem e mexem?

AVÔ - Aqui dentro eles querem fazer uma porção de coisas, mas não. Agora, lá por fora eles fazem o que querem, lá por fora eles faz. Mas assim mesmo, ainda querem entrar aqui dentro pra complicar as coisa. Invés de melhorar, querem piorar. Você sabe que pobre é assim mesmo, né? Nós sofre, nós sofre...na mão dos ricos, porque... nossa palavra não vale nada. Pra eles não. Até os advogado são... junto com eles. Eles têm dinheiro! (...) Então, a gente fica sem força...fica sem força. Fica sem saber o que vai fazer... porque quer fazer e não pode (...) não adianta a gente fazer... bater força com quem tem mais força que a gente (...) Isso aqui já foi, antigamente era...hoje não tá largado porque o povo tá cuidando, a gente cuida (...)

PESQUISADOR - O senhor conseguiu se aposentar?

AVÔ - Eu sou aposentado. Eu aqui, eu trabalhei direto, porque quando eu entrei aqui, quando eu...começou isso aqui, da Usina, isso aqui não existia cana aqui por perto não. Isso aqui era mato, era lagoa onde tem o Rosal ali, que era uma lagoa, era uma poça, que todo mundo ia pra lá, tomava banho ali, do outro lado da outra rua ali.

PESQUISADOR - Aí vocês iam trabalhar mais pro lado de Quissamã.

AVÔ - Quissamã, mas isso aqui não era assim como tá hoje não, era mato rodado, rodado tudo de mato (...) Depois a Usina... cortou o mato tudo e veio a cana, porque naquele tempo, nem trator a Usina tinha, não existia trator. Existia, não sei que os senhores já viram por aí, existia carro de boi, carro de meio (...) aí, era só boi que tinha, pra limpar aqui, tem um tal de (planeta?), eu não... conheceu aradinho, tem uns aradinho. Aí deva ter, ali, embaixo ali, deva ter ali, na casa de Leandro não tem não, aradinho?

MEDIADORA - Não sei...

PESQUISADOR - A irmã dele, que a gente conheceu no restaurante, que falou que ele guarda uma...

MEDIADORA - A (nome omitido), uhum.

AVÔ - A (nome omitido) é, ele guarda.

MEDIADORA - Isso, ele tem um negócio lá na parede que foi dali...

AVÔ - É, ele tem tudo lá na parede, é... então, aquilo ali, a gente vinha. Os boi, pra limpar a cana, é o aradinho. Era um homem, um boi, botava um (bonal?) na boca dele pra ele não comer a cana, e o senhor entrava...não tinha limpa de cana, se diz, de enxada não, era o aradinho, o aradinho que limpava. A gente ia pra lá, o boi já...ele já sabia, o boi já era mestre. Entrava, saía, ia embora...

PESQUISADOR - Fazia todo o caminho certo.

AVÔ - É, dentro da cana, a cana era limpa com o aradinho (...) e aí ficamos nessa, depois veio o trator, um trator. Aqui é grande, aí pegou, limpar... porque a gente aqui é pra tombar a terra...não era trator que tombava, era um tal de (gira-venca?), o arado, seis junta de boi. Botava, a gente amontava ali, tem uma coisa de, de sentar...

PESQUISADOR - Você chegou a fazer isso?

AVÔ - Eu? Eu entrei pra aqui, eu entrei, peguei pra trabalhar ganhando quinhentos réis. Quinhentos réis (...) era o serviço que tinha aquilo, é (lizar?) boi, ia pasturar boi, era isso e isso aí. Aí depois foi formando, aí foi crescendo, foi panhando dono, dono foi chegando, e aí foi tirando o valor que a gente tinha, e até hoje nós não temos valor nenhum. Mas eu aposentei, trabalhei quarenta e três anos aqui dentro, aqui, da Usina. Eu to com oitenta e dois anos aqui dentro...oitenta e dois anos (...) Então, a gente ficou nessa lida, vai lá, vem cá. Olha ali, vontade de fazer um troço, não pode fazer... não

pode fazer... porque eles não, se você... tudo isso isso tá arrendado, se o senhor for lá fazer uma hortinha lá, eles vão e vaza...cabou...

PESQUISADOR - Mas eles usam as terras todas?

AVÔ - Usa, lá é tudo alugado, tudo arrendada pra boi, pra coisa. Não é, não são os dono, mas eles manda ali porque arrendou as terras dela, a Usina, eles pagam a Usina. Então, eles têm direito de chegar qualquer um e tirar porque, eles também são da mesma geração, eles podem fazer porque tem boi, tem tudo, arrendou, eles podem fazer, porque aquilo ali é deles, tá arrendado. O (inquiriante?) pode fazer, como aqui todo mundo faz, mas nós não podemos, nós aqui oh, nós não podemos fazer nada. Nós vive aqui olhando os outros fazer e a gente não podendo fazer... e isso é triste, pra quem gosta de ter as coisas, de fazer a coisa, e não ter o direito, o direito nosso é cortado, tá entendendo, o direito nosso é cortado...

PESQUISADOR - Você vê os jovens preocupados com isso?

AVÔ - Olha, eu vou falar uma coisa pro senhor. O jovem de hoje em dia, ele... nem dele eles cuida, porque a bebida tomou conta deles. Todo o lugar que o senhor vai a bebida tomou conta dos jovem... algum, algum, não é todos, algum. Pra eles tanto faz tá dando pulo, quanto não ter nada pra fazer (...) mas pra gente, que tem aquele...que lutou e gosta de lutar pra fazer as coisas e ter tudo direitinho, nós fica triste, fica triste... eu vou ali, oh meu Deus, isso aqui já foi da gente, colhemos tanta abóbora, tanto aipim, tanta batata, tanta banana, tanto mamão...e hoje não pode ter nada disso...

PESQUISADOR - Nem aqui dentro?

AVÔ - Aqui dentro? Mas aonde, aonde aqui dentro?

PESQUISADOR - Você tinha uma horta né? Mas a prefeitura tirou, não foi?

AVÔ - Aonde? Aonde?

PESQUISADOR - Era pro outro lado ali, que seu Tidi cuidava.

AVÔ - Naquele tempo todo mundo tinha horta...mas hoje o rôdo da casa não dá pra fazer mais nada, é só aquilo ali, o rôdo ali e acabou. Eu não to dizendo ao senhor que é um cercado? Nós roda por lá, sai por cá, é aqui. O cercado da gente é aqui... pra lá a gente não pode fazer nada, pra lá não pode fazer nada...nós tamo com a mão amarrada, tá entendendo? Aqui é Machadinha, isso aqui é Machadinha (...) Machadinha... já deu gosto de se viver dentro da Machadinha... porque isso aqui, na época que tinha (inaudível) dos donos, isso aqui tinha banheiro, banheira de lavar boi. Deles! Era lá embaixo, lá. Tinha banheira de lavar boi, tinha uma usinazinha pequena ali, do outro lado ali.

PESQUISADOR - Tinha as estruturas né, pra vocês trabalharem?

AVÔ - Tinha as estruturas pra fazer isso... era deles, isso aí eles faziam porque era deles (...) Eu espero que nem mesmo seja como foi, mas pelo menos melhorar um bocado pra gente viver (...) eu tenho fé, mas como? (...) Eu tenho vontade...eu posso até não alcançar, mas pelo menos tem uma segurança pros meus netos, pros meus filhos, pra redondeza que mora aqui, porque não é só eu que quero não, eles também quer (...) então vem esses amigos, vem de lá... aqui já veio muito, o mês passado teve aqui, retrasado, né? Que teve um grupo assim, ali, aí vem advogado, vêm juiz, vem o promotor, vem tudo.

MEDIADORA - São os nossos parceiros. É porque a gente tem um advogado, que... ele até fez pesquisa aqui, eu ajudei ele na pesquisa dele, o Alan. Aí ele é advogado, ele estudou lá na Uenf, então, depois da pesquisa dele ele (...) virou nosso parceiro. Aí tem outros, universidades, é que Uenf, IFF, a UFRJ, que são todos parceiros da gente aqui.

PESQUISADOR - Acho que a UFF também é...

MEDIADORA - A UFF também, são nossos parceiros...

AVÔ - Nós fomos até lá (...) Nós tem ido a Campos, nós tem ido em diversos lugar, ela então é que anda mais (...) a gente espera que essa união que temos aqui, que vem aqui e coisa, ajude a gente...porque nós não podemos fazer nada, só eles mesmo que são lá do direito, conhece os direito, sabem o que é o direito...agora, nós sabemos direito mas não podemos fazer nada (...) tem dia até que a gente senta, pensa, meu Deus do céu, quem viu a vida da gente, com tudo na mão, hoje em dia nós não temos nada na mão, só temos derrota.

PESQUISADOR - Será?

AVÔ - Não, em momento a gente só tá tendo derrota, esperando que esses que estão vindo aí desmanchem essa derrota.

PESQUISADOR - Eu vejo diferente, eu vejo que é porque vocês resistiram que não tiraram vocês daqui tudinho.

AVÔ - E nós não saímos! (...) é aí que o pau vai quebrar! (risos)

PESQUISADOR - Tem que ter a noção da força que vocês têm, porque já não era pra ter mais ninguém aqui.

AVÔ - Não, não...por eles já tinha tirado.

PESQUISADOR - Essa é a vitória.

AVÔ - É o que eu digo, nós temo no curral, mas nós temo o nosso direito.

PESQUISADOR - Tem direito a mais coisa

AVÔ - Mais coisa, só que essas coisa pode vir amanhã ou depois, mas tá demorando. Porque, porque nós tá lutando, porque nós temo andando, porque nós temo fazendo, porque os outro...os grande de lá também vêm pra ajudar aqui, e já era pra ter resolvido. Mas é...você sabe que nós aqui espera pelo de lá, eles lá esperam por outro, porque não é eles que manda, já tem outro que manda mais do que eles. O governo, o presidente, essas coisa, eles já manda mais do que quem vêm aqui. Mas tem a lei, tem a lei e tem o direito. Então, esse direito é que o governo ainda não...